informações fipe

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Nº 542 Novembro/2025

ISSN 1678-6335

análise de conjuntura

Mercado de Trabalho
VERA MARTINS DA SILVA
p. 3

Vera Martins da Silva analisa o mercado de trabalho brasileiro em 2025, mostrando crescimento ainda positivo, porém em desaceleração, com queda do desemprego, aumento da renda real e sinais de estabilização na geração de empregos formais.

temas de economia aplicada

O Mercado de Trabalho Brasileiro no Período 2015/2025: Trajetória e Perspectivas1 (Parte II – Rendimentos, Produtividade, Capital Humano e Distribuição de Renda)
JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD
p. 9

José Paulo Zeetano Chahad examina as modificações sofridas no mercado de trabalho analisando a evolução da massa salarial, a trajetória da produtividade do trabalho e os impactos dos principais eventos econômicos, sociais, institucionais e internacionais.

A Nação Inacabada: Contradições da Ordem Liberal Canadense (Conversa com Ian McKay - Parte 1)
JULIO LUCCHESI MORAES
p. 32

Julio Lucchesi Moraes apresenta, por meio de uma conversa com o historiador Ian McKay, uma leitura crítica da chamada "ordem liberal" canadense.

Acompanhamento das Finanças Públicas do Município de São José dos Campos (2019-2024)
CARLOS NATHANIEL ROCHA CAVALCANTE, RODRIGO DE LOSSO
p. 42

Carlos Nathaniel Rocha Cavalcante e Rodrigo De Losso analisam a situação fiscal do município de São José dos Campos, entre 2019 e 2024, examinando a evolução das receitas, das despesas correntes e outros indicadores.

Macroeconomia e Clima
LUCCAS ASSIS ATTÍLIO
p. 65

Luccas Assis Attílio expõe os resultados de um estudo que investiga como variáveis econômicas domésticas e internacionais influenciam o desmatamento da Amazônia e as emissões de CO_2 no Brasil.

O PL das Bagagens e os Desafios do Progresso Econômico Brasileiro
GABRIEL BRASIL
p. 69

Gabriel Brasil examina o "PL das Bagagens" como exemplo de como decisões regulatórias mal embasadas podem comprometer o progresso econômico brasileiro.

Relatório de Indicadores Financeiros
NEFIN-FEA-USP
p. 71

O NEFIN apresenta os principais fatores de risco utilizados na literatura, assim como o *dividend yield*, *short interest* e IVol-BR, utilizando dados brasileiros.

As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo a opinião da Fipe

(continua...)

pesquisa na fea – Economia

p. 75 Esta seção divulga a pesquisa acadêmica desenvolvida por mestrandos e doutorandos do Departamento de Economia da FEA/USP, publicando os resumos das dissertações e teses defendidas recentemente.

economia & história

A Revolução de 1930
IVAN COLANGELO SALOMÃO

p. 77 Ivan Colangelo Salomão aponta a década de 1930 como um divisor de águas na história econômica brasileira, discorrendo sobre como o colapso do arranjo oligárquico da República Velha abriu espaço para um novo papel do Estado.

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador
Simão Davi Silber (Presidente)
André Franco Montoro Filho
Antonio Carlos Coelho Campino
Denisard C. de Oliveira Alves
Francisco Vidal Luna
José Carlos de Souza Santos
José Paulo Zeetano Chahad
Luiz Laurent Bloch

Diretoria
Diretor Presidente
Matheus Gregorini Costa
Diretora de Pesquisa
Maria Helena Garcia Pallares Zockun
Diretora de Cursos
Vera Lucia Fava

Pós-Graduação
Wilfredo Maldonado
Secretaria Executiva
Domingos Pimentel Bortoletto

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Conselho Editorial
Heron Carlos E. do Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z. Chahad
Maria Cristina Cacciamali
Maria Helena G. Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora-Chefe
Fabiana F. Rocha
Preparação de Originais e Revisão
Alina Gasparello de Araujo

Produção Editorial
Sandra Vilas Boas
http://www.fipe.org.br

análise de conjuntura

Mercado de Trabalho: Em Desaceleração

Vera Martins Da Silva (*)

O mercado de trabalho continua dinâmico, com algumas atividades ainda apresentando crescimento relevante; porém, depois de uma forte aceleração desde o início de 2024, alguns setores já mostram estabilidade em relação ao número de pessoas ocupadas. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE), que traz informações sobre o mercado de trabalho formal e informal nas regiões metropolitanas brasileiras, as Taxas de Desocupação têm apresentado declínio e a Massa de Rendimentos Reais continua se expandindo, mantendo expectativas de inflação ainda relevantes.

No trimestre móvel de julho/agosto/setembro de 2025, a Força de Trabalho, que inclui os Ocupados mais Desocupados (pessoas em busca de trabalho no mês anterior ao da pesquisa) foi estimada em 108,5 milhões. Ou seja, há uma estabilidade em relação ao trimestre anterior de abril/maio/junho de 2025 e um aumento de +0,5% em relação ao mesmo trimestre de 2024, sugerindo que o dinamismo do mercado de trabalho tem incentivado indivíduos anteriormente fora do mercado a procurar ocupação. A População Ocupada foi estimada em 102,4 milhões e os Desocupados em 6 milhões nesse trimestre de julho/agosto/setembro de 2025.

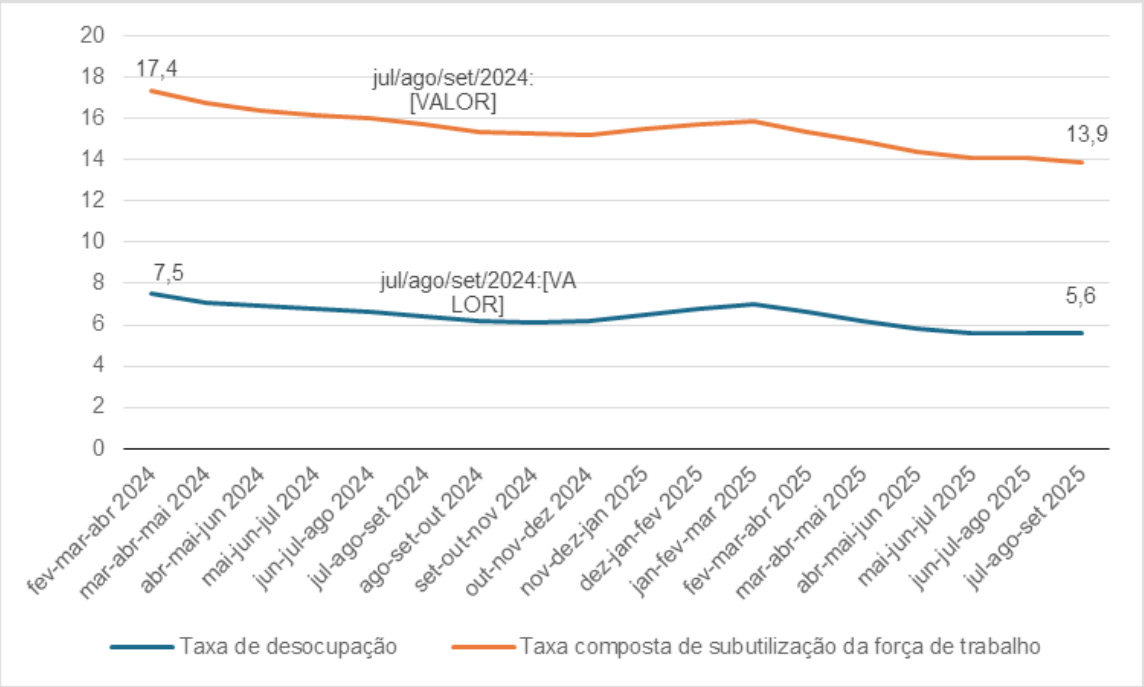
No caso dos Ocupados, houve uma estabilidade relativa em relação ao trimestre anterior e um aumento de +1,4% relativamente ao mesmo trimestre de 2024 (+1,4 milhões de Ocupados). No caso da Desocupação, ocorreu redução de 3,3% em relação ao trimestre anterior e de 12% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Com essas estimativas, a Taxa de Desocupação atingiu 5,6% no trimestre de julho/agosto/setembro de 2025 contra 5,8% no trimestre anterior e 6,4% no mesmo trimestre de 2024, uma Taxa de Desocupação inferior aos períodos anteriores encontrados pela PNADC.

Embora a Ocupação tenha aumentado e a Taxa de Desocupação esteja num valor estimado baixo, notar que se forem incluídos os Desocupados mais os Subocupados Por Insuficiência de Horas Trabalhadas (cerca de 4,5 milhões), a Taxa Combinada de Desocupação e Subocupação por Insuficiência

de Horas Trabalhadas atingiu 9,8% no trimestre de julho/agosto/setembro de 2025, um declínio relativamente aos 11% estimados para o mesmo trimestre do ano anterior, mesmo assim, significativo. Os Desalentados (estimados em 2,6 milhões nesse último trimestre) apresentaram redução de 4,3% em relação ao mesmo trimestre de 2024, indicando efetivamente que as pessoas passaram a procurar trabalho em face do aquecimento do mercado.

O indicador Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho – que no numerador inclui os Desocupados mais os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas mais a Força de Trabalho Potencial (indivíduos que manifestaram desejo de trabalhar mas não realizaram efetivamente ações para isso) sobre a Força de Trabalho Ampliada –, que inclui a Força de Trabalho (Ocupados mais Desocupados) e a Força de Trabalho Potencial, foi estimado em 13,9% no trimestre de julho/agosto/setembro. Isto significa queda de 1,8 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2024. O Gráfico 1 apresenta a evolução das Taxas de Desocupação e de Subutilização da Força de Trabalho, entre fevereiro/março/abril de 2024 e julho/agosto/setembro de 2025. Segundo esse gráfico, houve queda dos dois indicadores; contudo, ocorreu persistência de uma taxa de desocupação mais abrangente ainda expressiva.

Gráfico 1 - Taxa de Desocupação e Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho (%), Fev/Mar/Abr/2024 a Jul/Ago/Set/2025



Fonte: PNADC/IBGE.

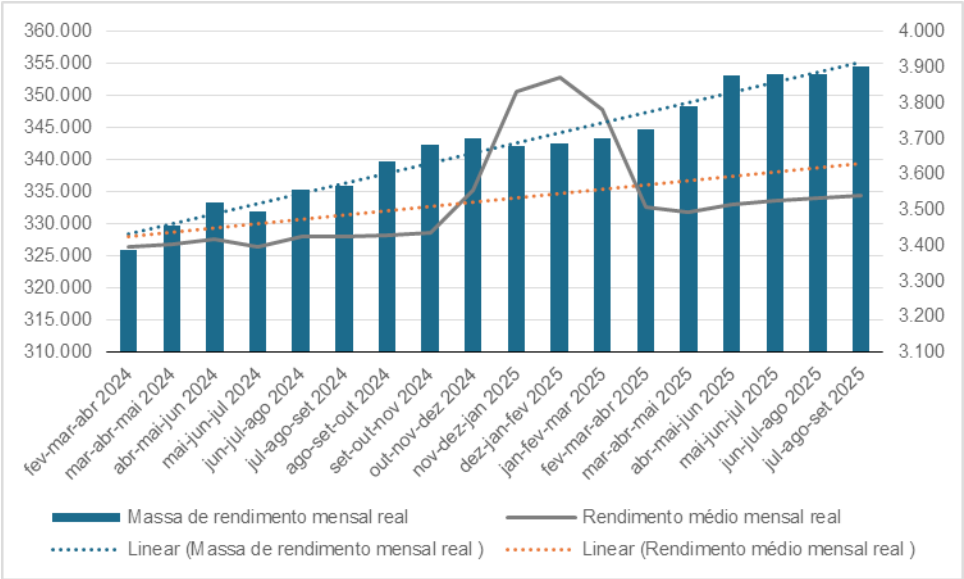
O grupo de Ocupados que mais cresceu em termos absolutos relativamente ao mesmo trimestre de 2024 foi o de Empregados do Setor Privado (exclusive domésticos) Com Carteira, com acréscimo de 1.039 mil (+2,7%) e o grupo de Trabalhadores por Conta Própria com CNPJ, com acréscimo de 575 mil (+ 9,1%). Esses grupos, que tiveram um desempenho expressivo no comparativo anual, apresentaram estabilidade no comparativo com o trimestre anterior, sinalizando que a forte expansão do crescimento do número de Ocupados, especialmente formalizados, já atingiu um pico e se estabilizou ao longo de 2025. No comparativo do trimestre de julho/agosto/setembro de 2025 contra o trimestre anterior, os grupos que tiveram crescimento estimado pela PNADC/IBGE foram os Empregados do Setor Privado (exclusive domésticos) com Carteira, +209 mil (+0,5%), os Trabalhadores por Conta Própria sem CNPJ, +153 mil (+0,8%), e Empregados do Setor Público Sem Carteira, +111 mil (+3,4%).

Dois grupos de trabalhadores que tiveram redução absoluta do número de Ocupados foram os Empregados Domésticos, com redução de 330 mil (-5,7%) no comparativo do trimestre de julho/agosto/setembro de 2025 contra o mesmo trimestre de 2024 e o Trabalhador Familiar Auxiliar, com redução de 101 mil (-7,5%) nesse mesmo período de comparação. Pode-se dizer que a expansão econômica e o aquecimento do mercado de trabalho atraíram pessoas a esse mercado, especialmente nos segmentos mais dinâmicos, ao promover a migração para ocupações mais produtivas e com melhores condições de trabalho.

Como resultado dessa expansão, a Massa de Rendimentos Reais Mensais Habituais de Todos os Trabalhos dos Ocupados foi estimada em R$ 354,6 bilhões no trimestre de julho/agosto/setembro de 2025 (um acréscimo de +5,5% em relação ao mesmo trimestre de 2024), mas cujo crescimento desacelerou para +0,4% em relação ao trimestre anterior. A desaceleração recente do dinamismo do mercado de trabalho pode ser vista também pelo crescimento real do Rendimento Médio Mensal Real Habitual, estimado em R$ 3.507,00 no trimestre de julho/agosto/setembro de 2025 (um aumento de +4% relativamente ao mesmo trimestre de 2024 e de apenas +0,3% relativamente ao trimestre anterior).

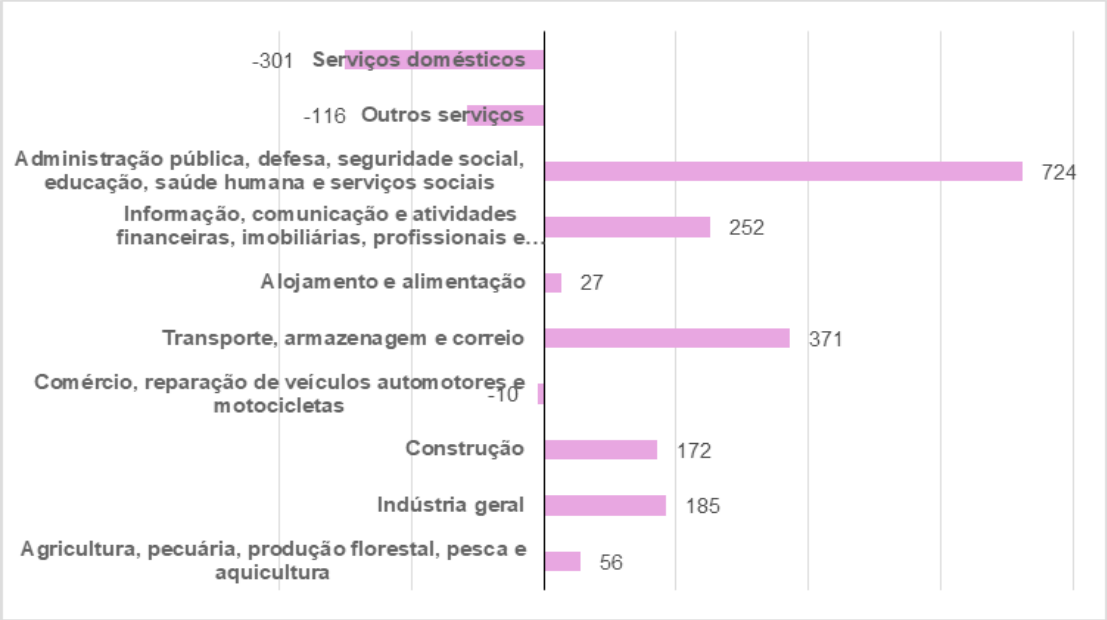
O Gráfico 2 apresenta a evolução do Rendimento Médio Real (IPCA) Habitualmente Recebido e a Massa de Rendimentos Reais Recebidos entre os trimestres de fevereiro/março/abril de 2024 e julho/agosto/setembro de 2025. Esse gráfico indica o crescimento de ambas as variáveis, com o aumento do rendimento real maior em torno do final do ano em decorrência de adicionais referentes ao décimo terceiro salário e adicionais de férias.

Gráfico 2 - Massa de Rendimentos Reais (IPCA) Habitualmente Recebidos por Todos os Tipos de Trabalho (eixo da esquerda, R$ milhões), Rendimento Médio Mensal Real (IPCA) Habitualmente Recebido (eixo da direita, R$). Fev/Mar/Abr/2024 a Jul/Ago/Set/2025



Entre os setores de atividade econômica, o grupo de Ocupados que apresentou maior expansão absoluta foi o de Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (ou seja, atividades de serviços), com aumento de 724 mil (+3,9%) em relação ao mesmo trimestre de 2024. Este grupo foi seguido pelo grupo de Transporte, armazenagem e correio, também atividade de serviços, com aumento de 371 mil (+6,7%) relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior. Depois desse crescimento expressivo em relação ao ano anterior, esses dois grupos apresentaram estabilidade em relação ao trimestre de abril/maio/junho de 2025, o que indica uma desaceleração no período recente nestes grupos de ocupação mais dinâmicos. O Gráfico 3 apresenta o desempenho em números absolutos da Ocupação em diversos ramos de atividade no comparativo do trimestre de julho/agosto/setembro/2025 contra o mesmo trimestre de 2024.

Gráfico 3 - Ocupados, Variação Absoluta em Relação ao Mesmo Trimestre Móvel do Ano Anterior, Jul/Ago/Set/2025 contra Jul/Ag/Set/2024

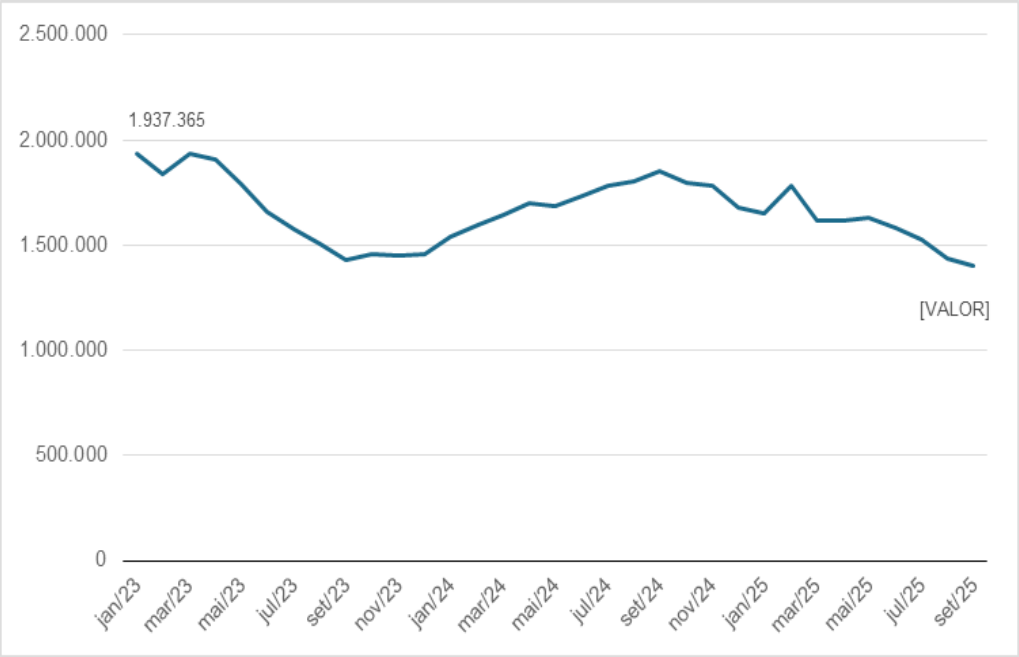


Fonte: PNADC/IBGE.

Dois grupos de atividades econômicas se destacam na expansão da Ocupação tanto no comparativo anual quanto em relação ao trimestre precedente: o da Agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com expansão de 56 mil (+0,7%) em relação ao mesmo trimestre de 2024 e de 260 mil (+3,4%) relativamente ao trimestre precedente; e o de Construção, com aumento de 145 mil (+5,5%) relativamente ao mesmo trimestre de 2024 e aumento de 69 mil (+2,5%) relativamente ao trimestre anterior. Os Ocupados em Serviços Domésticos e Outros Serviços apresentaram reduções tanto no comparativo anual quanto contra o trimestre anterior. Os demais ramos de atividade apresentaram estabilidade na Ocupação relativamente ao trimestre anterior.

A desaceleração da geração de empregos formais pode ser vista pelos dados administrativos do Novo Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego. Esses dados indicam a geração de um saldo líquido (admissões menos desligamentos) de 1,7 milhões de vínculos formais entre os meses de janeiro e setembro de 2025 contra uma geração líquida de 2 milhões no mesmo período do ano anterior. Isso corresponde a uma queda de 14% na geração líquida de vínculos formais de trabalho nesse comparativo temporal. A desaceleração de geração de vínculos formais pode ser vista no Gráfico 4, onde são apresentados os números de geração líquida de vínculos formais no acumulado em 12 meses entre janeiro de 2023 e setembro de 2025.

Gráfico 4 - Saldo de Geração de Vínculos Formais, Acumulado em 12 Meses, Jan/2023-Set/2025



Fonte: Novo Cage/TEM.

(*) Economista e doutora em Economia pela FEA-USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).

temas de economia aplicada

O Mercado de Trabalho Brasileiro no Período 2015/2025: Trajetória e Perspectivas[1] (Parte II – Rendimentos, Produtividade, Capital Humano e Distribuição de Renda)

José Paulo Zeetano Chahad (*)

1 Introdução[2]

Ao longo dá última década, iniciada em 2015, o Brasil tem passado por sucessivos eventos, de variadas naturezas, com implicações significativas para o mercado de trabalho. Neste período, o Brasil experimentou duas recessões: em 2015/2016, fruto de políticas econômicas equivocadas, e 2020, quando conviveu com a pandemia da COVID- 19 e a necessidade de isolamento social derrubou fortemente o PIB. Ambas tiveram impactos diretos sobre o emprego, os salários e a renda.

O País vivenciou outros eventos com impactos indiretos sobre o mercado de trabalho. Em 2017, promoveu-se uma ampla reforma trabalhista. Em 2022, iniciou-se a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, com implicações para as atividades econômicas. E, no início de 2025, o cenário internacional sofreu forte abalo com a política tarifária imposta pelos Estados Unidos ao resto do mundo, mas com tratamento especial para o caso brasileiro.

No cenário econômico interno, o País tem convivido com dificuldades de controlar a inflação, decorrente do aquecimento do consumo interno devido a um Estado extremamente generoso na concessão de benefícios sociais. Essa política fiscal expansionista tem dificultado a redução das altas taxas de juros, com implicações negativas para o crescimento dos investimentos produtivos.

Estes fatos, em seu conjunto afetaram direta e indiretamente de forma significativa a trajetória do mercado de trabalho. Nesse sentido, este texto procura mostrar em detalhes as modificações sofridas por este mercado no período 2015-2025, estruturando-se da seguinte forma: a seção 2 descreve os principais eventos econômicos, sociais, institucionais e internacionais com implicações para o mercado de trabalho; a seção 3 descreve a evolução dos rendimentos reais e da massa salarial; a seção 4 analisa a trajetória da produtividade do trabalho; a seção 5 contempla uma análise do indicador de capital hu-

mano; a seção 6 aborda as estatísticas da rotatividade da mão de obra; a seção 7 analisa a evolução do Índice de Gini e sua importância para a redução da pobreza; e a seção 8 traz as perspectivas futuras para o mercado de trabalho brasileiro. Seguem-se as referências mencionadas no texto.

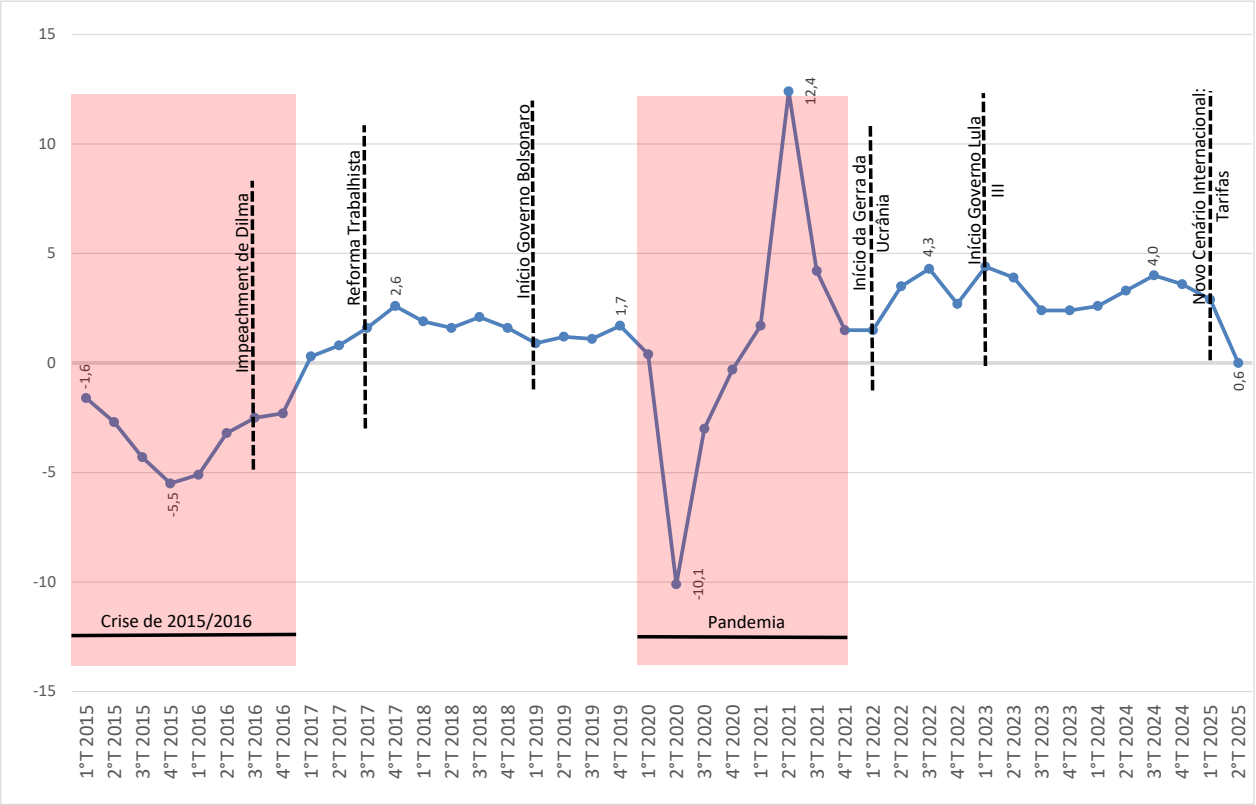
2 Eventos Dominantes da Conjuntura Econômica, Política e Social Ocorridos no Período com Implicações para o Mercado de Trabalho

Como se sabe o mercado de trabalho não tem um comportamento independente do conjunto de eventos econômicos, políticos, internacionais, institucionais e sociais pelos quais passa qualquer País. Estas forças, sozinhas, ou em conjunto, influem direta ou indiretamente na trajetória do mercado de trabalho. Quanto maior o período de tempo considerado, maior número de eventos impacta o mercado de trabalho, com diferentes intensidades e das mais variadas naturezas.

2.1 Os Elementos de Destaque da Conjuntura Econômica, Trabalhista e Social no Período, sob a Ótica da Evolução do PIB

Para abordar um período relativamente longo (2015-2025) torna-se relevante fazer uma retrospectiva, mostrando os principais fatos que afetaram o mercado de trabalho, objeto central da análise deste artigo. Para isso, elaborou-se o Gráfico 1, utilizando-se como referencial a evolução do PIB brasileiro, destacando-se, ao longo do período, os principais fatos marcantes nele ocorridos.[3]

Gráfico 1 – Brasil: Linha do Tempo da Evolução do PIB, 2015-2025 (%)



Fonte: IBGE/PIB – SENT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (série PIB trimestral). Elaboração do autor.

O período inicia-se com uma forte **recessão econômica** cuja recuperação somente vem a ocorrer em meados de 2017. No *front* interno a crise começa com as primeiras medidas da Presidente Dilma Rousseff. Entre 2011 e 2014, o governo adotou políticas de estímulo à produção (redução de impostos setoriais, subsídios via BNDES, desonerações e controle artificial de preços, como energia e combustíveis).

Essas medidas geraram desequilíbrios fiscais e uma deterioração das contas públicas. As políticas econômicas que se seguiram promoveram déficits primários crescentes e alta dívida pública, elevando o risco-país. As agências de internacionais de *rating* retiraram o grau de investimento do País, já em 2015. Isso aumentou as incertezas e reduziu os investimentos privados (internos e externos), assim como o consumo doméstico. Neste cenário negativo, a inflação superou 10,0% em 2015, exigindo forte elevação da taxa Selic, o que encareceu o crédito, travando o consumo familiar.

No *front* internacional, alguns elementos contribuíram, também, para agravar a recessão. Entre 2014 e 2016 houve acentuada queda do preço das *commodities*, especialmente petróleo, minério de ferro e soja, abalando as receitas de exportações brasileiras, bem como o enfraquecimento dos investimentos no setor de *commodities*. Nesse mesmo período, a China começou a desacelerar sua economia, causando impacto negativo principalmente com relação às exportações brasileiras. Por fim, o FED americano promoveu uma alta dos juros, afetando o câmbio e aumentado a saída de capitais dos países emergentes, entre eles o Brasil.

A esse quadro econômico sombrio provocando forte recessão, veio a contribuir uma grave crise político-institucional. O governo Dilma Rousseff entrou em franco conflito com Congresso Nacional, perdendo apoio político. Além disso, a presidente Dilma foi acusada de realizar manobras nas finanças públicas, conhecidas como "pedaladas fiscais", envolvendo o atraso de repasses a bancos públicos para maquiar as contas governamentais. O governo enfrentou um grave desequilíbrio nas contas públicas, com aumento significativo da dívida pública e do déficit fiscal. Isso gerou insatisfação entre a população e os setores econômicos. O resultado final foi o *impeachment* de Dilma Rousseff e a ascensão ao poder do vice-presidente Michel Temer.

Outro marco institucional com implicações diretas para o mercado de trabalho foi a **reforma trabalhista,** editada em 2017. Esta reforma, a mais ampla desde a promulgação da CLT, em 1943, fundamentou-se em quatro pilares estruturantes, a saber: (i) alterações no contrato de trabalho; (ii) mudanças nas negociações coletivas e no funcionamento da organização sindical; (iii) tratamento a ser dado aos novos tipos de trabalho; e (iv) modificações na Justiça do Trabalho.[4]

O conjunto das alterações foi de grande amplitude, indo desde alterações no contrato de trabalho, fortalecendo os novos tipos de trabalho, passando pelo princípio de que os acordos negociados prevalecem sobre o que está legislado (garantidos os direitos constitucionais), alterando a forma de financiamento das organizações sindicais, e culminando no novo alcance da Justiça do Trabalho, onde os interesses negociados entre as partes deveriam prevalecer.[5]

Mas a ocorrência mais devastadora para o País neste período foi, sem dúvida, a **pandemia da COVID 19**. Com início na China, no final de 2019, ganhou dimensão global de forma fulminante; chegou ao Brasil em fevereiro de 2020 e deixou suas sequelas até o final de 2021.

Ao aumentar repentinamente o custo do contato humano, houve a necessidade de um rigoroso isolamento social, provocando forte contração no emprego, nos negócios e nos serviços presenciais. A consequência foi uma queda do PIB de 3,3% em 2020. A taxa de desemprego ultrapassou 14,0% em 2021, com a perda de milhões de empregos formais, aumento da informalidade e do desalento na busca de um novo emprego.

O impacto no mercado de trabalho brasileiro foi dramático, ocorrendo principalmente sobre os trabalhadores informais e de baixa escolaridade, especialmente no setor de serviços. Outra consequência da pandemia foi uma queda sem precedentes da força de trabalho (população economicamente ativa - PEA). Essa redução da força de trabalho evitou uma elevação ainda maior da taxa de desemprego, que ainda assim atingiu, em 2021, seu nível mais elevado desde 1992. Outro efeito perverso foi a destruição de capital das micro e pequenas empresas, fonte de muita geração de emprego. (BARBOSA FILHO; VELOSO, 2022; NOGUEIRA; MOREIRA, 2023).

Do ponto de vista fiscal, verificou-se um forte aumento da Dívida Pública, a qual atingiu 89,0% do PIB, em 2020. Ocorreu, também, uma crise generalizada nas cadeias de suprimentos, uma alta nos preços da energia e dos alimentos, impulsionando a inflação em 2021. Com isto a renda real das famílias foi comprimida, aumentando a desigualdade. Nesse sentido, a pandemia escancarou disparidades sociais: enquanto parte da população pôde adotar teletrabalho, milhões ficaram sem fonte de renda. A pobreza cresceu e a insegurança alimentar elevou-se drasticamente.

Em síntese, a pandemia da COVID19 gerou no Brasil **forte recessão, desemprego, aumento da pobreza e da desigualdade**, mas também impulsionou mudanças estruturais como a digitalização e a valorização de políticas de proteção social. Estimulou o trabalho remoto, o *e-commerce*, os serviços de delivery e outros serviços remotos. Contudo, infelizmente o custo humano e social foi elevado, com impactos que ainda se estenderam nos anos seguintes.

Em seguida, como fato marcante, advindo do cenário internacional, temos a **guerra entre a Ucrânia e a Rússia**, iniciada em fevereiro de 2022 por iniciativa desta última. De acordo com inúmeros analistas econômicos, assim como evidências reveladas pela mídia nacional e internacional, os impactos desta guerra no Brasil foram reais e significativos, especialmente em termos da inflação, custos do agronegócio, oportunidades no comércio internacional e investimentos. Ao mesmo tempo, contudo, o País manteve algum grau de resiliência, devido ao fato de que sua exposição e envolvimento direto ao conflito têm sido moderados.

O impacto mais direto foi sobre o nível de preços. A guerra impulsionou os preços do petróleo, afetando diretamente os preços dos combustíveis internos (gasolina, etanol e diesel) com impacto direto e imediato na inflação. O conflito elevou globalmente os riscos de mercado, impulsionando a procura por dólar, considerado um ativo seguro. Com isso, uma nova fonte inflacionária surgiu, devido ao aumento do valor desse ativo em relação ao real. Por fim, a guerra promoveu uma elevação dos custos dos fertilizantes agrícolas, fazendo disparar os custos da produção agrícola, outro elemento a pressionar os preços internos.

Sob a ótica do mercado de trabalho, as estatísticas da PNAD Contínua revelam que o País experimentou uma suave retração na criação de empregos formais e consequente diminuição do ritmo de crescimento da ocupação em geral. O mercado de trabalho foi, ainda, indiretamente afetado pelo cenário inflacionário, o qual prejudicou as expectativas de cortes na taxa de juros (Selic), já em patamares muito altos. Se este cenário contribuiu para evitar mais inflação de demanda, também inibiu as possibilidades de investimentos geradores de novos empregos.

Por último, como um fato notório do período, temos a **política comercial e tarifária** norte-americana, comandada pelo presidente Trump.[6] Ele retomou, no início de 2025, o uso agressivo de tarifas iniciado em seu primeiro mandato (2017/2021). O argumento geral para tal política seria o de fortalecer a segurança nacional e combater práticas desleais de comércio internacional lesivas aos Estados Unidos, mas, no fundo, tem representado uma clara estratégia voltada para reduzir os altos déficits comerciais americanos, bem como proteger os empregos industriais do País.

O Brasil não escapou da agressividade dessa política tarifária.[7] Em abril de 2025, os EUA anunciaram uma tarifa de 10,0% sobre as exportações brasileiras. Em julho, a tarifa foi elevada para 50,0% sobre todos os produtos brasileiros, com início de aplicação em 1º de agosto de 2025. Houve, porém, isenções para cerca de 694 produtos como suco de laranja, aviões (Embraer), celulose, entre outros, e as negociações em andamento deverão modificar o quadro de imposição tarifária inicialmente divulgado.

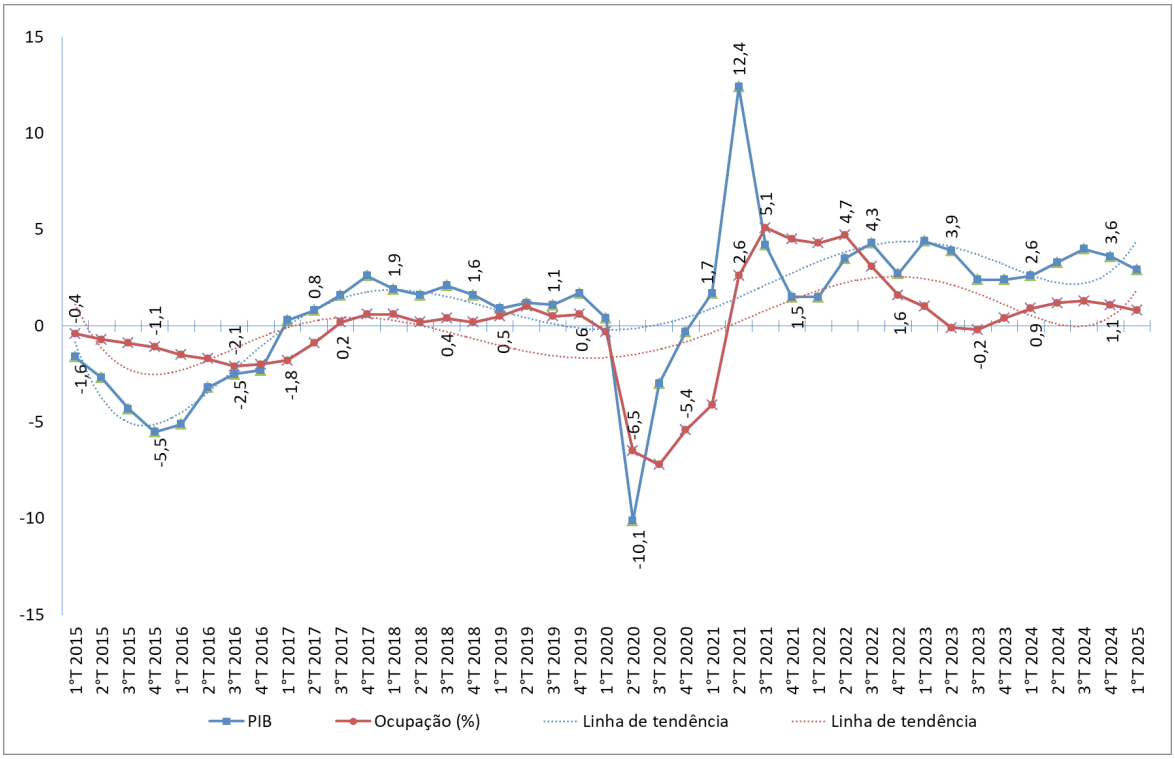
De qualquer forma, a depender dessas negociações, parece claro que haverá impactos negativos nos cenários econômico, trabalhista e social brasileiro. Estima-se que as tarifas de 50,0% resultem em uma queda de 0,16% no PIB brasileiro, uma redução de 2,44% nas exportações totais e mais de 100 mil empregos perdidos. Essa redução de vagas deverá ocorrer, principalmente, no setor industrial – em especial na siderurgia, metalurgia, calçados, roupas, suco de laranja, café e carne –, particularmente mais exposto ao impacto das tarifas.

Esta seção buscou destacar os principais fatos, de variada tipologia, ocorridos no período 2015/2025, que exerceram de forma direta e indireta impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro, objeto de estudo deste artigo. Certamente, outras ocorrências também afetaram o comportamento desse mercado, mas aquelas aqui mencionadas encontram-se entre as mais relevantes.

2.2 PIB e Mercado de Trabalho

Os impactos do comportamento da atividade econômica sobre o mercado de trabalho podem ser visualizados, de forma estilizada, quando se toma a ocupação total do País como variável representativa deste mercado. Tal fato aparece nitidamente no Gráfico 2 que mostra a variação anual do PIB, e a variação anual da ocupação total, entre o primeiro trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2025 (última informação disponível).

Gráfico 2 – Brasil: Evolução da Taxa da Ocupação e do PIB – 2025 (%)



Fonte: IBGE/PNAD contínua, IBGE/PIB – Contas Nacionais – SCNT. Elaboração do autor.

Uma primeira observação deste gráfico revela dados inquietantes, para não dizer alarmantes. Considerando-se todo o período, o crescimento médio anual do PIB foi de 0,94% (!), enquanto a variação média anual do total da população brasileira ocupada não passou de meros 0,01% (!!). Estas cifras pífias revelam o que sobejamente é conhecido: a estagnação secular da produção e da ocupação brasileiras. Quando tomamos longos períodos de tempo produzimos pouco, e temos dificuldades na absorção da mão de obra.[8]

De qualquer forma, as variações de ambos (PIB e ocupação) possuem um grau de aderência relativamente forte. Nota-se que, em períodos recessivos, o mercado de trabalho entra rapidamente em colapso, mas na recuperação econômica, seja forte ou fraca, há algum descompasso na retomada da ocupação total. Outra observação é que as flutuações do PIB parecem ser maiores que as variações da ocupação total.

Por fim, a mensagem desta seção vai além da possível correlação entre o PIB e a ocupação (ou emprego). Ela procura mostrar que:

> O mercado de trabalho não pode ser analisado isoladamente do contexto da economia. As modificações das principais variáveis que o compõem — salários, emprego, desemprego, rotatividade e produtividade — são condicionadas tanto pelo nível, quanto pela flutuação da atividade econômica. Isso é verdade seja em curto prazo, durante o chamado ciclo de conjuntura, ou então numa perspectiva de longo prazo, em que os principais fatores condicionantes da evolução das variáveis acima mencionadas são o nível e o ritmo de crescimento econômico do País. (CHAHAD, 2017)

De qualquer modo, analisar o que ocorre com o mercado de trabalho de uma forma isolada tem seus propósitos didáticos, mas não se deve ocultar o fato de que os movimentos deste mercado não são isolados dos movimentos, e das flutuações, da atividade econômica.

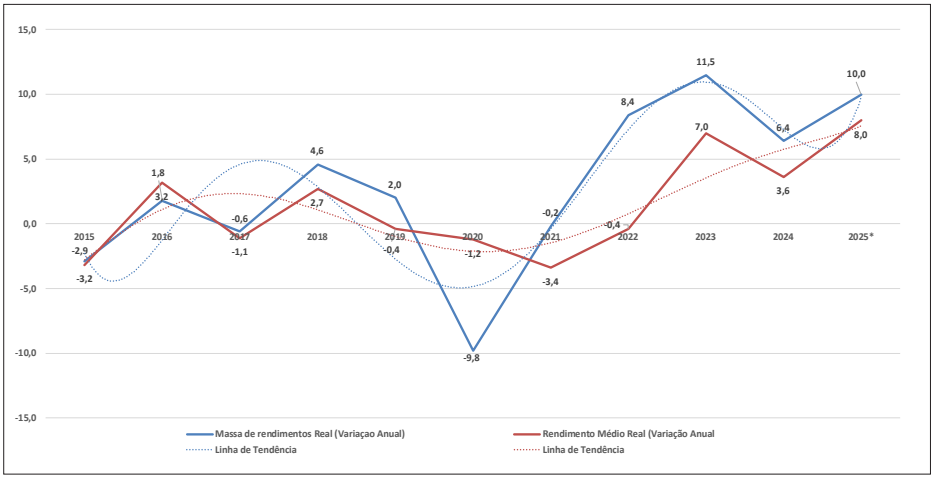
3 O Comportamento dos Rendimentos Reais e da Massa Salarial dos Trabalhadores

3.1 Evolução dos Rendimentos Reais

Os ganhos salariais representam uma importante variável no mercado de trabalho. Por um lado, mostram o poder de compra do trabalhador, com implicações óbvias para sua subsistência. Têm impacto direto no comportamento da demanda agregada, afetando diretamente o emprego e os preços. Por outro lado, o salário é, também, o preço da mão de obra, principal item de custos das empresas, afetando o lado da oferta agregada.

Aqui não vamos explorar qualquer desses aspectos, mas, tão somente, acompanhar sua trajetória entre 2015 e 2025, destacando os principais elementos explicativos do comportamento verificado. Isto pode ser observado no Gráfico 3, o qual traz, ainda, a evolução da massa salarial real.

Gráfico 3 – Brasil: Massa de Rendimento Médio Mensal Real e Rendimento Médio Real Efetivamente Recebido em Todos os Trabalhos, 2015-2025 (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração do autor.
Nota: * 1° Trimestre de 2025.

Como nas demais variáveis, verificam-se três fases diferentes ao longo do período. Na primeira vai de 2015 a 2019, na qual o rendimento médio real permaneceu praticamente estagnado, com ligeira tendência para queda. A segunda fase ocorre no ano da pandemia, quando o declínio se acentua. Por fim, temos a terceira fase, pós-pandemia, na qual se verifica forte crescimento dos ganhos reais dos trabalhadores.

Vamos nos concentrar na explicação dos fatores que levaram a esta significativa elevação após a crise sanitária:

a) A retomada da atividade econômica promoveu uma melhoria do mercado de trabalho. Após fortes perdas de emprego e de rendimento em 2020-2021, houve recuperação da ocupação, tanto formal quanto informal. A geração de empregos com carteira assinada foi expressiva, conforme vimos, sendo estas ocupações de melhor qualidade e maiores salários;

b) As políticas de transferência de renda e outros programas sociais fizerem crescer substancialmente o número de beneficiários. O Auxílio Emergencial durante a fase mais intensa da pandemia e, posteriormente, o rebatizado "Auxílio Brasil" (que virou depois o novo Bolsa Família ampliado), com maior número de beneficiários e maiores valores, contribuíram para ampliar a base de rendimento de muitos domicílios. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também cresceu em importância e valor;

c) Houve reajustes do salário mínimo que superaram a inflação em alguns períodos, contribuindo para elevar os rendimentos dos trabalhadores em geral, mas, principalmente, aqueles de menor renda;

d) Ocorreu uma mudança na composição do emprego, com aumento do trabalho formal e redução do informal. A participação de trabalhos com rendimentos "mais altos", ou de melhor qualificação, ou ainda uma composição de ocupados com maior escolaridade, contribuíram para uma elevação da média dos rendimentos em geral; e

e) Com a redução do desemprego houve aumento de indivíduos recebendo algum tipo de rendimento – seja do trabalho formal ou de outras fontes. Mais pessoas, com alguma forma de renda, ajudaram a empurrar para cima o rendimento tanto dos trabalhadores quanto dos domicílios.

3.2 Comportamento da Massa de Rendimentos Reais

Com relação à massa de rendimentos reais, nota-se, ainda no Gráfico 3, comportamento semelhante ao verificado para a evolução dos rendimentos reais: relativa constância entre 2015 e 2019; forte queda no ano da pandemia, dado que a queda da ocupação foi mais forte que a queda dos rendimentos médios reais, e vigorosa recuperação a partir de então.

Tal retomada de crescimento depois de 2020 se fez, contudo, em ritmo muito mais forte que o verificado para os rendimentos reais. Verifica-se, entretanto, que as causas explicativas são praticamente as mesmas nos dois casos. Entre os principais fatores que explicam a vigorosa elevação da massa de rendimentos reais, temos: (a) a partir de 2020, forte recuperação do mercado de trabalho; (b) paralelamente, elevação dos rendimentos médios do trabalho, uma combinação que fez crescer rapidamente a massa de rendimentos; c) isto foi ainda impulsionado pelo aumento das transferências de renda decorrentes da ampliação dos programas sociais do governo; e (d) crescimento do consumo das famílias devido a programas de expansão do crédito.

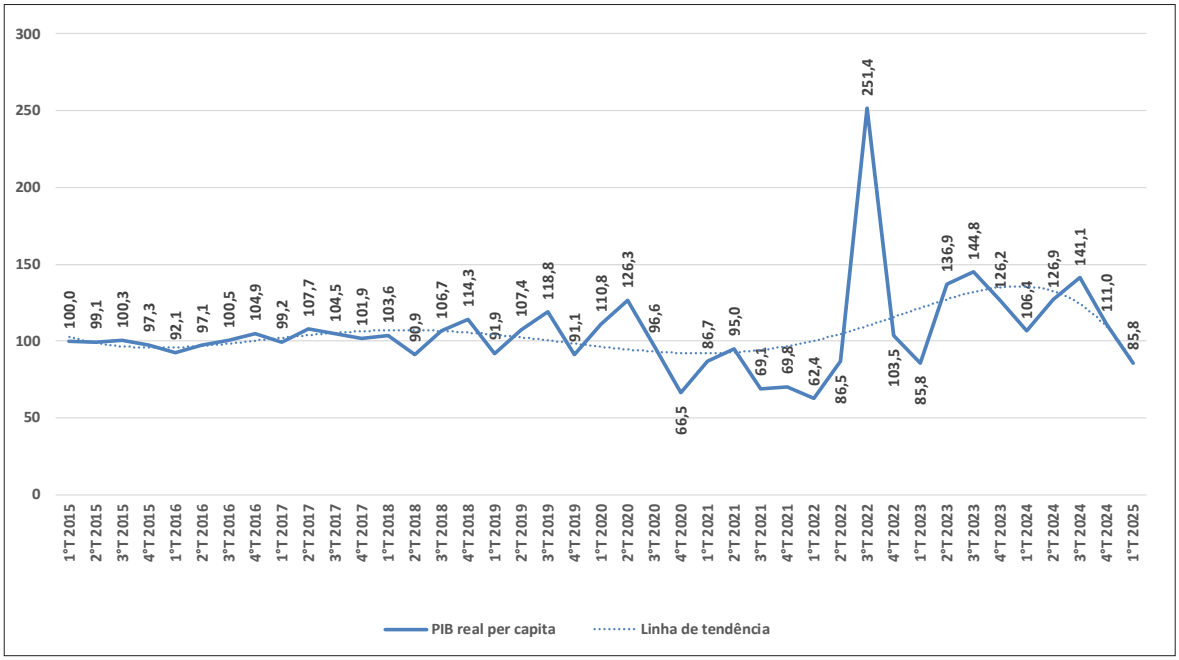
Diante deste quadro, torna-se relevante saber como tem sido a participação da massa de rendimentos reais com relação ao PIB. As estatísticas combinadas da PNAD Contínua com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (não mostradas no texto) indicam que esta relação tem se mantido estável, entre 18,0% e 20,0%, no período 2015/2025, exceto em 2021, quando se elevou para 23,2%. Além disso, a tendência dessa relação tem sido de aumento desde 2023.

4 A Trajetória da Produtividade do Trabalho

Este componente do mercado de trabalho é de alta relevância para o futuro econômico e social brasileiro. Com o fim do bônus demográfico e a inanição dos investimentos brasileiros, e na presença de um governo que não disciplina suas contas públicas, o aumento da produtividade da mão de obra representa a única forma de elevar a renda *per capita* e, assim, garantir um crescimento econômico sustentável no longo prazo. (VELOSO *et al.,* 2025).

Isso, todavia, não é o que acontecido com a produtividade brasileira desde meados da década de 1990, quando os dados revelam que esse indicador apresenta baixíssimo crescimento, ou mesmo permanece estagnado por longos períodos. Uma primeira comprovação desta afirmação pode ser verificada no Gráfico 4, o qual contempla a evolução do PIB real *per capita* (o indicador mais abrangente da produtividade do País).

Gráfico 4 – Brasil: PIB Real Per Capita, 2015-2025 (1ºT2015=100,0)

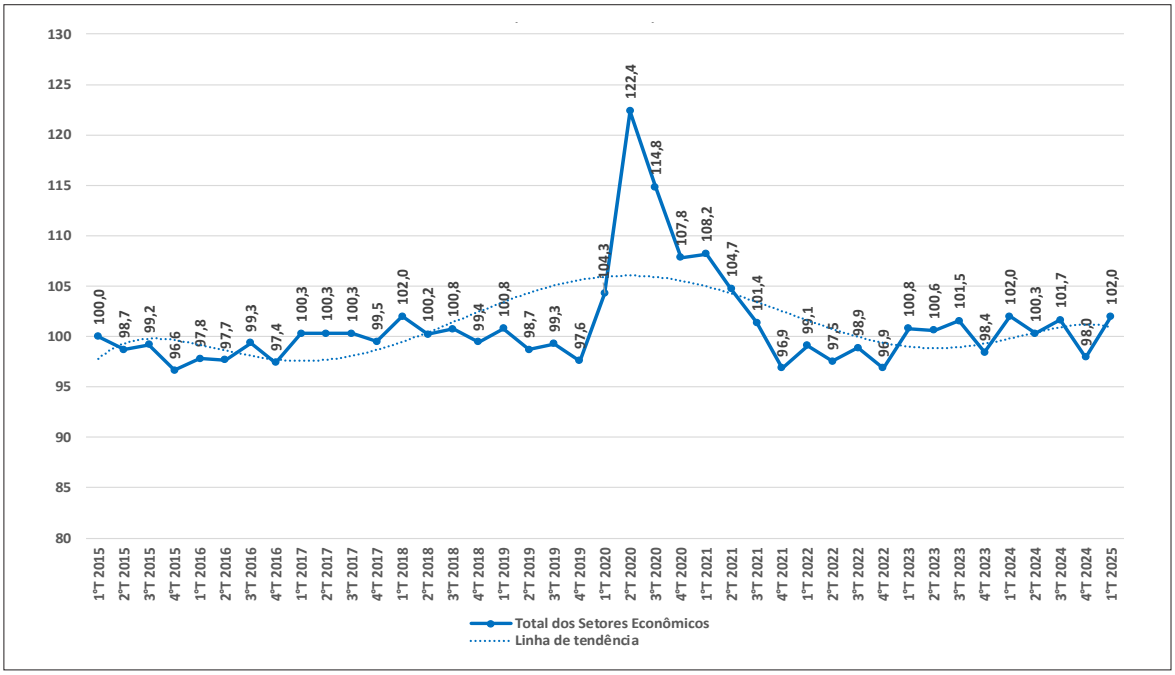


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Desde o primeiro trimestre de 2015 a produtividade ora cresce, ora decresce, sendo este o padrão determinado, ao menos até o ano de 2023. Deste ano, até o final de 2024, verifica-se um aumento mais robusto dos níveis do PIB *per capita*, mas que, aparentemente, voltou a declinar no final daquele ano e início de 2025.[9]

Mas, como se sabe, o PIB *per capita* não é o melhor indicador da evolução da produtividade do trabalho. Entre outras razões de ordem econômica e estatística, este indicador não leva em conta a questão das horas efetivamente trabalhadas pela população ocupada. Atualmente, o IBRE/FGV, por meio do Observatório de Produtividade Regis Bonelli, dedica-se a calcular índices de produtividade geral e setoriais, um dos quais refere-se especificamente à produtividade por hora efetivamente trabalhada. O Gráfico 5 revela os resultados deste indicador.

Gráfico 5 – Brasil: Produtividade por Hora Efetivamente Trabalhada, 2015-2015 (1ºT2015=100,0)



Fonte: FGV-IBRE/Observatório da Produtividade Regis Bonelli. Elaboração do autor.

Sem muita surpresa, os resultados obtidos com esta medição mais refinada da produtividade indicam o mesmo comportamento do PIB *per capita*: exceto para o ano atípico da pandemia, a produtividade por hora efetivamente trabalhada permaneceu praticamente estagnada entre os inícios de 2015 e 2025. Na verdade, a produtividade cresceu apenas 2,0% (!) no período, valor pífio para dez anos de atividade econômica.[10]

Duas perguntas surgem desta constatação:

1) Por que a produtividade da mão de obra brasileira vive em perene estagnação?

2) Seria este um fenômeno observado em todos os ramos da atividade econômica?

Com relação à primeira questão, a literatura tem contemplado diversas explicações estruturais e conjunturais, sendo as mais mencionadas as seguintes:

a) Investimento insuficiente em inovação, tecnologia e modernização - Muitas empresas têm pouca adoção de processos mais modernos, ou investimentos em PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação). Isso reduz a capacidade de crescimento da produtividade ao longo do tempo. Historicamente, o Brasil é um País "late comer" na adoção de tecnologias de ponta, nos processos de automação, de robotização, entre outros. Não há indicações de que as mudanças decorrentes da adoção de IA serão diferentes;[11]

b) Infraestrutura deficiente, logística cara, burocracia e ambiente de negócios adversos - há um excesso de barreiras regulatórias, existem altos custos de transporte, demora em licenças, carga tributária excessiva, entre outros, que elevam os custos, dificultando investimentos que poderiam aumentar a produtividade;

c) Baixa produtividade total dos fatores (PTF) / ineficiência produtiva - mesmo quando há melhora no capital humano, parte importante do problema é que os insumos produtivos (trabalho, capital) não são usados com eficiência. Há falhas na alocação de recursos entre empresas e setores;

d) Educação e capital humano limitados - Não apenas a quantidade de anos de estudo, mas a qualidade da educação tem sido apontada como deficiente. Ocorre uma falta de habilidades mais avançadas, ou inexistência de adequação entre o que os trabalhadores sabem e aquilo que as empresas precisam;

e) Informalidade no mercado de trabalho - trabalhos informais ou em unidades familiares tendem a ter produtividade menor por falta de acesso a capital, tecnologia, qualificação formal, regulamentos etc. Isso contribui para níveis baixos de produtividade do trabalho; e

f) Choques macroeconômicos e instabilidades de variadas naturezas - crises econômicas, recessões, inflação, instabilidades políticas e incertezas regulatórias prejudicam investimento de longo prazo, reduzindo, assim, os incentivos para melhoria de eficiência produtiva.

A resposta à segunda pergunta é claramente **não**. Do mencionado estudo de Veloso et al. (2025) extraímos a Tabela 1, onde aparecem nitidamente os seguintes resultados: (i) entre 1995 e 2025, o crescimento médio anual das horas efetivamente trabalhadas no Brasil não passou de um irrisório 0,8% (!!). Em nenhum dos períodos selecionados na tabela houve um aumento maior do que 3,0% na produtividade por hora trabalhada; (ii) nesse período, a maioria dos setores apresentaram baixo crescimento, ou mesmo estagnação da produtividade. Em particular, os Serviços experimentaram aumento de 0,2% na produtividade, e a Indústria teve crescimento de -0,3% nesse indicador (!); e (iii) o comportamento da produtividade por hora efetivamente trabalhada dos brasileiros só não foi um desastre total porque o setor Agropecuário teve uma elevação de 5,8% que, mesmo não sendo uma grande cifra, para um período tão longo, superou largamente aquela observada nos demais setores.

Tabela 1 - Crescimento Médio Anual da Produtividade Setorial por Hora Trabalhada – Brasil – Períodos Selecionados

Setores	1995-2003	2003-2007	2007-2014	2014-2019	2019-2024	2024	1995-2024
Agropecuária	**6,0%**	**6,7%**	**7,5%**	**4,5%**	**4,0%**	**1,6%**	**5,8%**
Indústria	**-2,1%**	**1,1%**	**0,2%**	**0,8%**	**-0,2%**	**-0,5%**	**-0,3%**
Extrativa Mineral	5,2%	0,6%	2,4%	3,9%	-3,0%	-4,1%	2,3%
Indústria de Transformação	-3,1%	0,8%	0,3%	0,3%	-1,6%	0,3%	-0,9%
Construção	-2,5%	1,7%	0,3%	-2,2%	1,9%	0,0%	-0,4%
SIUP	3,2%	1,4%	1,5%	4,5%	6,1%	-0,1%	3,3%
Serviços	**-0,5%**	**1,8%**	**1,2%**	**-1,2%**	**0,1%**	**0,0%**	**0,2%**
Comércio	-2,7%	3,5%	2,0%	-1,4%	0,0%	1,5%	0,0%
Transporte	-1,2%	1,7%	0,7%	-3,8%	-2,3%	-4,2%	-0,1%
Serviço de Informação	-2,8%	-4,1%	3,4%	0,3%	-0,9%	0,9%	-0,6%
Intermediação Financeira	-0,8%	4,9%	4,2%	-0,6%	-1,6%	5,2%	1,1%
Outros Serviços	-0,7%	1,3%	0,5%	-1,6%	1,8%	1,3%	0,1%
Serviços Imobiliários	0,9%	2,5%	0,1%	1,2%	-2,2%	-2,7%	0,4%
APU	0,7%	-0,2%	-0,3%	-0,7%	-1,9%	-2,1%	-0,3%
Agregada	0,1%	2,6%	1,7%	-0,3%	0,3%	0,1%	0,8%

Fonte: Observatório da Produtividade Regis Bonelli. Elaboração do FGV/IBRE com base nos dados das Contas Nacionais, Pnad e Pnad Contínua.

Como competir no mercado internacional com tais níveis de produtividade?

5 O Comportamento do Índice de Capital Humano

Na seção anterior, vimos que um dos fatores importantes que afetam a produtividade do trabalho refere-se aos requisitos educacionais possuídos pela força de trabalho do País. Esses requisitos associados à experiência acumulada dos trabalhadores e, considerando ainda, seus conhecimentos adquiridos, suas capacidades cognitivas e o treinamento recebido, se transformam naquilo que conhecemos como *capital humano* da força de trabalho.

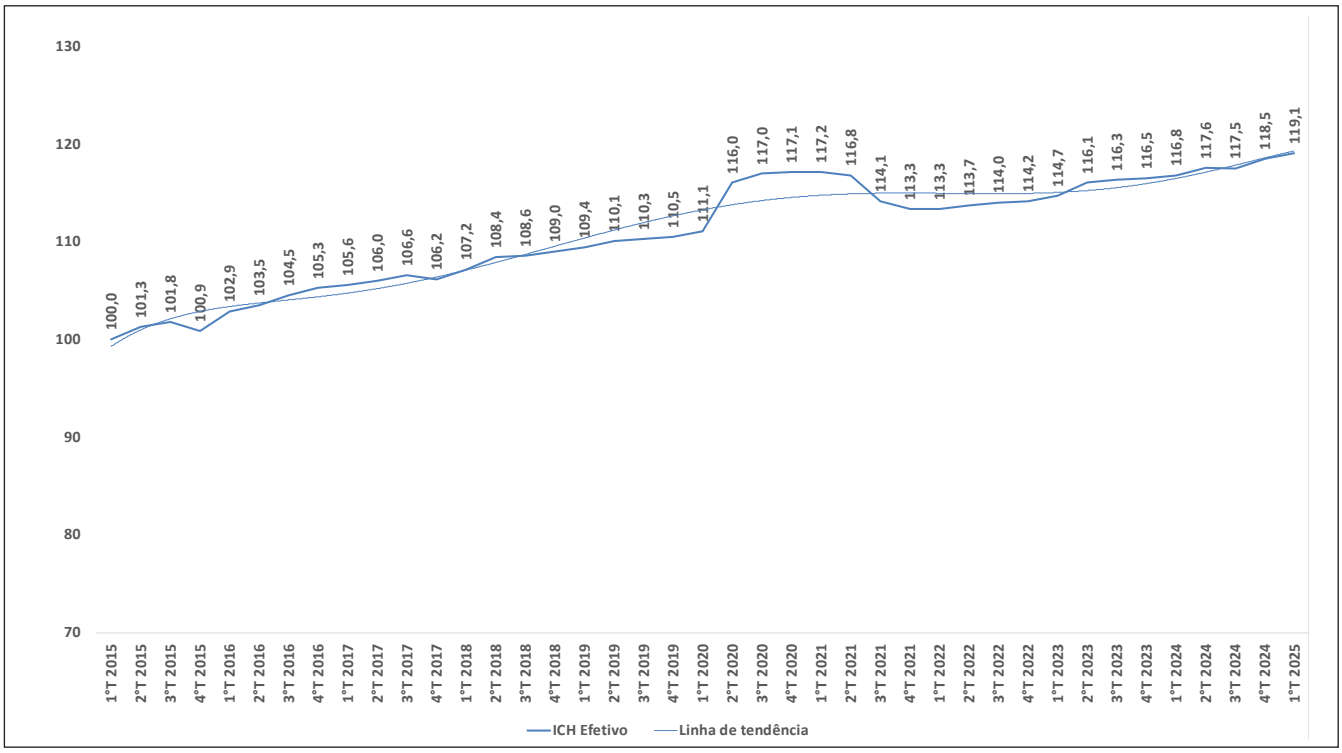
Como tem sido a evolução do conteúdo de capital humano da população brasileira? O IBRE/FGV calcula um Índice de Capital Humano (ICH), desde junho de 2023. De acordo com a nota metodológica que o descreve:

> O ICH tem o objetivo de medir o nível do capital humano da população ocupada em um dado momento do tempo. De modo geral, sua evolução irá refletir fenômenos estruturais associados ao aumento da escolaridade e da experiência, mas também poderá captar fenômenos conjunturais decorrentes do impacto das flutuações econômicas sobre a composição da população ocupada, e a remuneração do capital humano. Além disso, na medida em que o fator trabalho é um dos principais componentes no cálculo da produtividade total dos fatores (PTF), é fundamental incorporarmos as mudanças na composição da população ocupada. Em particular, se não considerarmos o aumento do capital humano decorrente da melhoria da composição educacional da mão de obra ao longo do tempo, as estimativas de crescimento da PTF tenderão a ser superestimadas. (VELOSO *et al.*, 2023, p. 2-3)

O indicador é calculado em bases trimestrais, e tem por princípio que o capital humano de um trabalhador significa o conjunto de habilidades e conhecimentos capazes de aumentar sua produtividade e, consequentemente, gerar rendimentos maiores.

O Gráfico 6 traz a evolução desse índice de capital humano, entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2025. Nota-se claramente – e, com alguma surpresa, dadas as condições educacionais brasileiras e a alta taxa de rotatividade do trabalho (a ser mostrada na próxima seção) – que o ICH tem crescido continuamente e, ao final do período, elevou-se cerca de 19,1% relativamente ao início da série.

Gráfico 6 – Brasil: Índice de Capital Humano Efetivo, 2015-2025 (1ºT2015=100,0)



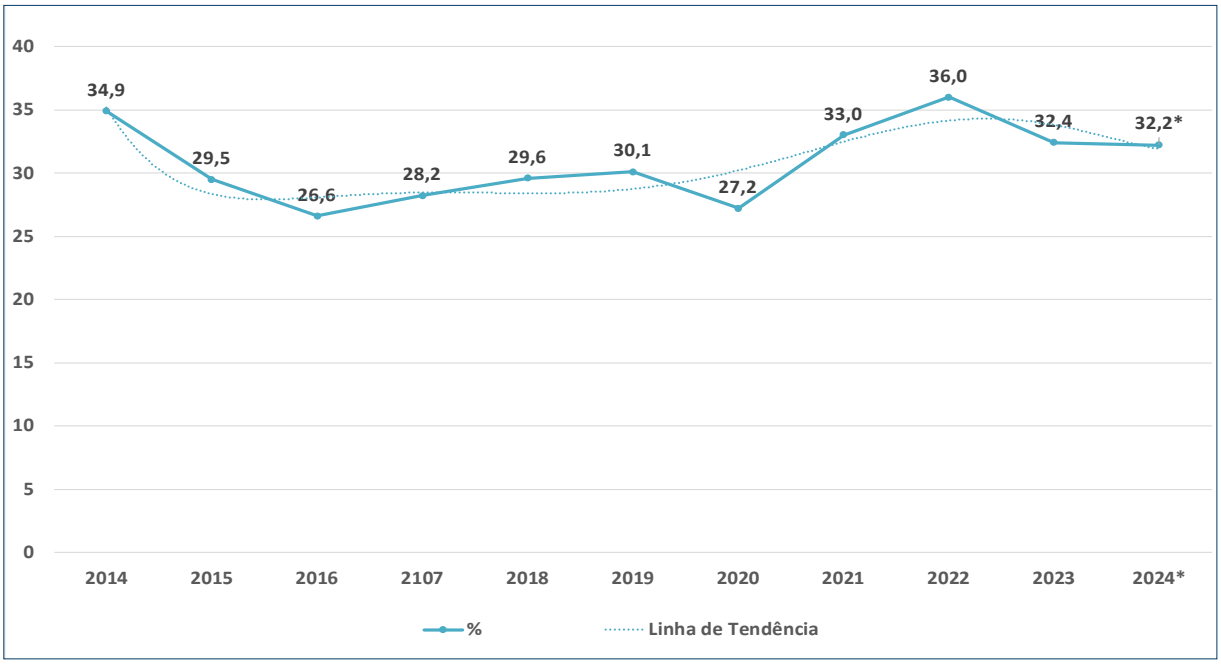
Fonte: FGV-IBRE. Elaboração do autor.

Esta constatação pode adicionar uma explicação a mais sobre o aquecimento do mercado de trabalho, principalmente depois da pandemia. Dado o baixo crescimento do PIB em anos recentes, ainda assim as empresas se animaram em contratar trabalhadores com mais capital humano, assim como os trabalhadores melhoram seus requisitos para obter uma ocupação mais facilmente. Ademais, a elevação permanente deste indicador ajudaria a explicar a melhoria do chamado *Job Matching* do mercado de trabalho, um fator a contribuir ainda mais para a queda da taxa de desemprego.

6 A Evolução da Taxa de Rotatividade da Mão de Obra

Apesar de sua importância, a taxa de rotatividade tem recebido pouca atenção em passado recente nas análises do mercado de trabalho brasileiro. A evolução da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro aparece no Gráfico 7.[12]

Gráfico 7 – Brasil: Taxa de Rotatividade da Mão de Obra, 2014-2024



Fonte: MTE/CAGED (até 2019); MTE/Novo CAGED (após 2020). Elaboração do autor.
Nota: * Estimativa.

Esta é uma variável muito sensível no nível de *emprego formal* (especialmente do tipo capturado pelo CAGED), e no ciclo da atividade econômica. Quanto maior o estoque de empregados, maiores são os movimentos de admissões e desligamentos; quanto mais recessiva vai se tornando a atividade econômica, menores tendem a ser estes movimentos. (CHAHAD, 2019; DUQUE, 2025).

De fato, a recessão não só diminui o nível de emprego como torna os agentes econômicos (empresas e trabalhadores) mais cautelosos. A empresa, durante seu ajuste à recessão, tende a preservar seus trabalhadores, em geral os mais produtivos, pois no caso da retomada não os obterá rapidamente no mercado. Os trabalhadores, por sua vez, percebem rapidamente a escassez de oportunidades no mercado, evitando, a todo custo, pedir sua dispensa voluntária do emprego.

Os resultados obtidos corroboram os aspectos teóricos descritos. Durante a recessão entre 2014 e 2016 houve queda na taxa de rotatividade, mas voltou a crescer entre 2017 e a pandemia. Após 2020, com a recuperação econômica que se seguiu à crise sanitária e o consequente aumento do estoque de empregos formais (ver seção 3.1), as taxas de rotatividade cresceram fortemente.

Tomando-se o ano de 2022 como referência, com uma taxa de rotatividade de 36,6% no ano, e um estoque dos trabalhadores capturados pelo novo CAGED em dezembro daquele ano, no montante de 44,3 milhões de trabalhadores, conclui-se que cerca de 14,9 milhões de trabalhadores mudaram de emprego, seja por dispensa da empresa, seja por demissão voluntária.[13]

O comentário final sobre esses resultados é que a taxa de rotatividade da mão de obra é alta no Brasil, quando comparada aos padrões internacionalmente observados. Torna-se relevante reforçar os resultados perversos destes elevados níveis de rotatividade. Um exame minucioso mostrará que a rotatividade tende a atingir grupos específicos,

em especial jovens, mulheres, trabalhadores menos qualificados, etnias, ou seja, aqueles grupos mais vulneráveis da força de trabalho.

Por fim, níveis tão altos de rotatividade desestimulam fortemente investimentos em capital humano, seja de iniciativa do trabalhador, ou então por iniciativa das empresas, já que nenhum dos agentes tem um tempo médio de permanência no emprego suficiente para recuperar eventuais gastos com treinamento, especialização e formação de recursos humanos.

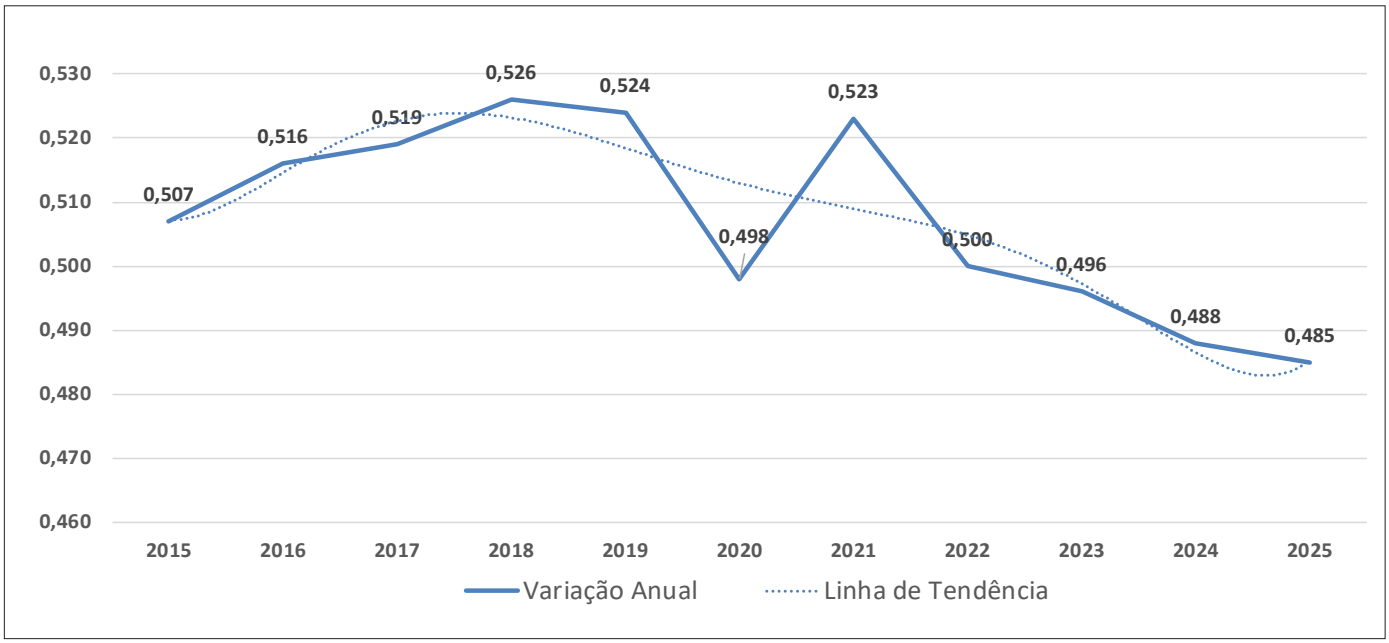
7 Mercado de Trabalho, Distribuição de Renda e Pobreza

Esta seção adentra a discussão de como o desempenho do mercado de trabalho no período pós- 2015 tem impactado a distribuição de renda e a pobreza. A presunção aqui é que esses impactos são os que melhor espelham uma piora ou melhora nas condições de vida e de bem-estar da população, por meio do mercado de trabalho.[14]

7.1 A Evolução do Índice de Gini

Um dos indicadores clássicos que captam melhor esses impactos é o *Índice de Gini*.[15] A evolução desse índice pode ser verificada no Gráfico 8. Não levando em conta o ano da pandemia (2020), quando os resultados foram sempre atípicos, podemos verificar a existência de dois subperíodos. O primeiro até 2019, quando este índice sobe de forma constante, e após 2021, quando ocorre uma queda permanente, indicando uma desconcentração da renda.

*Gráfico 8 – Brasil: Índice de Gini, 2015-2025**



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração IPEA – Data.
Nota: * até junho.

Entre 2015 e 2019, conforme vimos na seção 1, a economia brasileira apresentou desempenho macroeconômico ruim. A recessão iniciada em 2015 reduziu o crescimento, limitou novas oportunidades de emprego e afetou negativamente investimentos. Esta retração tendeu a aumentar a desigualdade. Isso levou a uma fragilização do mercado de trabalho, elevando o desemprego (mais pessoas sem renda), e à redução do emprego formal (menos pessoas ganhando bons salários). Houve um aumento da informalidade, ou seja, ocupações de menor produtividade, menor rendimento e condições de trabalho mais precárias.

Sob a ótica da renda, verificou-se uma estagnação ou queda nos salários reais, especialmente entre os menos qualificados. E os ganhos de produtividade, em si já baixos, parecem não ter sidos igualmente distribuídos. Além disso, as políticas de transferência de renda sofreram limitações. Programas sociais como Bolsa Família continuaram presentes, mas sua capacidade de compensar impactos negativos do mercado de trabalho ou de choques macroeconômicos adversos parece ter sido debilitada.

Por fim, houve um forte crescimento da renda concentrada no topo. Mesmo que os mais pobres não tenham necessariamente perdido renda absoluta, os mais ricos tiveram ganhos relativamente maiores (ou menores perdas) em muitos casos. De acordo com o IBGE (2019), em 2018, a renda do trabalho dos 1,0% mais ricos foi cerca de 34 vezes maior que a dos 50% mais pobres. Quando os ganhos relativos no topo superam os ganhos no resto da população, o Índice de Gini aumenta, indicando piora na distribuição de renda.

O quadro entre 2021 e 2025 modifica-se com a reversão de muitos aspectos negativos observados até 2019. Após a pandemia, o PIB voltou a crescer, ainda que moderadamente, permitindo uma recuperação do mercado de trabalho. Por um lado, ocorreu um forte crescimento do emprego formal, com criação de vagas crescendo ano a ano. Empregos formais são mais bem remunerados. Por outro lado, verificou-se um aumento da ocupação, também entre pessoas com rendas mais baixas, permitindo que pessoas pobres, ou de classe média baixa, tivessem maiores rendimentos do trabalho.

Outro fator importante a explicar a elevação do Índice de Gini foram os sucessivos aumentos do salário mínimo acima da inflação, ajudando diretamente os trabalhares nas faixas de renda mais baixas. As evidências indicam que o aumento da renda dos 50,0% mais pobres foi maior do que o daqueles no topo da distribuição de renda.

Por fim, e certamente o mais importante na opinião deste autor, há o robusto fortalecimento das políticas de transferências de renda, sem condicionantes, ou com condicionantes fracos, as quais vem dominando o cenário assistencial brasileiro. Programas como Auxílio Brasil / Bolsa Família fortaleceram as regras de proteção que permitem que beneficiários permaneçam em programas sociais mesmo após aumento de renda ou obtenção de emprego. Isto tem permitido amortecer choques adversos e levado a ganhos maiores para os mais pobres.

7.2 A Dimensão Atual dos Programas de Benefícios Sociais

De fato, o bom momento vivido pelo mercado de trabalho em tempos recentes depende menos das condições de crescimento econômico (que permanecem em níveis aquém das necessidades da população, sob as mais diversas óticas) e muito mais de um modelo de país onde a sustentabilidade da economia assenta-se na proliferação de benefícios sociais à população, como forma de manter aquecida a demanda agregada, via maior consumo das famílias.

A extrema generosidade do Estado brasileiro na concessão de benefícios sociais tem sido o principal motor da economia brasileira. Esta política melhora a vida do pobre, o que é bom no curto prazo, mas perpetua a pobreza e premia a "cultura do pedinte", o que é ruim em longo prazo.

A Tabela 2 ilustra bem este argumento.

Tabela 2 - Brasil: Beneficiários dos Programas Sociais do Governo Federal; 2024-2025

	Programas	Nº Pessoas
1	Bolsa Família[a]	50051,962 [b]
2	BCP [b]	6.467,734
3	INSS [b]	39.036,865
4	Seguro-desemprego [b]	9.040,000
5	Total	104.596,561
	Dados Populacionais [f]	
6	População Total	217.963,000
7	População em Idade Ativa	177.289,000
8	População Economicamente Ativa	110.530,000
9	(5) / (6)	48,0%
10	(5) / (7)	59,0%
11	(5) / (8)	94,6%

[a] MDS. Agosto de 2025.
[b] Número de famílias beneficiadas = 19.192,507.
[c] MDS. Agosto de 2025.
[d] INSS. Julho de 2024.
[e] MTE. Dezembro de 2024. inclui seguro - defeso.
[f] PNAD Contínua. (Abril 2025).

Certamente, ninguém é contra programas sociais que procurem beneficiar os mais pobres e, assim, reduzir a pobreza, mas qual o futuro de uma nação onde 48,0%(!!) da população vive de benefícios do governo? Se formos considerar a PEA, este percentual é de, aproximadamente, 95,0% – uma cifra estonteante, para se dizer o mínimo. Somente o programa Bolsa Família, carro-chefe desses programas, beneficia cerca de 23,0% do total da população brasileira, outro número impressionante.[16]

A situação é mais grave, pois esta tabela não inclui inúmeros outros programas que têm sido adotados (ou em fase de adoção) como, por exemplo, escola em tempo integral, arroz da gente, programa de aquisição de alimentos, Programa Pé-de-Meia, Alimentação Nota 10, Vale Gás, Gás para Todos, crédito consignado ao setor privado, entre outros.

Além dos efeitos adversos de longo prazo que este modelo causa nas finanças públicas – posto que cada programa destes, meritório ou não, representa um item a mais no orçamento do governo, para o qual é preciso correr atrás de receitas –, tem sido constatado um inegável desestímulo ao trabalho e uma acomodação de significativa parcela da população, que prefere esperar pelo benefício a buscar algum tipo de emprego que gere renda do seu trabalho.

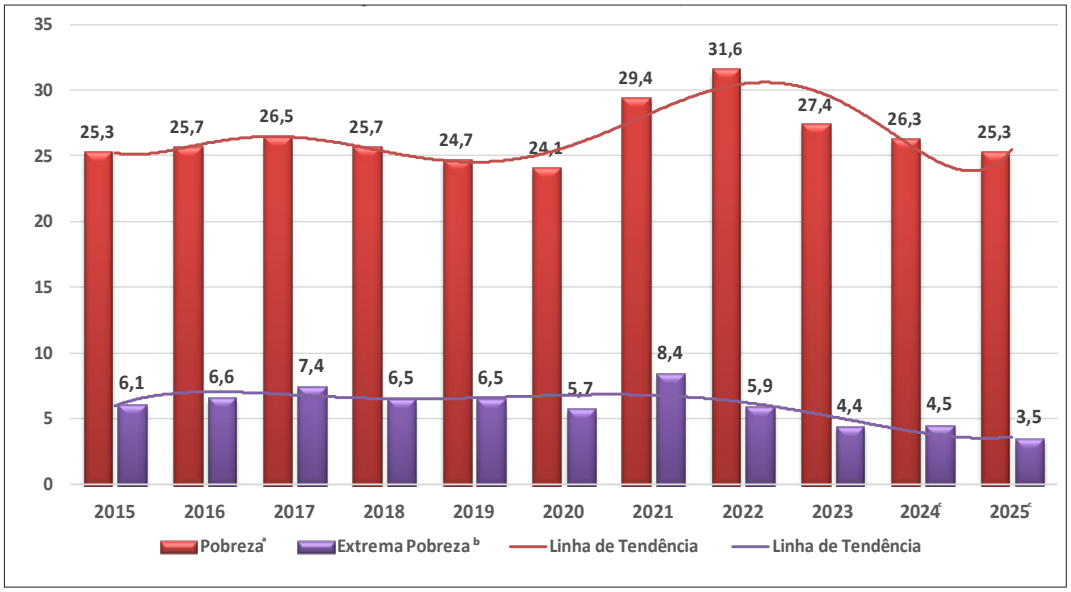
O artigo de Navarro (2013) demostrou, com fartas evidências, este lado negativo dos benefícios, especialmente do programa Bolsa Família, pois em inúmeros municípios que visitou, em todo Brasil, o prefeito do local era enfático em dizer que a principal "produção" local era o *"nascimento de filhos"* à espera do benefício do Bolsa Família. Mais recentemente Duque (2024) e Schymura (2025), pesquisadores do IBRE/FGV, elaboraram textos argumentando sobre a necessidade de aprimoramento do programa Bolsa Família, tendo em vista eliminar o efeito negativo do desencorajamento ao trabalho, e que tem sido historicamente observado. Segundo Duque (2024, p. 1), a "*Expansão do Bolsa-Família teve*

efeitos negativos predominantes sobre a participação na força de trabalho, especialmente nos segmentos mais vulneráveis, desincentivando aqueles mais propensos a receber benefícios sociais."

7.3 Pobreza e Extrema Pobreza

Estudos da década de 2010 mostraram que há uma correspondência clara entre a redução do Índice de Gini e a redução dos níveis de pobreza no caso brasileiro (ver BARROS et al., 2007; NÉRI, 2009).[17] Diante desta constatação, o que ocorreu no período 2015-2025 com relação aos níveis de pobreza? O Gráfico 9 nos traz os resultados da trajetória da pobreza e extrema pobreza nesse período.

Gráfico 9 – Brasil: Evolução da Pobreza e Extrema Pobreza, 2015-2025



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração do autor com base na IA do ChatGPT.
a) Porcentagem da população ganhando renda < US$ 5,50/dia.
b) Porcentagem da população ganhando < US$ 1,90/dia.
c) Estimativas preliminares.

Aparentemente, a evolução dos indicadores de pobreza e extrema pobreza corroboram os resultados obtidos nos estudos anteriormente mencionados. De fato, até 2020, quando o Índice de Gini cresceu, as taxas de pobreza cresceram ligeiramente ou se mantiveram constantes. Em contrapartida, com a queda desse índice, impulsionada pela ampliação dos benefícios sociais, verifica-se uma queda nos indicadores de pobreza.

Dois aspectos merecem destaque na evolução dos níveis de pobreza refletidos neste gráfico. O primeiro refere-se ao forte impacto da pandemia nos níveis de pobreza. Em 2021, as taxas de pobreza e extrema pobreza cresceram fortemente, sendo que a taxa de pobreza continuou a se elevar em 2022, quando atingiu seu maior valor no período em questão.

O segundo aspecto refere-se ao fato de que, após a pandemia, os indicadores de extrema pobreza parecem ter caído mais rapidamente do que a pobreza em geral, indicando que, talvez a forte expansão dos benefícios sociais tenha atin-

gido de forma mais direta aquela parte da população extremamente pobre, o que não deixa de ser um fato positivo.

8 Perspectivas Atuais para o Mercado de Trabalho Brasileiro

Este texto adentrou a análise dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro entre 2015/2025. Sucintamente, podemos afirmar que o período foi marcado por três fases distintas. A primeira fase, até 2019, na qual se verificou uma forte crise recessiva em 2015 e 2016, cujas consequências negativas perduraram até 2019, com queda na ocupação, aumento da informalidade e elevação das taxas de desemprego.

A segunda foi a debacle do ano de 2020, quando a pandemia causada pelo vírus da COVID-19 obrigou ao isolamento social e levou a uma forte retração econômica, elevando muito a taxa de desemprego. A terceira fase, após 2021, com a recuperação gradativa da economia, assentada num forte aquecimento no consumo das famílias devido à vigorosa expansão dos benefícios sociais.

Se este modelo tem um aspecto positivo pelo lado humanitário da redução da pobreza, não encontra sustentação para a economia do País, pois não se assenta num sólido aumento dos investimentos públicos e privados em infraestrutura voltadas para a maior oferta dos chamados "wage goods". Não basta somente melhorar a vida do pobre: é preciso principalmente erradicar a pobreza, o que requer reformas sociais (e educacionais), além desses investimentos. É preciso reverter o quadro no qual a "*proliferação da miséria*" parece ser uma política de Estado para outra política cuja verdadeira razão de Estado seja a erradicação da pobreza.

De qualquer forma, as perspectivas para o mercado de trabalho no futuro imediato fundamentam-se em três principais elementos no entender deste autor: (a) a trajetória futura do crescimento econômico; (b) a transição demográfica ainda em curso; e (c) as transformações promovidas pelas inovações tecnológicas decorrentes da aceleração do uso da Inteligência Artificial (IA).

8.1 Perspectivas de Crescimento Econômico

As projeções de crescimento do PIB variam bastante, mas sempre num patamar baixo e permitindo pouco otimismo, tendo em vista a necessidade de uma retomada mais robusta que garanta a continuidade do bom desempenho atual do mercado de trabalho. A OECD avalia que o Brasil crescerá 2,3% em 2025, e somente 1,9% em 2026. O IPEA traz números semelhantes com um crescimento de 2,4% em 2025, e 1,8%, em 2026. O FMI estima em 2,3% o crescimento em 2025, e Banco Mundial prevê aumento de 2,2% para 2025.

Realisticamente, são números pouco animadores para o desafio de manter aquecido o mercado de trabalho do País. Além disso, a demanda aquecida pelo consumo das famílias tem dificultado o controle da inflação, impedindo uma queda sistemática das taxas de juros, o que enfraquece a retomada dos investimentos produtivos.

A isso soma-se uma política fiscal expansionista sem qualquer controle sobre os gastos públicos, que eleva a dívida pública e pressiona ainda mais a taxa de juros. O descontrole fiscal gera desconfiança nos investidores, que exigem juros maiores para emprestar ao governo. Juros altos desestimulam o consumo e o investimento, o que, em longo prazo, desacelera a economia e freia a criação de empregos. Com grande parte do orçamento comprometido com pagamento de juros da dívida e outras despesas obrigatórias, sobra menos para investir em infraestrutura, educação e saúde. Esses investimentos são fundamentais para o crescimento econômico sustentável e para a geração de empregos de boa qualidade no futuro.

No cenário internacional, se o mundo enfrentar uma desaceleração mais forte ou ocorrerem choques externos (por exemplo, crise nas taxas de juros, crise de cadeias globais de suprimento, pressões tarifárias

americanas etc.), o crescimento do Brasil pode ficar abaixo daquelas projeções, o que traria efeitos adversos ainda maiores para o mercado de trabalho.

8.2 Impactos Decorrentes da Transição Demográfica

Embora seja um tema menos abordado, a transição demográfica brasileira — caracterizada pela queda nas taxas de natalidade e mortalidade, aumento da expectativa de vida e envelhecimento populacional — ainda impacta significativamente o mercado de trabalho em várias frentes. O Brasil ainda tem uma população economicamente ativa relativamente grande, mas ela já começou a desacelerar. Isto porque a proporção de trabalhadores mais velhos está crescendo, enquanto a entrada de jovens no mercado está diminuindo. A menor disponibilidade de mão de obra no futuro certamente levará a pressões para aumentos contínuos de produtividade do trabalho, como forma de compensar a escassez de trabalhadores. Consequentemente, haverá pressão sobre todo o sistema educacional formal e profissionalizante.

Não só numericamente a transição demográfica impacta o mercado de trabalho. Haverá significativa mudança da ocupação em setores produtivos. Ramos como Saúde, Cuidados Pessoais (geral e para idosos), Previdência e Assistência Social demandarão mais trabalhadores, e com perfis bem específicos, e exigirão cada vez mais obras físicas. Por outro lado, setores que tradicionalmente empregam muitos jovens, como Comércio e Tecnologia da Informação, enfrentarão escassez de perfis mais jovens ou mais adaptáveis digitalmente.

Em síntese, a transição demográfica ainda está em curso no Brasil, mas seus impactos têm sido visíveis no mercado de trabalho, em décadas recentes. O País vive um momento crucial de *janela demográfica*, em que ainda há mais pessoas em idade produtiva do que dependentes (crianças e idosos). Aproveitar essa fase com investimentos em educação, produtividade e inovação é crucial para garantir um futuro sustentável e competitivo do mercado de trabalho.

8.3 Impactos Decorrentes da Aceleração do Uso da IA

Assim como tem ocorrido no cenário mundial, o avanço da IA no Brasil deve impactar especialmente ramos da atividade econômica com processos repetitivos, como por exemplo, o atendimento aos clientes, os serviços administrativos, o varejo, a logística das empresas, as finanças empresariais e alguns ramos dos serviços públicos. Outras áreas com forte impacto incluem marketing, design, audiovisual, e as que envolvem tecnologias de automação e robotização. Em todas estas áreas haverá uma forte pressão sobre seus profissionais para que se adaptem a habilidades de supervisão, curadoria e controle ético das ferramentas de IA.

Deve-se destacar que o avanço da IA no Brasil traz tanto oportunidades quanto desafios. Por um lado, há criação de novos empregos e valorização de trabalhadores que se adaptarem às novas demandas. Por outro, inúmeros desafios decorrerão da falta de infraestrutura, da desigualdade de acesso e escassez de formação especializada, o que pode comprometer a inclusão de um contingente significativo de profissionais. A resposta que visa minorar estas dificuldades está na combinação entre políticas públicas consistentes, regulamentação adequada, investimento em educação e incentivo à qualificação contínua.

Embora comparativamente ao resto do mundo a penetração da IA ainda seja incipiente no País, o Brasil está oficialmente construindo seu marco regulatório para IA, com ênfase na proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores. O PL 2.338/2023, tramitando na Câmara Federal, representa um avanço significativo, especialmente ao criar estruturas institucionais robustas como o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), e a coordenação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que

também atuará como órgão fiscalizador, bem como prever diretrizes específicas para mitigar impactos trabalhistas.

Como mensagem final é preciso que a superação das dificuldades econômicas, sociais, demográficas, tecnológicas, e institucionais dependa antes de uma conscientização política do País, sem a qual todo esforço para o salto na qualidade do crescimento do brasileiro estará fadado ao insucesso total. Vivemos numa eterna polarização entre a direita e a esquerda, cenário no qual cada lado captura para si o conceito de democracia; não há adversários lutando pelo bem comum, mas, sim, inimigos viscerais tentando se aniquilar a qualquer custo.

Neste contexto, qual o futuro desta Nação?

Referências

BARBOSA FILHO, F. H.; VELOSO, F. **Mercado de trabalho no Brasil: evolução, efeitos da pandemia, perspectivas e propostas**. Blog do IBRE. Rio de Janeiro, FGV IBRE, 2022.

BARROS, R.P. *et al*. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para Discussão).

CHAHAD, J.P.Z. O mercado de trabalho brasileiro - 2012/2019: retrospectiva e perspectivas. **Informações Fipe**, n. 468, p. 7-22, set. 2019.

_____. A reforma trabalhista brasileira de 2017: mudanças, avanços e desafios. **Cadernos Adenauer XIX**, n. 2, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Mercado de trabalho: conceitos, definições funcionamento e principais estatísticas para o Brasil. In: VASCONCELOS, Marco A. S.; TONETO, Rudinei; PINHO, Diva (Orgs.). **Manual de economia**. 7ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

CORBI, R. B. *et al.* Labor courts, job search and employment: evidence from a labor reform in Brazil. Anais. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Econometria, 2022.

DUQUE, D. **Oferta de trabalho e rotatividade: as causas da escassez de mão de obra**. Blog do IBRE. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 27 mar. 2025.

_____. **Expansão do Bolsa Família desencoraja participação no mercado de trabalho de vulneráveis.** Blog do IBRE. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 26 ago. 2024.

IBGE. **Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre**. Rio de Janeiro: Editoria de Estatísticas Sociais, 25 out. 2019.

IMF. **Global Economy: tenuous resilience amid persistent uncertainty.** World Economic Outlook (update). Washington, July 2025.

ITAÚ ASSET MANAGEMENT. **A evolução do mercado de trabalho no Brasil e os impactos da reforma trabalhista.** São Paulo: Banco Itaú, 2017.

NAVARRO, Z. As entranhas do Bolsismo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 dez. 2013.

NÉRI, M. **Income polices income distribution and the distribution of opportunities in Brazil**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2009.

NOGUEIRA, M.O.; MOREIRA, R.F.C. **A COVID deixa sequelas: a destruição do estoque de capital das micro e pequenas empresas como consequências da pandemia de COVID-19**. Brasília: IPEA, 2023 (Texto para Discussão 2894).

OECD. **OECD Economic Surveys: Brazil 2023**. OECD Publishing, 2023.

OREIRO, J.L.; MARQUETTI, A. **Por que a produtividade do trabalho no Brasil está estagnada**. Brasília: UnB Notícias (https//noticias.unb.br/), 04 abr. 2025.

SCHYMURA, L. G. **Bolsa Família ampliado reduz oferta de trabalho, mas pode ser aperfeiçoado**. Carta do IBRE FGV. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2025.

TINOCO, G.; GIAMBIAGI, F. **Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023**. Rio de Janeiro: BNDES, abr. 2018.

VELOSO, F. *et al.* **Produtividade do trabalho no Brasil: uma análise dos resultados setoriais no período 1995-2024**. Blog do IBRE. Rio de Janeiro: FGV IBRE, abr. 2025.

_____. **Nota metodológica: Índice de Capital Humano (ICH) trimestral**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, jun. 2023.

---

1 Este artigo contou com a valiosa e competente colaboração do bacharelando em Ciências Econômicas pela FEA/ USP Tuffy Licciardi Issa. Seu apoio foi decisivo na busca dos dados, bem como na preparação e elaboração de gráficos e tabelas. Além disso, seu olhar crítico foi muito importante para contribuir na versão final deste texto. Neste agradecimento, esclareço que todos os erros, distorções ou omissões são de minha inteira responsabilidade.

2 Esta parte do artigo complementa os temas abordados na Parte I, a saber: força de trabalho, ocupação, desemprego e informalidade.

3 Esta seção não pretende realizar uma análise ampla e rigorosa de todos os fatos econômicos, sociais, internacionais, institucionais e políticos do período selecionado, mas tão somente alinhar aqueles mais relevantes em termos de seus impactos sobre o PIB, e o mercado de trabalho. Para uma análise mais ampla sobre a trajetória da atividade produtiva nacional consultar, entre outros, OECD (2023) e Tinoco e Giambiagi (2018).

4 O leitor interessado numa análise ampla e mais completa da reforma trabalhista de 2017 deve consultar, entre outros, Chahad (2018) e Itaú Asset Management (2017). Destaca-se que, diferentemente de outros episódios, os efeitos positivos sobre o emprego e as relações de trabalho (entre outros aspectos) decorrentes de uma reforma desta natureza somente serão observáveis em médio e longo prazos. Mudanças no campo trabalhista promovem uma melhoria no ambiente institucional das relações de trabalho que, por sua própria natureza, demoram para gerar seus reais efeitos.

5 Ainda que os resultados de uma reforma trabalhista, em larga escala, levem tempo para surtir os efeitos desejados, alguns resultados foram observados em curto prazo. O primeiro foi a enorme queda dos processos trabalhistas, em juízos de primeira instância. Em 2016, foram protocolados 2,6 milhões processos trabalhistas na Justiça do Trabalho, número que caiu para 1,5 milhões em 2021 – isto devido ao fim da justiça gratuita sem comprovação e ao pagamento dos honorários de sucumbência devidos aos advogados da parte vencedora. Esse quadro sofreu uma reversão, pois o STF e o TST reverteram a lógica da reforma, proibindo a cobrança de honorários e perícias dos beneficiários de justiça gratuita, bem como para ter justiça de graça não é preciso provar que é pobre, bastando para isso uma simples autodeclararão do interessado. Com isso, os processos trabalhistas voltaram a crescer e, em 2024, já estavam na casa do 2,4 milhões de processos (**Jornal O Estado de S. Paulo, em 25/8/25 e 27/8/25).** Por outro lado, sob a ótica emprego, o estudo de Corbi *et al.* (2022) concluiu que a reforma gerou, nos primeiros 5 anos de vigência, 1,8 milhões de postos de trabalho e reduziu a taxa de desemprego em 1,7 pp. Já o centro de pesquisas MADE, da USP, contrariamente, avaliou que a reforma não apresentou efeito significativo sobre o desemprego.

6 Este texto foi redigido nos meses de agosto e setembro de 2025. Assim sendo, o impacto aqui mencionado tem caráter de previsão, pois as tarifas entraram efetivamente em vigor no mês de agosto, e ainda num contexto de muita negociação e de variadas isenções e concessões fazendo parte do centro das negociações.

7 Para penalizar ainda mais o País, a elevação tarifária foi justificada politicamente. O presidente Trump citou o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro como uma "caça às bruxas" e mencionou, ainda, a existência de supostos déficits comerciais entre os dois países, mesmo com os EUA apresentando superávit comercial de US$ 7,4 bilhões com o Brasil, em 2024. Este aspecto político será aqui ignorado por fugir ao escopo deste texto.

8 A título de exemplo cabe o comentário que o Brasil é dos Países que menos cresce, em período recente, entre as nações emergentes. De acordo com os cálculos e projeções do FMI, para o período 2023/2026, o conjunto dos emergentes cresceu e deverá crescer, em média, cerca de 4,3%a. a, sendo que a Índia crescerá 7,1%a. aa, China crescerá 4,9% aa e o Brasil apenas 2,8% aa (IMF, 2025).

9 Este texto contempla o período depois de 2015, e a comprovação de que a estagnação da produtividade do trabalho remonta aos anos de 1990 está demonstrada no mencionado estudo de Veloso *et al.* (2025.). Deve-se esclarecer que o aumento da produtividade que aparece no terceiro trimestre de 2022 resulta de alguma anomalia que não pode ser detectada neste texto.

10 A produtividade por hora efetivamente trabalhada subiu muito durante 2020 (ano da pandemia) por várias razões conjunturais – muitas delas de natureza temporária ou "cíclica" – e não necessariamente por ganhos permanentes de eficiência. Aqui vão os principais fatores identificados na literatura que os explicam: (i) queda nas horas trabalhadas maior que a queda na produção; (ii) houve um efeito composição da força de trabalho. As demissões afetaram, principalmente, os menos qualificados, e os que ficaram empregados elevaram os níveis de educação, qualificação e experiência; (iii) com menos pessoas trabalhando, os que permaneceram tiveram mais "capital" à disposição (máquinas, infraestrutura, tecnologia etc.), ou seja, a capacidade instalada não caiu tão rapidamente quanto o volume de trabalho; (iv) houve importantes mudanças operacionais devido à pandemia como a adoção em larga escala do trabalho remoto, que em alguns casos reduziu tempos *mortos* (como deslocamento para o trabalho, reuniões ineficientes etc.); e (v) ocorreu uma aceleração de digitalização, automação ou ajustes operacionais para contornar as vigorosas restrições físicas – por exemplo, uso intensivo de tecnologia para comunicação remota, processos de trabalho reorganizados, entre outros.

11 Para Oreiro e Marquetti (2025, p. 1) o aumento da produtividade passa pela retomada dos investimentos. Para eles *"Em suma, embora seja possível sustentar por alguns anos o crescimento elevado do PIB per capita apenas com uma maior e mais intensa utilização do fator trabalho, o Brasil precisa aumentar de modo significativo sua taxa de investimento para obter o aumento sustentado e cumulativo da produtividade do trabalho."*

12 As estatísticas desse gráfico possuem duas restrições. A primeira é que não foi possível obter informações para o ano de 2025, pois não aparecem no site do MTE. A segunda refere-se ao fato de que, com o Novo CAGED, a partir de 2020, mudanças metodológicas podem afetar, na margem, os valores antes e após aquele ano, mas não afetam as tendências observadas para a rotatividade da mão de obra.

13 Cabe aqui precisar mais claramente o conceito de rotatividade do trabalho. De acordo com Chahad (2017): "O movimento referente às demissões, dispensas e rescisões de contrato de trabalho, seja por iniciativa das firmas ou dos empregados, tanto pode representar desemprego da força de trabalho como, também, rotatividade da mão de obra. O que diferencia essas duas situações é que, do ponto de vista das empresas, a rotatividade implica a ideia de que a mão de obra dispensada, ou que voluntariamente se demite, será substituída, enquanto a dispensa do empregado por parte da firma, ou seu pedido de rescisão do contrato de trabalho, sem que ocorra reposição, caracteriza uma situação de desemprego na forma tradicional do termo".

14 Aqui serão mencionados muitos dos argumentos vistos em seções anteriores, inclusive da parte I deste artigo, publicada na edição anterior deste boletim, o que confere a esta seção o caráter de uma síntese conclusiva.

15 O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm

a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a renda do país.

16 As estatísticas do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) permitem concluir que o Programa Bolsa Família cresceu 45,6% entre 2020 (ano da pandemia) e 2024, e deverá crescer mais ao nos aproximarmos das eleições gerais de 2026.

17 Essa correspondência, entretanto, pode não necessariamente ocorrer. Entre os fatores que impedem isto menciona-se: (i) a queda no Índice de Gini por si só não garante automaticamente uma queda na pobreza extrema, se os mais pobres tiverem aumentos de renda muito modestos, ou se os limiares de pobreza estiverem muito baixos; (ii) a redução da pobreza/extrema pobreza depende não só da redistribuição, mas também do crescimento econômico, inflação (especialmente dos alimentos), desemprego, políticas fiscais etc. Por exemplo, se houver inflação alta dos alimentos, isso pode corroer ganhos reais de renda dos mais pobres; (iii) crises sanitárias, inflação internacional, crises climáticas ou energéticas podem reverter ganhos se não houver políticas de mitigação; e (iv) mesmo com a redução da desigualdade, certas populações, como pessoas negras, jovens, moradores de áreas rurais, mulheres, indígenas podem continuar em desvantagem. Ou seja, a pobreza pode se concentrar em grupos específicos.

(*) Professor Titular (aposentado) e participante do Programa Sênior do Departamento de Economia da FEA/USP. *O autor agradece, também, à Secretária Amira Canário pelo apoio logístico, bem como pela contribuição na formatação dos gráficos e tabelas e do texto final. Agradece, ainda, ao Prof. Simão Silber por disponibilizar material referente à conjuntura econômica brasileira, e a Rosangela Batista pela contribuição dada na seção sobre rotatividade da mão de obra. Por fim, o autor deixa claro que, em nome da modernidade, fez uso de ChatGPT, DeepSeek e de outras modalidades de Inteligência Artificial, mas as isenta dos erros e omissões que cometeu ao utilizá-las.*

A Nação Inacabada: Contradições da Ordem Liberal Canadense (Conversa com Ian McKay - Parte 1)

Julio Lucchesi Moraes (*)

Neste mês, damos continuidade à série Reflexões sobre o Canadá, dedicada a pensar o país a partir de diferentes perspectivas históricas, políticas e culturais. Conversamos com Ian McKay, historiador e autor de referência sobre o liberalismo canadense, para discutir as contradições e fragilidades da chamada "ordem liberal" do país — suas raízes coloniais, seus limites sociais e o papel que o experimentalismo político desempenhou em sua formação. Esta é a primeira parte de nossa conversa.

J: A imagem internacional do Canadá é a de uma espécie de farol liberal que, de alguma forma, consegue manter a dose certa de políticas sociais. Em muitos dos seus livros, você explora os limites, as armadilhas e os desvios históricos dessa narrativa. Poderia nos contar mais sobre figuras-chave, momentos ou eventos que permitiram a construção de uma história tão duradoura?

I: A marca internacional do Canadá como os "norte-americanos mais gentis e amigáveis" é onipresente. No Canadá, os liberais se orgulham profundamente de termos inventado o conceito de manutenção da paz da ONU nos anos 1950.[1] Eles exaltam nossas políticas de imigração, as concessões estatais feitas à soberania dos quebequenses e às nações indígenas, o sistema universal de saúde, o tratamento dado às minorias sexuais e nosso sereno profissionalismo diante das atuais guerras comerciais. Nossos diplomatas dizem muitas das palavras certas sobre mudanças climáticas e direitos humanos. Nenhum dos dois partidos políticos pan-canadenses[2] tradicionais — os Liberais e os Conservadores (que antes se chamavam Conservadores *Liberais*) — costuma fazer declarações de extrema-direita (embora, previsivelmente, haja alguns extremistas nas franjas do Partido Conservador). Assim, o Canadá é representado como a voz da moderação, da razão, do caminho do meio sensato, o apóstolo da "paz, ordem e bom governo"[3]. Esse estereótipo da moderação e da gentileza canadense será uma completa distorção para quem conhece, por exemplo, o capital canadense no exterior — nossas empresas de mineração estão entre as mais predatórias e brutais do mundo —, mas ele é sustentado em muitos setores. Tenho combatido tais mitos ao longo de boa parte do meu meio século como historiador. Eles são, no máximo, meias-verdades que escondem uma realidade muito mais conflituosa. Esses mitos são utilizados por uma classe dominante complacente que conduziu um projeto capitalista e colonizador que, ao contrário da autoimagem benigna de nossos governantes, subjugou os vastos territórios do norte da América do Norte a um projeto coerente — e muitas vezes brutal — de exploração econômica e repressão política. Eles obscurecem as duras realidades da história canadense — o colonialismo de povoamento europeu, a imposição de regimes de propriedade que expropriaram povos preexistentes, os horrores cometidos pelos colonizadores britânicos tanto em relação às sociedades francófonas quanto às indígenas, o racismo nos locais de trabalho e nas políticas de imigração, a devastação ambiental desenfreada, a exploração de trabalhadores tanto dentro quanto fora do Canadá — e eu poderia continuar. Nenhuma dessas realidades pode ser facilmente acomodada em uma rede durável de mitos e símbolos que celebram uma suposta

propensão canadense à civilidade e ao compromisso.

Mas, como alguém fortemente influenciado por Antonio Gramsci,[4] não posso simplesmente parar por aí. Essas noções têm força. Inúmeras pessoas acreditam nelas. Elas são sugeridas diariamente, mesmo que não declaradas explicitamente, em nossa mídia pública, especialmente na emissora estatal CBC, e em todos os nossos principais jornais. Elas se tornaram, como diria Gramsci, um "senso comum". Em vez de apenas desmascará-las, precisamos entender por que esse complexo de mitos e símbolos ressoou de forma tão profunda e por tanto tempo com tantas pessoas.

J: E qual é a sua explicação?

I: Para mim, esse complexo de mitos e símbolos se explica melhor pela localização geopolítica do Canadá, situado entre dois impérios liberais — o britânico e o americano —, ambos marcados pela predominância da economia política e das relações sociais capitalistas. Em ambos, essas relações foram sustentadas por uma ideologia compartilhada de "individualismo possessivo", para usar um termo empregado pelo teórico político C.B. Macpherson, que descreve uma ideologia que coloca no centro o florescimento do indivíduo proprietário e autônomo — e autônomo precisamente por ser proprietário —, cujos interesses de classe são apresentados como os interesses de toda a sociedade. (McKAY, 2014, p. 307-340).

O Canadá emergiu como um Estado de dimensão continental em meados do século XIX. Constituiu-se como um projeto coerente de dominação e transformação do norte da América do Norte sob a égide do Império Britânico, à época o mais poderoso do mundo. O surgimento desse Estado, em um território há muito cobiçado pelos americanos, foi em certos aspectos bastante improvável. Pouco unia as colônias que se agruparam por meio da chamada "Longa Confederação", que começou de maneira modesta em 1841 e se concluiu em 1949 com a formação do segundo maior país do mundo.[5] Essa formação política peculiar incluía nações distintas, católicas e francófonas, como Quebec e a Acádia, que passaram a ter suas próprias bandeiras, santos padroeiros e (no primeiro caso) reivindicações territoriais; dezenas de povos indígenas, falando línguas diversas; duas formas predominantes de cristianismo, cujos adeptos muitas vezes viam os do outro grupo como hereges condenados ao inferno; e, como o geógrafo Cole Harris (2008) explicou muito bem, um padrão peculiar de regionalismo, no qual os colonos europeus se estabeleceram em áreas agrícolas isoladas umas das outras — das quais muitos acabavam saindo rumo aos Estados Unidos quando as terras e recursos acessíveis se esgotavam. E tudo isso se deu sob a sombra constante dos EUA, cujos capitalistas há muito reconhecem o potencial lucrativo dos recursos canadenses. Além disso, esse projeto de formação do Estado carecia de elementos comuns aos nacionalismos duradouros: heróis nacionais reverenciados, eventos fundadores dramáticos, declarações de independência inspiradoras, paisagens sagradas ou até mesmo uma língua unificadora — características que muitos teóricos do nacionalismo considerariam ingredientes indispensáveis para a construção de uma nação coesa.

O que unificou esse conjunto heterogêneo de colônias foi um projeto de classe dominante, inicialmente centrado nos núcleos urbanos do Vale do São Lourenço e da costa atlântica, inspirado no utilitarismo, com o objetivo de disseminar os preceitos do liberalismo britânico do século XIX pelas vastas extensões do norte do continente. Ao contrário do "senso comum canadense", essa transformação exigiu uma longa revolução. Ela demandou a expansão e a intensificação de relações sociais plenamente capitalistas. Por vezes exigiu o uso da violência estatal — como nos casos das execuções em massa, deportações e restrições draconianas à liberdade de expressão após a fracassada rebelião democrática de 1837-38;[6] na repressão violenta de movimentos de resistência que reivindicavam outras formas de Estado, como nas rebeliões Métis de 1870-71 e 1885-86,[7] ou implicitamente na luta contra o alistamento

militar obrigatório liderada por diversos franco-canadenses entre 1914 e 1918[8]; além das sucessivas guerras trabalhistas, centradas (mas não limitadas) aos campos de carvão.

Mais frequentemente, essa transformação se baseou na acomodação de formações pré-liberais, como foi o caso da Igreja no Quebec — um legado da Nova França —, que até a década de 1960 manteve muitos dos poderes de um "Estado dentro do Estado", fortemente influenciada por uma ideologia ultracatólica ultramontana[9]. Frequentemente, essas acomodações à diversidade eram disfarces para ações coercitivas, como nos diversos tratados assinados com povos indígenas que foram interpretados pela potência colonizadora como alienações permanentes de seus direitos territoriais, permitindo a rápida exploração capitalista de terras e recursos; ou na imposição autoritária de normas individualistas por meio das escolas residenciais — instituições que frequentemente separavam à força crianças de seus pais e as submetiam a programas de reprogramação cultural sistemática, com resultados trágicos, como seria de se esperar.

O que unificava essas táticas contrastantes era a visão de criar, no norte da América do Norte, uma espécie de "neo-Europa" — para usar a expressão de Harris —, moldada rigorosamente segundo o modelo britânico, mas necessariamente adaptada a um contexto ainda marcado por sociedades pré-liberais e pré-capitalistas e a um continente compartilhado com os Estados Unidos, o império emergente.

Os contrastes com os EUA ajudam a iluminar o padrão canadense. Lá, a Declaração de Independência e a Constituição têm status quase sagrado. Estão repletas de frases solenes sobre direitos inalienáveis e ideais universais. A reverência por esses documentos é incutida desde cedo (e a preservação dessa reverência está no centro das atuais "guerras culturais", muitas vezes violentas, nos EUA). Os documentos análogos no Canadá são descrições muito mais prosaicas de arranjos administrativos. O *Ato da América do Norte Britânica* de 1867, por exemplo, perguntava qual nível de governo deveria administrar "propriedade e direitos civis" e qual deveria cuidar do serviço postal. Quem deveria supervisionar o farol na Ilha Sable?

Em vez de frases retumbantes, sugestivas de um projeto estatal grandioso e com pretensões universais, nossos documentos constitucionais geralmente partem da suposição de que todos nós já sabemos, de alguma forma, o que "paz, ordem e bom governo" significam. Os americanos enfeitam seus cemitérios com bandeiras nacionais, constroem monumentos imponentes para seus líderes, cantam o hino nacional com entusiasmo. Muitos canadenses sequer sabem a letra do hino nacional (que muda constantemente e carrega significados diferentes dependendo de se estar cantando em francês ou em inglês). Uma versão canadense do Monte Rushmore — ou do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, no Brasil — seria inviável, porque (com exceção de algumas figuras não políticas) os canadenses jamais concordariam sobre quem deveria figurar entre nossos "heróis". Cada povo, nação, região, cidade, denominação religiosa, grupo de imigrantes e minoria racializada cultiva sua própria visão do passado. Às vezes elas se sobrepõem; frequentemente não. E muitas vezes implicam ver outro subconjunto de canadenses como "os Outros" contra os quais nosso grupo se define.

Assim, enquanto os americanos são treinados para admirar Washington e Lincoln, e os britânicos a reverenciar o Rei e Churchill, os canadenses teriam enorme dificuldade para exaltar qualquer um de nossos primeiros-ministros. Ao longo da última década, John A. Macdonald, antes visto de forma simplista como o "pai fundador" de meados do século XIX, passou a ser rebaixado, de forma igualmente simplista, ao status de anti-herói. Nos anos 1990, Kingston, a cidade perto de onde moro, se orgulhava de sua associação com esse político ambicioso. Hoje, ela efetivamente o cancelou. Seria difícil imaginar os americanos fazendo algo parecido com George Washington — que,

aliás, foi um perseguidor de povos indígenas ainda mais eficaz do que Macdonald jamais sonhou em ser.

J: Então, em certos aspectos, você não vê o Canadá como um Estado-nação "normal", isto é, com um senso distinto de sua própria história?

I: Exato. Falta ao Canadá um núcleo coerente de mitos e símbolos. Os canadenses jamais tomaram, por si mesmos, a decisão de fundar uma nova comunidade política na América do Norte (essa observação eu devo ao cientista político Peter Russell, embora me pareça que ele hesitou em levar seu próprio argumento às últimas consequências). Seu "Domínio"[10] não foi o resultado de um movimento popular que exigia a formação de um Estado. Foi mais um arranjo comercial entre elites proprietárias que, buscando sobreviver e prosperar em um continente em transformação, procuraram preservar a conexão britânica enquanto buscavam mercados e investidores nos Estados Unidos. Daí a natureza insossa, prosaica e pragmática de tantos de nossos documentos fundadores.

Um indicativo revelador das peculiaridades do Canadá pode ser encontrado em nossas discussões intrincadas sobre "soberania". Onde está o verdadeiro centro do poder político no Canadá? Desde sua criação, o Estado canadense jamais partiu do princípio de que o poder emana do povo sobre o qual é exercido. Até 1914, a própria palavra "democracia" era frequentemente usada de forma pejorativa, para denotar a desordem da "governança das massas" ao sul da fronteira. Tampouco o Estado canadense era "soberano" no sentido de poder determinar sua própria constituição, sua política externa ou sequer seu Chefe de Estado. Para muitos canadenses da burguesia, o ideal era alcançar as alturas imperiais, não a independência nacional. Também as subdivisões do Estado canadense não são soberanas, embora as províncias tenham recebido autoridade sobre "propriedade e direitos civis", o que nos deixou com um grande espectro de Estados provinciais e territoriais: alguns do tamanho e da população de países europeus, outros com dimensões equivalentes às de uma pequena cidade americana, todos preocupados em defender seus respectivos domínios, e alguns com capacidade constitucional para invocar a "cláusula de exceção"[11], sem falar de Quebec, a maior província e sede da segunda maior cidade do país, que sequer assinou a Carta de 1982 onde tais princípios liberais são consagrados).

Os tribunais canadenses também não são "soberanos", embora sua capacidade legislativa tenha crescido enormemente nas últimas quatro décadas, já que sua função, ao menos em teoria, é interpretar a lei (frequentemente, com base em precedentes britânicos e americanos) e não criá-la. Nem mesmo o Soberano britânico, nosso Chefe de Estado, é de fato soberano, uma vez que "a Coroa", em nome da qual nossa Suprema Corte alterou efetivamente a constituição do país, é uma abstração, não uma instituição – e, ao contrário do que muitos americanos imaginam, o rei ou a rainha britânica hoje tem apenas um papel simbólico no país.

Quem, então, governa o Canadá e o que legitima essa autoridade? Oficialmente, o Canadá é um "Domínio" e uma "Monarquia Constitucional", mas quem ou o quê detém, na teoria e na prática, a soberania real – o centro último de poder – permanece ambíguo. Quando tentamos dizer a verdade ao poder, muitas vezes é difícil saber exatamente onde está esse poder – embora um marxista suspeite que seus principais locais não incluam nenhuma legislatura eleita.

Essa confusão central significa que, quando os governantes do Canadá tentam articular para o mundo por que o país importa e por que o mundo deveria prestar atenção a ele, os resultados são geralmente vagos e inócuos, normalmente destacando temas como compromisso, civilidade, bom senso etc. Projetamos para o exterior a nossa própria incoerência, sob a forma de termos como "responsabilidade de proteger", "manutenção da paz" ou "diplomacia silenciosa" – todos passíveis de uso seletivo pela proteção de uma nebulosa abstração chamada "o Ocidente". Às vezes, os

resultados chegam a ser quase que cômicos. Um dos meus exemplos favoritos – que talvez interesse ao público brasileiro – é o de um diplomata franco-canadense que, no pós-1945, tentou projetar o *soft power* do país no Brasil representando-o como um país essencialmente latino, uma interpretação que fazia todo o sentido para ele, mas que teria surpreendido muitos de seus conterrâneos, caso tivessem ao menos ouvido falar disso.

Nos dois principais partidos liberais do Canadá – os únicos que já exerceram o poder federal –, há diversos defensores do multiculturalismo e do velho clichê de que o Canadá é um "mosaico". A história oficial é que, ao vir para o Canadá, você pode continuar sendo tão islandês, escocês, haitiano ou punjabi quanto era antes. Um ex-primeiro-ministro chegou a afirmar que o Canadá é o primeiro Estado pós-moderno, sem uma ideologia central animadora e certamente sem ambição de dominar o mundo[12]. Há um grão de verdade nesse estereótipo. Há muito tempo existem no Canadá comunidades nacionais cujas identidades estão enraizadas em lugares fora do país. O "multiculturalismo" canadense – um termo que, acredito, inventamos nos anos 1970 – prega que, em nossa "comunidade de comunidades", todos devemos conviver em harmonia, viver e deixar viver. A ideia de passar por cima de uma dessas comunidades ofende a sensibilidade canadense – inclusive a minha.

Mas, novamente, sendo alguém influenciado por Gramsci, eu recomendaria inspecionar esse multiculturalismo com um pouco mais de cuidado. Como mostra um estudo recente, seus arquitetos estavam imersos em teorias raciais "científicas" e em visões informadas por noções de superioridade anglo-americana. Até os anos 1960, havia componentes explicitamente racistas nas políticas de imigração do Canadá e, mesmo após a introdução de um sistema de pontos supostamente neutro em termos de raça, esses traços persistem hoje de forma mais sutil – como nossa disposição de importar trabalhadores racializados para ocuparem empregos que os demais canadenses não querem, ao mesmo tempo que restringimos severamente seus direitos trabalhistas e seu acesso à cidadania.

Mais fundamentalmente e ao menos desde os anos 1870, uma das principais razões pelas quais o Canadá aceitou grande número imigrantes foi assegurar mão de obra para assegurar o lucro empresarial. Ou seja, o objetivo era preservar as bases capitalistas da ordem liberal e não oferecer ao mundo um exemplo de tolerância cultural elevada. Aqueles que usam a metáfora do "mosaico" fariam bem em lembrar que um mosaico só adquire coerência e significado porque um mestre mosaicista ordenou cada azulejo para cumprir uma determinada função dentro do todo. A "autodeterminação" de qualquer desses azulejos é nula. Aqueles que vêm ao Canadá esperando encontrar uma "democracia" também deveriam lembrar que, no discurso político canadense dominante antes de 1914, "democracia" era muitas vezes um termo pejorativo, usado por ativistas de esquerda e visto com desconfiança pelas elites do país. Essa desconfiança em relação à democracia ainda persiste.

O resultado disso é um projeto de governança liberal isenta de capacidade hegemônica desenvolvida, incapaz de se apoiar em mitos e símbolos compartilhados quando da busca de seus objetivos centrais. Em lugar destes há, essencialmente, um individualismo do século XIX baseado em preceitos como igualdade perante a lei, liberdades clássicas (livre associação, religião, expressão) e, acima de tudo, o direito de possuir, expandir ou vender sua propriedade como mercadoria. Nesse modelo, o "indivíduo" – inicialmente codificado como anglo-celta, cristão, homem, autônomo e proprietário (e autônomo posto que proprietário) – ocupava posição de destaque. Com o tempo, essa definição foi sendo, muito lentamente, democratizada sob pressão de movimentos populares – mas apenas até certo ponto.

Nessa perspectiva, o Canadá foi fortemente moldado por sua posi-

ção entre dois impérios liberais: o britânico, dominante, e o americano, em ascensão. Os governantes do país vincularam a legitimidade do Estado ao Império Britânico, do qual o Canadá era uma parte orgânica. Muitos deles aspiravam a construir uma "Grã-Bretanha melhor", não uma democracia. Até 1947, não existiam "cidadãos canadenses" no direito internacional, e ainda hoje um grande número de canadenses anglófonos mantém uma visão profundamente colonial, seja considerando a Grã-Bretanha como nossa verdadeira pátria, seja enxergando o Canadá como uma extensão de fato dos Estados Unidos.

Lucien Bouchard, o porta-bandeira dos "soberanistas" do Québec, e seu sucessor Yves-François Blanchet, conquistaram poucos simpatizantes no Canadá anglófono ao insistirem que o Canadá não é um país no sentido convencional. Acredito que eles estavam apontando uma característica importante da história canadense, sem contudo investigá-la a fundo. Os nacionalistas canadenses de língua inglesa lamentam, desde os anos 1920, a subserviência do Canadá ao império. Eles têm lutado com um dilema incomum: de propor que qualquer apelo direto por independência canadense (como, por exemplo, ter um Chefe de Estado próprio)[13] pressupõe que o Canadá seja composto por cidadãos que desejam se libertar de seus vínculos imperiais. Quando, na verdade, muitos – talvez a maioria – dos canadenses veneram esses vínculos e lamentariam sua ruptura. Tendo antes celebrado a Grã-Bretanha, agora se voltam com quase o mesmo entusiasmo para os Estados Unidos.

Com a anexação passando a fazer parte do Destino Manifesto americano sob o segundo governo Trump (mas há muito antecipada e preparada por políticas de livre comércio e por um fervoroso grupo de neoliberais canadenses), será interessante ver onde isso tudo vai dar. Por ora, a maioria dos canadenses é cética em relação a esse projeto, mas não me parece claro com base em qual ideologia unificadora, coerente e persuasiva ele pode ter resistido dentro dos atuais termos de referência liberais. Se a proposta de Trump fosse reformulada e apresentada de maneira mais palatável, suspeito que muitos do *mainstream* canadenses poderiam não se opor, contanto que convencidos de que seu status de classe média seria preservado e que suas confortáveis vidas não fossem demasiadamente incomodadas.

J: Para muitos, o Canadá constitui o "experimento socialista" da América do Norte. Isso não iria contra sua noção de enxergar o país como uma manifestação da ordem liberal? Me parece que você estaria propondo enxergar o Canadá como uma espécie de modelo analítico de hegemonias históricas contingentes, perigosas e sempre abertas a renegociações.

I: Percebo uma conexão, e não uma contradição, entre a fragilidade da hegemonia do Estado canadense. Ela se origina na ausência de um momento fundador (ou de uma "narrativa de origem" convincente) da suposta nação canadense e os sucessos marginais da nossa esquerda, que contribuíram para a percepção de seu "experimentalismo socialista." Um Estado que jamais se libertou da colonialidade é inseguro quanto à sua capacidade de liderança dos locais. Muitos de seus principais componentes sentem-se radicalmente alienados dele[14]. A legitimidade do governo federal como líder desse complexo Estado deriva, em grande medida, de sua competência em gerir a economia e garantir prosperidade à sua base social de classe média. Isso significou, paradoxalmente, uma sensibilidade aguda a movimentos subalternos que poderiam abalar o que já parece um navio instável. Se posso citar um texto que escrevi sobre a década de 1960:

> Essa ordem liberal é justamente assombrada pelo espectro de sua própria dissolução. Em nenhum momento os canadenses se declararam uma comunidade política soberana, nem lhes foi concedido o privilégio de votar sua própria constituição — de modo que o regime vigente carece de muitos dos recursos normais do nacionalismo:

> mártires heroicos da independência, documentos constitucionais sagrados ou locais de memória fortemente unificadores. Pode-se dizer, então, da ordem liberal canadense, que ela é ao mesmo tempo poderosa e vulnerável — patologicamente determinada a conquistar amigos e influenciar pessoas, porque, se não o fizer, enfrenta a possibilidade real de uma crise séria: no próprio coração de seu projeto, ela percebe grupos e interesses cuja existência coloca em questão a legitimidade e o futuro do governo federal, sem poder recorrer de forma eficaz a um 'canadianismo' democrático e amplamente difundido com o qual pudesse silenciá-los. O que frequentemente se lamenta no Canadá — a fraqueza de nossos nacionalismos oficiais — tem oferecido uma oportunidade à esquerda, que soube utilizá-la para alavancar lutas específicas a posições de destaque e arrancar concessões amplas de um aparelho estatal liberal acuado (MCKAY, 2009, tradução própria).

Encontro evidências dessa tese na força do feminismo de esquerda no Canadá (exemplificada pela ausência singular de restrições legais formais à liberdade reprodutiva das mulheres); na legislação linguística que confere direitos coletivos a determinados grupos de falantes, às vezes aparentemente em contravenção à liberdade empresarial (como nas leis do Québec que priorizam o francês); e no lugar que formas culturais indígenas ocuparam na cultura oficial canadense pós-1970, na esperança de promover uma reconciliação com aqueles deslocados pelos colonos europeus (ainda que haja motivos sólidos para o ceticismo radical quanto à possibilidade de que o respeito nominal aos povos originários se traduza em políticas que realmente impeçam o rápido desenvolvimento de recursos em territórios que ocupam há milênios).

Essas respostas de um Estado vulnerável muitas vezes assumem o que Gramsci chamaria de forma "revolucionária passiva", isto é, a adoção seletiva de elementos de movimentos de oposição com o objetivo de limitar seu potencial de contestação sistêmica. Bons exemplos podem ser encontrados na resposta de Ottawa à ascensão dos sindicatos. Liberais vitorianos frequentemente viam os sindicatos com grave suspeita, como conspirações que restringiam o comércio e impediam as operações benéficas da mão invisível. Durante a Grande Depressão, a postura de Ottawa em relação aos trabalhadores e seus movimentos foi muito mais draconiana do que a observada nos EUA. Apenas gradualmente o movimento sindical conquistou algum grau de segurança. Mas, quando essa concessão foi feita, ela veio acompanhada da exigência de que os sindicatos expurgassem seu radicalismo (tanto pessoas quanto ideias radicais). O tratamento dispensado pelo Estado central a minorias nacionais, racializadas e indígenas seguiu um caminho semelhante — da coerção direta no século XIX às medidas absorventes do século XX: bilinguismo oficial, abandono gradual do direito dos proprietários de impor segregação racial e os esforços contemporâneos de "verdade e reconciliação" em relação aos povos indígenas. Todos esses podem ser entendidos como exemplos das clássicas táticas de patronagem e absorção, pelas quais movimentos radicais são assimilados ao sistema.

Mas há outros momentos em que tais respostas impuseram limitações aos direitos de propriedade do capital — tornando-se, de fato, o que Gramsci chamaria de "guerras de posição." No célebre caso da saúde pública universal, por exemplo, um governo federal liberal vulnerável nos anos 1960, buscando reforçar sua base, tomou emprestada dos socialistas de Saskatchewan uma postura que seus contrapartes liberais provinciais até então denunciavam como o auge da opressão — com o resultado de que o direito dos capitalistas de lucrar com a doença deixou de ser irrestrito. (Foi uma luta amarga entre duas posições ideológicas claramente demarcadas, que desde então tem sido tratada como um pequeno ajuste da ortodoxia liberal.) É óbvio que o resultado ficou muito aquém da universalidade: o sistema canadense é corroído internamente por interesses capitalistas, e a saúde universal plena não foi atingida. Ao mesmo tempo,

esse sistema público de "medicare" tornou-se um elemento central de legitimação do Estado, citado rotineiramente sempre que se questionam suas razões de existir. Advogar abertamente pela abolição do medicare, em conformidade com a doutrina neoliberal, não seria aconselhável nem mesmo para políticos de direita que desejariam fazê-lo.

Portanto, sem reivindicar o Canadá como um "modelo analítico" nem defender qualquer forma de "excepcionalismo canadense", penso que podemos encontrar no país padrões de ordenamento liberal de relevância mais do que local. Eles surgem de "uma luta perene e inacabada entre blocos de forças concorrentes", se posso citar sua formulação original. Em minha visão, entre essas forças sociais, a principal é a classe média (profissionais liberais, pequenas e médias empresas, funcionários públicos, trabalhadores permanentes com melhor remuneração e suas famílias[15]), cujo apoio é indispensável a qualquer movimento político seriamente interessado em governar o país. Sociólogos da tradição marxista frequentemente se queixam de que essa "classe média" dificilmente é uma classe no sentido marxista do termo; o próprio conceito desperta ceticismo, com razão a meu ver, sobretudo por ser invocado em toda eleição de maneira constrangedora. Ele implica uma distinção muito liberal entre o respeitável e o desprezível e vem saturado de valores problemáticos. Tais problemas lógicos e empíricos, contudo, não impediram a aceitação geral do termo e dos ideais de relativa segurança e independência que ele transmite.

Falando em termos gerais, o Canadá é um Estado burguês composto em grande parte por indivíduos que lutam para sobreviver — e até prosperar — em uma sociedade individualista possessiva. Apesar de sua história de protestos populares, apesar da criatividade e resiliência das pessoas que querem mudar radicalmente seu rumo, o Canadá tem uma atmosfera conformista — muitas vezes sufocantemente conformista. Em vez de líderes que anunciam novas e ousadas visões, o que se vê são propostas pragmáticas e ajustes limitados ao *status quo*. Em vez de visionários, temos diretores executivos de uma empresa comercial, que esperam ser avaliados pelo desempenho da classe média proprietária. (Essa é, em grande medida, a linguagem do nosso atual primeiro-ministro, ex-chefe do Banco da Inglaterra[16]). Os programas sociais que atraem essa base (e os benefícios do Estado de bem-estar social têm ido desproporcionalmente a ela, e não aos pobres ou aos precarizados) sobreviveram porque, de uma perspectiva burguesa prática, fazem sentido: custos de saúde *per capita* muito menores que os do modelo americano, mensalidades universitárias mais acessíveis, alguma segurança na velhice, e assim por diante. Em vez de prévias de um igualitarismo mais amplo em uma sociedade pós-capitalista, tais políticas de redistribuição moderada são vistas como adaptações pragmáticas a um capitalismo em curso.

Concordo com os esquerdistas críticos desse padrão. Concordo com o projeto de lembrar e reabilitar nossos rebeldes, vermelhos e radicais[17]. Concordo com todos que desejam abalar nossos governantes liberais. Estou plenamente convencido de que, em tempos de crise climática global, suas políticas são totalmente inadequadas. O Canadá continua declarando seu compromisso virtuoso com metas climáticas globais negociadas, que flagrantemente não faz nenhum esforço sério para cumprir — um bom exemplo da primazia da acumulação capitalista sobre os princípios liberais declarados. Não sou amigo do *status quo* burguês.

Mas estaríamos nos iludindo se pensássemos que esse padrão de conformismo cauteloso de classe média não é poderoso. O desdém é um substituto pobre à compreensão. Se quisermos retomar os ousados experimentos socialistas das décadas de 1920 a 1970 — um futuro que eu saudaria de todo coração —, isto é, aqueles que impulsionaram radicais a posições de influência e deram aos trabalhadores pelo menos alguns benefícios do nosso Estado de bem-estar parcialmente realizado, precisamos ter uma noção realista de por que essa práxis de centrismo

quase obsessivo tem sido tão imensamente bem-sucedida. Confrontos diretos com esse conformismo podem oferecer alívio terapêutico aos radicais insatisfeitos com a política "morninha", mas, salvo em circunstâncias excepcionais, tais gestos raramente prenunciaram mudanças substantivas e duradouras.

Referências

CONSTANT, Jean-François; DUCHARME, Michel (orgs.). **Liberalism and hegemony: debating the Canadian liberal revolution.** Toronto: University of Toronto Press, 2009.

HARRIS, Cole. **The reluctant land: society, space and environment in Canada before confederation**. Vancouver; Toronto: UBC Press, 2008.

McKAY, Ian. The liberal order framework: a prospectus for a reconnaissance of Canadian history. **The Canadian Historical Review**, v. 81, n. 4, p. 617-645, 2000.

_____. **Rebels, reds, radicals: rethinking Canada's left history**. Toronto: Between the Lines, 2005.

_____. Sarnia in the sixties (or, the peculiarities of the Canadians). In: DUBINSKY, Karen *et al*. (eds.). **New world coming: the sixties and the shaping of global consciousness**. Toronto: Between the Lines, 2009. p. 24-35.

_____. A half-century of possessive individualism: C.B. Macpherson and the twenty-first-century prospects of liberalism. **Journal of the Canadian Historical Association**, v. 25, n. 1, p. 307-340, 2014.

1 O Canadá é frequentemente mencionado como o país inventor das missões de paz da ONU. Durante a crise de Suez em 1956, o então ministro das Relações Exteriores, Lester B. Pearson, propôs a criação de uma força internacional de manutenção da paz para supervisionar o cessar-fogo e a retirada das tropas israelenses do Egito — e, de modo mais amplo, das forças invasoras de Israel, França e Reino Unido. Essa iniciativa levou à formação da primeira missão de paz da ONU e rendeu a Pearson o Prêmio Nobel da Paz em 1957.

2 O termo pan-canadense refere-se a iniciativas, instituições ou identidades que abrangem todo o território do Canadá, buscando representar ou integrar as diversas regiões e culturas do país sob uma perspectiva nacional comum. Costuma ser usado em contraste com abordagens regionais (como as do Québec, das Províncias Atlânticas ou do Oeste canadense), enfatizando a unidade nacional.

3 A expressão "paz, ordem e bom governo" (peace, order, and good government) aparece no Ato Constitucional de 1867, que criou o Domínio do Canadá. Ela define um dos propósitos fundamentais do governo federal e reflete uma tradição política associada ao pragmatismo, à autoridade legal e à estabilidade institucional, em contraste com o ideal norte-americano de "vida, liberdade e busca da felicidade". Ao longo do tempo, o moto passou a simbolizar uma visão moderada e coletivista da política canadense, frequentemente evocada para descrever o caráter do Estado e da sociedade do país.

4 A obra de Ian McKay é amplamente reconhecida por seu diálogo com o pensamento do teórico marxista italiano Antonio Gramsci. Inspirado nas categorias de hegemonia e contra-hegemonia, McKay propôs em seu ensaio The Liberal Order Framework (2000) uma interpretação do Canadá como um projeto histórico de expansão e consolidação da ordem liberal — política, econômica e culturalmente. Essa leitura gramsciana influenciou uma geração de historiadores e provocou intenso debate sobre o alcance e os limites do liberalismo como força hegemônica no país. Para uma série de debates sobre o tema, ver Constant e Ducharme (2009).

5 McKay (2000) estabelece 1841 e 1949 como balizas de seu estudo sobre a formação do Estado liberal canadense. O ano de 1841 marca a união do Alto e do Baixo Canadá, início do projeto liberal centralizador, enquanto 1949 assinala a entrada de Newfondland na Confederação, consolidando o território e a ordem liberal antes das grandes transformações sociais e políticas da década de 1960. O autor também menciona na entrevista que as reivindicações marítimas do país, consolidadas duas décadas depois, tornam sua jurisdição ainda maior.

6 McKay se referencia aqui aos levantes ocorridos no Alto e no Baixo Canadá contra as elites governantes locais (os Family Compact e os Château Clique). As rebeliões buscavam reformas políticas, maior participação popular e limitação do poder oligárquico. Apesar do fracasso militar e da repressão, essas rebeliões prepararam o terreno para reformas posteriores e a criação do Estado liberal canadense a partir de 1841, conforme analisado por McKay (2000).

7 As "rebeliões Métis de 1870-71 e 1885-86" referem-se aos levantes liderados por comunidades Métis sob figuras como Louis Riel, em resposta à expansão do Estado canadense nas regiões do Oeste. Esses movimentos buscavam proteger direitos territoriais, culturais e políticos dos Métis frente à colonização e à imposição de leis federais. Embora tenham sido militarmente derrotados, as rebeliões evidenciam tensões entre o projeto liberal canadense e as demandas de grupos minoritários, contribuindo para a configuração política do Canadá ocidental.

8 O autor refere-se aqui à resistência de diversos franco-canadenses ao alistamento militar obrigatório durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa luta envolveu protestos, campanhas políticas e oposição a políticas federais que obrigavam jovens a se alistarem, refletindo tensões culturais e regionais dentro do Canadá e o questionamento do papel do Estado federal na vida dos cidadãos.

9 O termo *ultramontanismo* refere-se à corrente dentro da Igreja Católica que enfatiza a autoridade suprema do papa sobre as igrejas locais e as questões religiosas, políticas e sociais. Historicamente, o ultramontanismo se manifestou como uma defesa do centralismo papal, do conservadorismo religioso e da influência da Igreja na educação, na política e na moral pública, em contraste com tendências localistas ou liberais dentro do catolicismo.

10 O termo *Domínio do Canadá* foi proposto por Sir Samuel Leonard Tilley, um dos pais da Confederação, durante as discussões que levaram ao Ato Constitucional de 1867. Além de designar o país como uma entidade autônoma dentro do Império

Britânico, o termo carregava conotações bíblicas e imperiais, remetendo à autoridade e governo sob a vontade divina (dominium) e à posição do Canadá dentro da hierarquia imperial, evocando missão moral e legitimidade institucional. O termo hoje caiu em desuso.

11 A "notwithstanding clause" (Seção 33 da Carta Canadense de Direitos e Liberdades, 1982) permite que os parlamentos federal ou provinciais promulguem leis que se sobreponham a certos direitos e liberdades garantidos pela Carta, como liberdade de expressão ou igualdade legal. Em outras palavras, ela autoriza temporariamente que legislações ignorem preceitos que o Estado federal considera fundamentais para os "direitos e liberdades" dos cidadãos, refletindo um compromisso com a soberania legislativa das províncias dentro do federalismo canadense.

12 Em 2015, o primeiro-ministro Justin Trudeau afirmou que o Canadá poderia ser considerado o "primeiro estado pós-nacional", destacando que o país não possui uma identidade central ou cultura dominante, mas é definido por valores compartilhados como diversidade, inclusão, respeito e justiça social. A ideia reflete a concepção de um Canadá multicultural em que a cidadania transcende identidades nacionais tradicionais.

13 O Canadá não possui um chefe de Estado próprio; formalmente, a autoridade do Estado é exercida pela monarquia britânica, representada no país pelo governador-geral. Essa configuração reflete a herança colonial e a posição do Canadá como um Domínio do Império Britânico, com soberania interna, mas continuidade simbólica e constitucional com a Coroa.

14 Québec, a maior província do país, chegou muito perto de uma declaração unilateral de independência em 1995; Alberta é continuamente tomada por sentimentos anti-Ottawa e possui seu próprio movimento soberanista, assim como Newfoundland e Labrador; enquanto isso, os povos indígenas, que ocupam a maior parte do território reivindicado pelo Canadá, desenvolveram doutrinas próprias de autodeterminação.

15 *Permanent residents* (PRs) são indivíduos que possuem residência permanente no Canadá, podendo morar, trabalhar e estudar no país de forma indefinida. Embora não sejam cidadãos e não possam votar ou ocupar cargos públicos federais, os PRs já se encontram em uma situação de relativa estabilidade, com direitos e proteções legais significativas, e podem solicitar a cidadania após cumprir certos requisitos de residência e integração.

16 Mark Carney foi governador do Banco do Canadá entre 2008 e 2013, cargo equivalente ao presidente do Banco Central do Brasil, responsável por definir a política monetária, supervisionar a emissão de moeda e garantir a estabilidade do sistema financeiro. Em 2013, Carney tornou-se governador do Banco da Inglaterra, sendo o primeiro não britânico a ocupar o cargo, consolidando sua reputação internacional em política monetária e gestão financeira.

17 McKay se refere aqui a seu livro *Rebels, Reds, Radicals* (2005), obra em que analisa movimentos sociais, políticos e culturais no Canadá, enfocando as lutas por reforma social e resistência contra a ordem liberal dominante. O livro combina perspectiva histórica e interpretação gramsciana, destacando como diferentes grupos — desde rebeldes locais até radicais políticos — desafiaram a hegemonia liberal ao longo da história canadense.

(*) Graduado em Ciências Econômicas e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

Acompanhamento das Finanças Públicas do Município de São José dos Campos (2019-2024)

Carlos Nathaniel Rocha Cavalcante (*)
Rodrigo De Losso (**)

1 Introdução

A análise das finanças públicas do Município de São José dos Campos busca avaliar sua situação fiscal recente, considerando os principais indicadores de receita, despesa, resultado orçamentário e endividamento. Trata-se de um município de grande porte do interior paulista, com base econômica diversificada.

Este relatório examina a trajetória fiscal de São José dos Campos no período recente, marcado por oscilações relevantes nas receitas e despesas municipais. Observa-se crescimento real das receitas correntes, expansão gradual da base tributária e evolução positiva de diversos componentes da arrecadação própria. Do lado das despesas, nota-se controle consistente dos gastos com pessoal e encargos sociais, em conformidade com os limites legais, além de tendência de estabilidade nos demais itens de custeio.

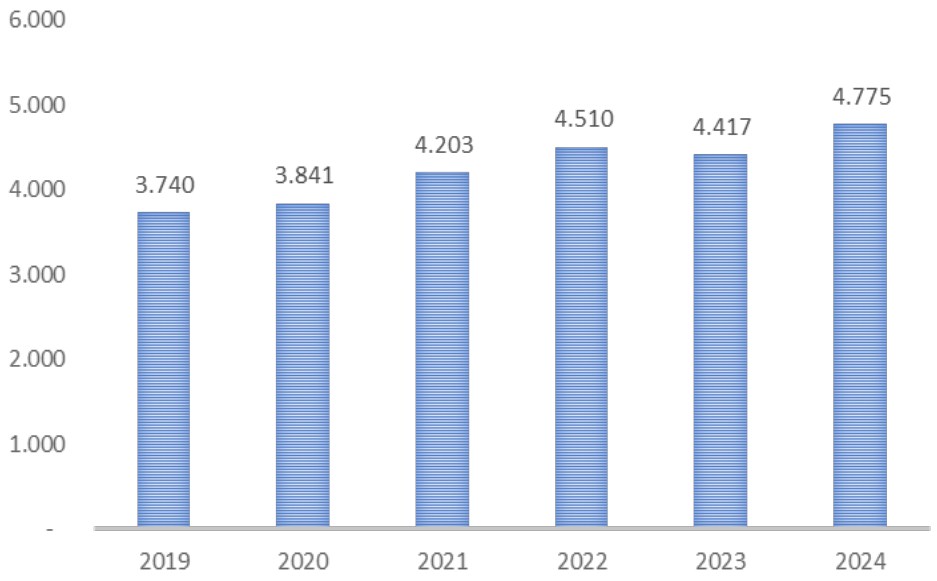
O município também cumpriu as exigências fiscais estabelecidas pela legislação vigente, incluindo os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e as restrições impostas pela chamada Regra de Ouro. A execução orçamentária ao longo do período revela manutenção de fundamentos fiscais importantes, ainda que acompanhados de desafios, como a necessidade de recompor o ritmo de investimentos públicos e aprimorar o desempenho dos resultados fiscais.

As informações utilizadas nesta análise foram obtidas nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e nos Relatórios de Gestão Fiscal, podendo apresentar pequenas divergências em relação ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Para assegurar a comparabilidade dos dados, todas as séries monetárias foram deflacionadas com base no índice oficial de preços ao consumidor, tomando como referência o último mês do período analisado. As avaliações referentes às despesas foram realizadas a partir dos valores empenhados, garantindo maior aderência à dinâmica da execução orçamentária municipal.

2 Receita Corrente

A Figura 1 apresenta a evolução das receitas correntes do Município de São José dos Campos no período de 2019 a 2024. Observa-se um crescimento real de aproximadamente 28% no acumulado do período, passando de R$ 3.740 milhões em 2019 para R$ 4.775 milhões em 2024. Entre 2023 e 2024, a variação foi de aproximadamente 8% em termos reais.

Figura 1 – Receitas Correntes em R$ Milhão – (2019-2024)

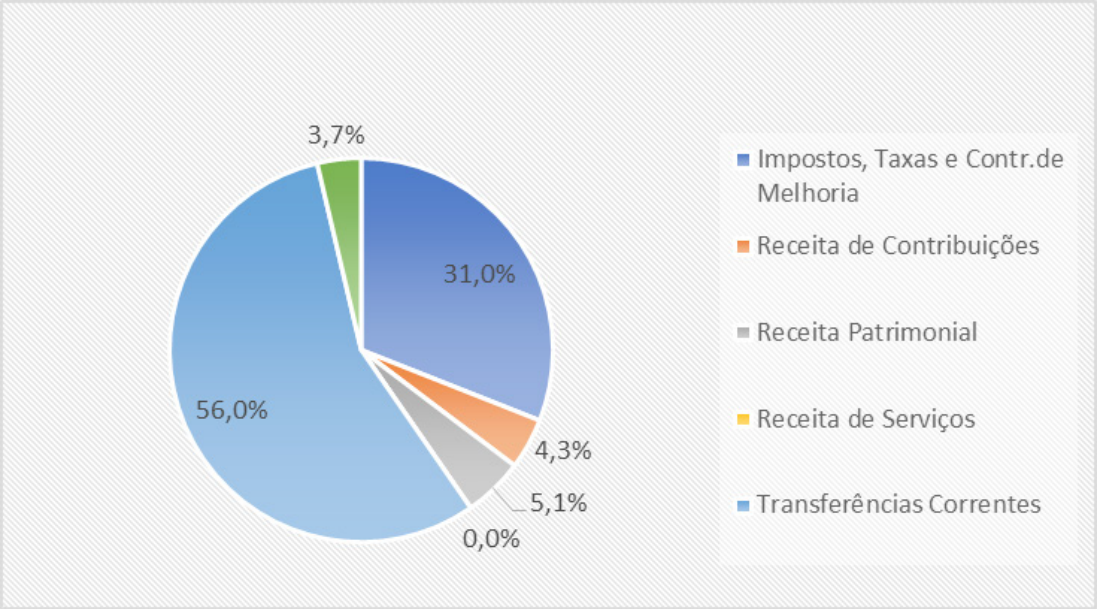


Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Contudo, não se pode ignorar que a análise das receitas correntes inclui aquelas oriundas da arrecadação própria e aquelas advindas de transferências correntes. Há entes federativos que dependem demasiadamente das transferências correntes para manter o equilíbrio fiscal. Este não é o cenário observado no Município de São José dos Campos, que consegue arrecadar um montante razoável de impostos por meio de receita própria.

A Figura 2 confirma que o Município de São José dos Campos apresenta elevado grau de autonomia fiscal, resultado de uma estrutura de arrecadação fortemente baseada em receitas próprias. Em 2024, aproximadamente 31,0% das receitas correntes foram provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhoria, enquanto as transferências correntes representaram 56,0% do total. Essa composição demonstra uma dependência relativamente menor de recursos intergovernamentais e reforça a capacidade do município de financiar suas políticas públicas com base em receitas próprias, característica pouco comum entre os entes municipais de porte semelhante.

Figura 2 – Composição da Receita Corrente – Janeiro a Dezembro de 2024

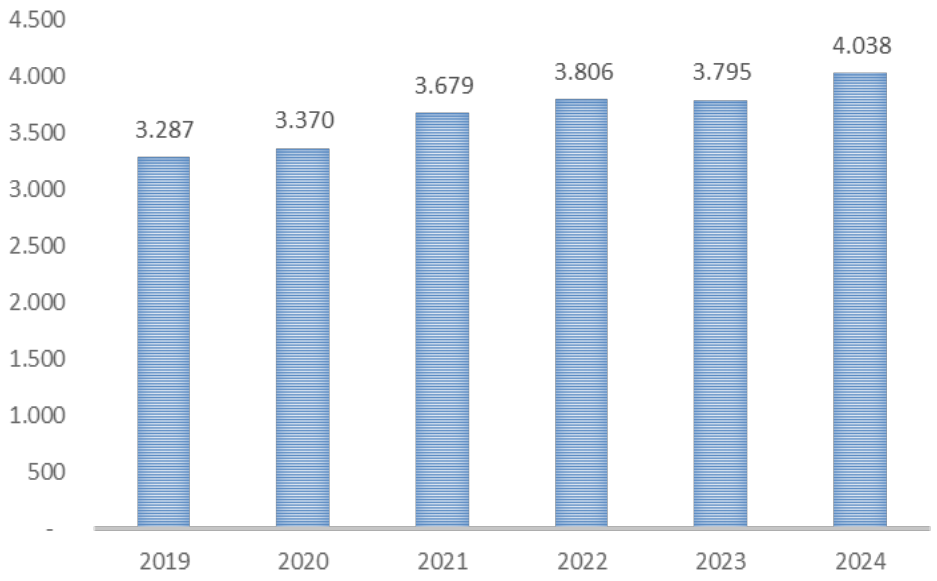


Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo do Balanço Orçamentário. Valores nominais.

3 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) é o principal indicador contábil utilizado para aferir a capacidade financeira dos entes federativos e para definir os limites legais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. A Figura 3 apresenta a evolução da RCL do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024, período em que se observa um crescimento real acumulado de aproximadamente 22,8%. Entre 2023 e 2024, a variação real foi de 6,4%, refletindo a ampliação das receitas correntes e o fortalecimento da base arrecadatória municipal.

Figura 3 - Receita Corrente Líquida em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

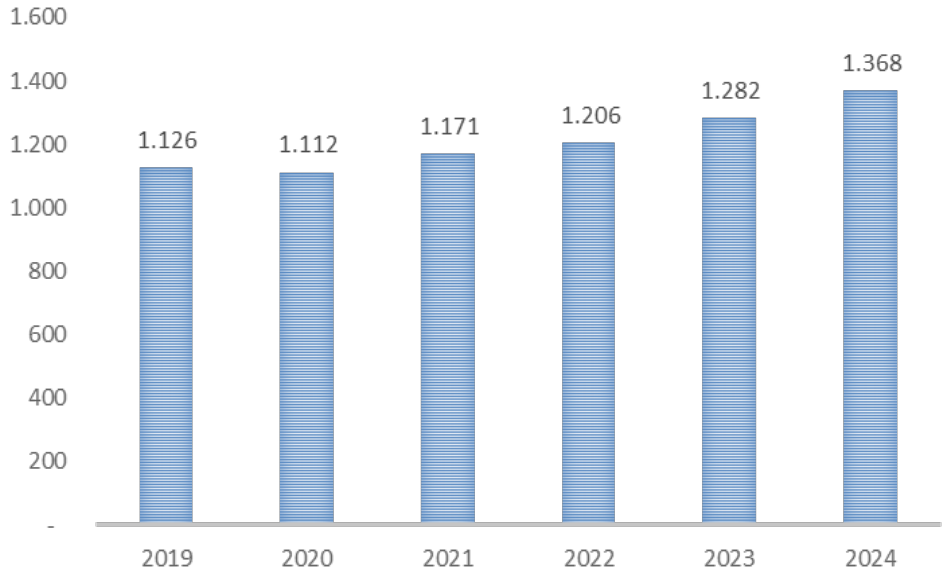
As Figuras 4 a 8 são importantes para ajudar a entender alguns motivos que levaram ao aumento da RCL mesmo no período. A Figura 4 representa a trajetória da arrecadação tributária própria do Município de São José dos Campos, isto é, as receitas tributárias.

A Figura 5, por sua vez, mostra a trajetória do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a Figura 6 disserta sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) nos últimos anos e a Figura 7 retrata o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Por último, a Figura 8 retrata o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

No que se refere à Figura 4, verifica-se um crescimento real de aproximadamente 21,5% na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria entre 2019 e 2024, evidenciando a expansão da base arrecadatória municipal. Nesse período, os valores passaram de R$ 1.126 milhões em 2019 para R$ 1.368 milhões em 2024. Entre 2023 e 2024, a variação real foi de 6,7%, mantendo o ritmo de crescimento observado nos anos anteriores. Apesar da ligeira redução registrada em 2020, os dados apontam para uma trajetória consistente de recuperação e fortalecimento das receitas tributárias próprias ao longo do período analisado.

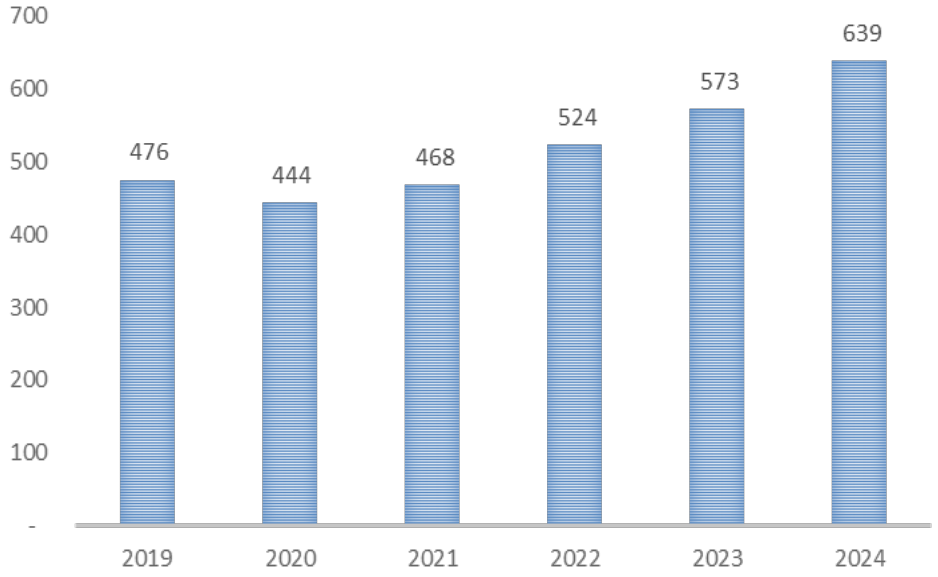
No que diz respeito à arrecadação do ISS no Município de São José dos Campos, observa-se uma trajetória de crescimento, ainda que com pequenas oscilações, entre 2019 e 2024. Nesse período, a arrecadação real aumentou aproximadamente 34,2%, passando de R$ 476 milhões em 2019 para R$ 639 milhões em 2024, conforme apresentado na Figura 5. Entre 2023 e 2024, a variação real foi de 11,5%, reforçando a tendência de expansão das receitas provenientes do setor de serviços.

Figura 4 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 5 - ISS em R$ Milhão - (2019-2024)

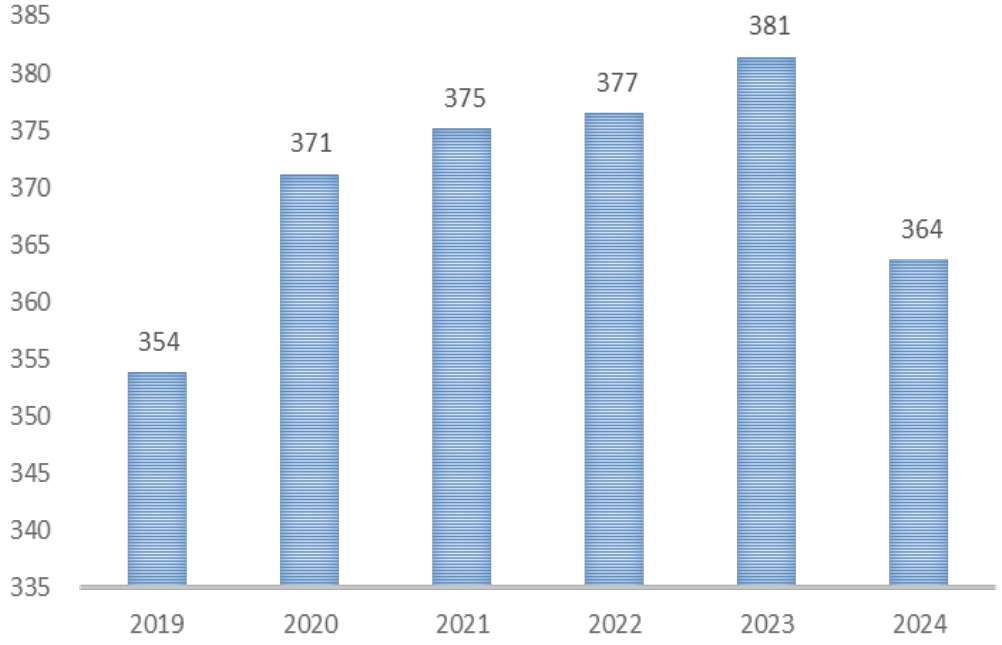


Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

No que se refere ao IPTU, observa-se uma relativa estabilidade na arrecadação entre 2019 e 2024, com leve aumento real de aproximadamente 2,8% no período, passando de R$ 354 milhões em 2019 para R$ 364 milhões em 2024, conforme apresentado na Figura 6. Entre 2023 e 2024, houve redução real de cerca de 4,5%. Ressalta-se que a arrecadação do IPTU está mais diretamente vinculada à legislação vigente e às tabelas de valores definidas pelo ente federativo do que à dinâmica da atividade econômica, diferentemente do que ocorre no caso do ISS.

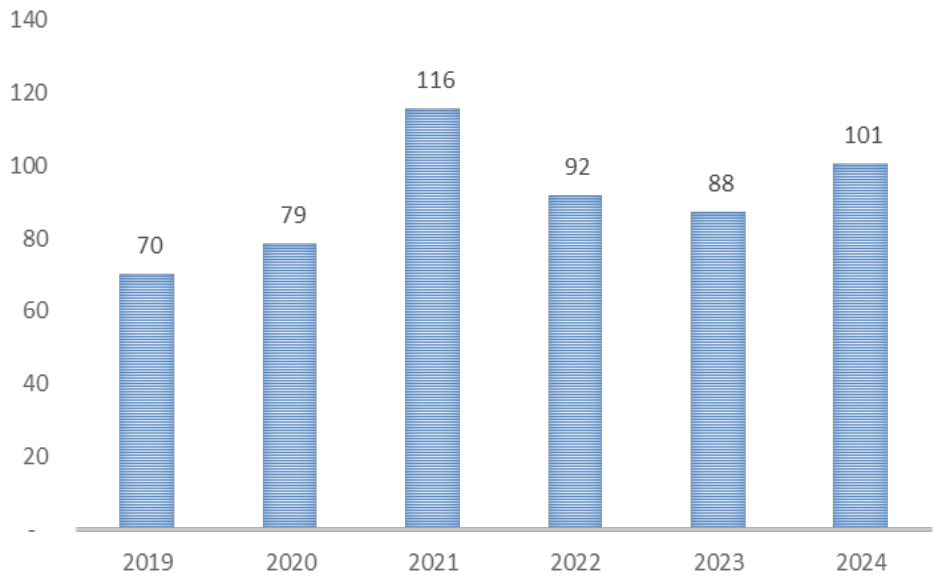
A Figura 7 retrata o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), tributo municipal incidente sobre a compra ou transferência de imóveis e caracterizado por elevada volatilidade. Entre 2019 e 2024, a arrecadação do ITBI no Município de São José dos Campos registrou aumento real acumulado de aproximadamente 44,3%, passando de R$ 70 milhões em 2019 para R$ 101 milhões em 2024. No período mais recente, entre 2023 e 2024, a variação real foi de 14,8%.

Figura 6 - IPTU em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 7 - ITBI em R$ Milhão - (2019-2024)

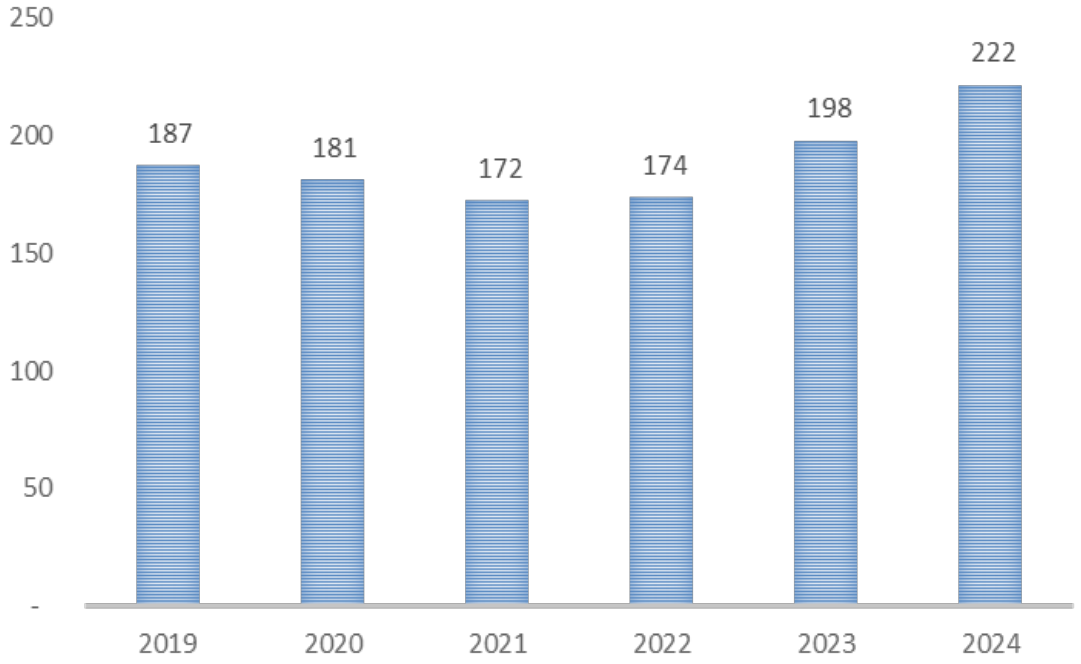


Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

A Figura 8 apresenta o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), um dos principais tributos incidentes sobre rendimentos pagos a pessoas físicas ou jurídicas. Entre 2019 e 2024, a arrecadação de IRRF no Município de São José dos Campos passou de R$ 187 milhões para R$ 222 milhões, em valores reais com base em 2024, representando um aumento acumulado de aproximadamente 18,7%. No período mais recente, entre 2023 e 2024, a variação real foi de cerca de 12,1%, com a receita avançando de R$ 198 milhões para R$ 222 milhões.

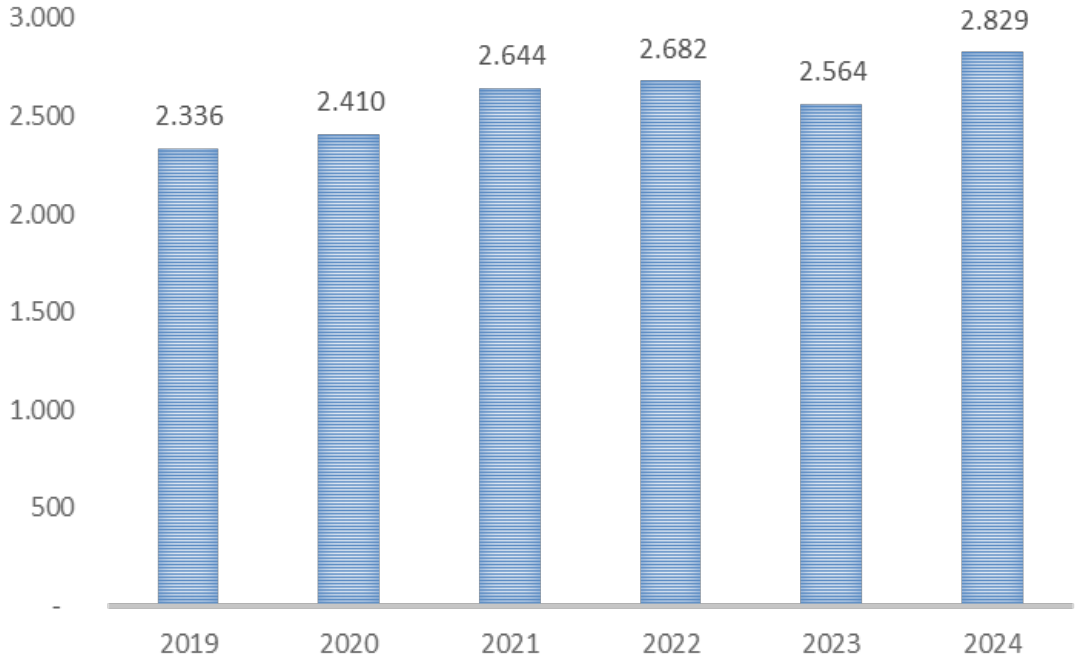
A Figura 9 apresenta as transferências correntes, uma importante fonte de arrecadação para os municípios. No caso de São José dos Campos, as transferências correntes cresceram de R$ 2.336 milhões em 2019 para R$ 2.829 milhões em 2024, o que representa um aumento real acumulado de aproximadamente 21,1% no período. Entre 2023 e 2024, a variação real foi de 10,3%.

Figura 8 - IRRF em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 9 -Transferências Correntes em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

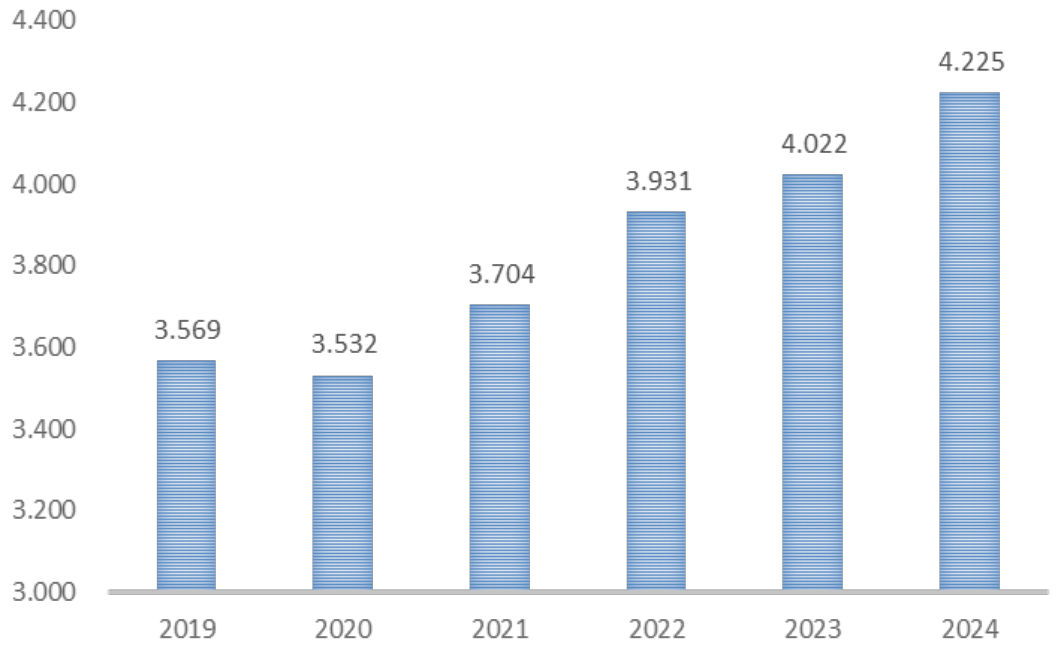
4 Despesa Corrente

A análise das despesas correntes é tão relevante quanto a das receitas correntes. A Figura 10 apresenta a trajetória das despesas correntes do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024. No período, observa-se um aumento real acumulado de aproximadamente 18,4%, com as despesas passando de R$ 3.569 milhões em 2019 para R$ 4.225 milhões em 2024. No intervalo mais recente, entre 2023 e 2024, a variação real foi de 5,1%.

As despesas correntes são divididas em gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida pública e demais despesas correntes. Esta última parcela contém os gastos com o custeio administrativo da máquina municipal, sem considerar os gastos com pessoal.

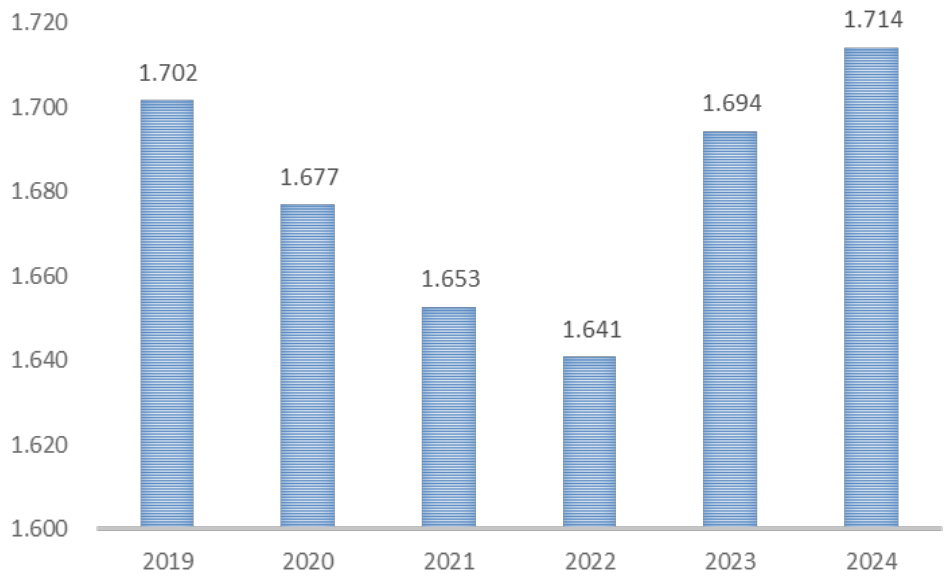
A Figura 11 retrata os gastos com Pessoal e Encargos do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024. No período, esses gastos apresentaram aumento real acumulado de aproximadamente 0,7%, passando de R$ 1.702 milhões em 2019 para R$ 1.714 milhões em 2024. Entre 2023 e 2024, a variação real foi de aproximadamente 1,2%. Esse equilíbrio dos gastos com Pessoal e Encargos indica controle das contas públicas municipais, uma vez que a taxa de crescimento se mantém próxima à observada nas receitas correntes.

Figura 10 - Despesas Correntes em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 11 - Pessoal e Encargos Sociais em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base dezembro/2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Em relação aos gastos com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que a despesa total com pessoal no Poder Executivo, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

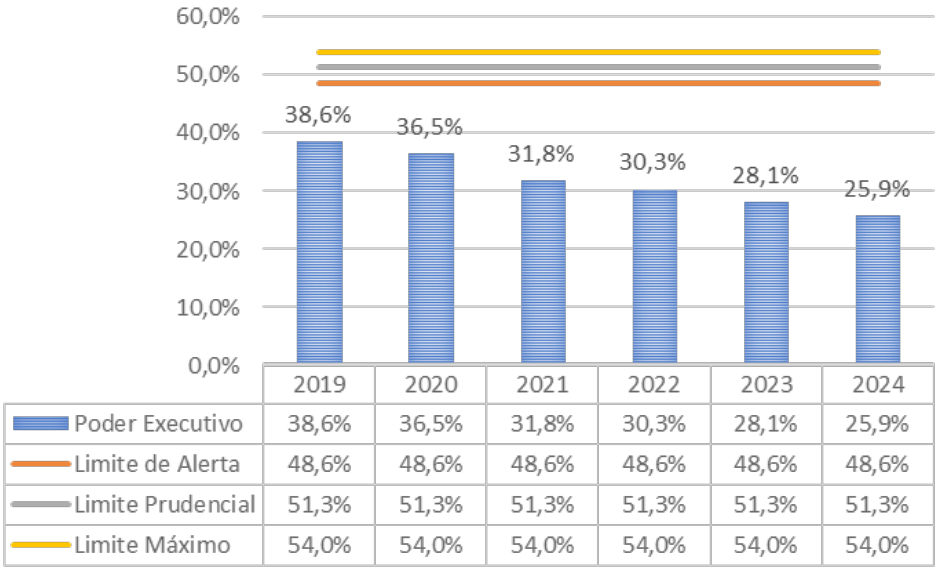
a) 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% para o Executivo.

A Figura 12 sintetiza os gastos com pessoal discriminados para fins de análise do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Conforme apresentado, os gastos com o Poder Executivo do Município de São José dos Campos permaneceram abaixo dos limites constitucionais durante todo o período de 2019 a 2024. Além disso, o percentual dos gastos com o Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) passou de 38,6% em 2019 para 25,9% em 2024, evidenciando trajetória de redução e manutenção dentro dos limites prudenciais estabelecidos pela LRF.

Os juros e encargos sociais são componentes importantes das despesas correntes dos entes federativos. Controlar esse tipo de despesa é essencial para manter o equilíbrio intertemporal das contas públicas. A Figura 13 apresenta a trajetória dos gastos com juros e encargos do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024. No período, observa-se aumento real acumulado de aproximadamente 26,3%, com os valores passando de R$ 19 milhões em 2019 para R$ 24 milhões em 2024. Entre 2023 e 2024, a variação real foi de cerca de -4,0%.

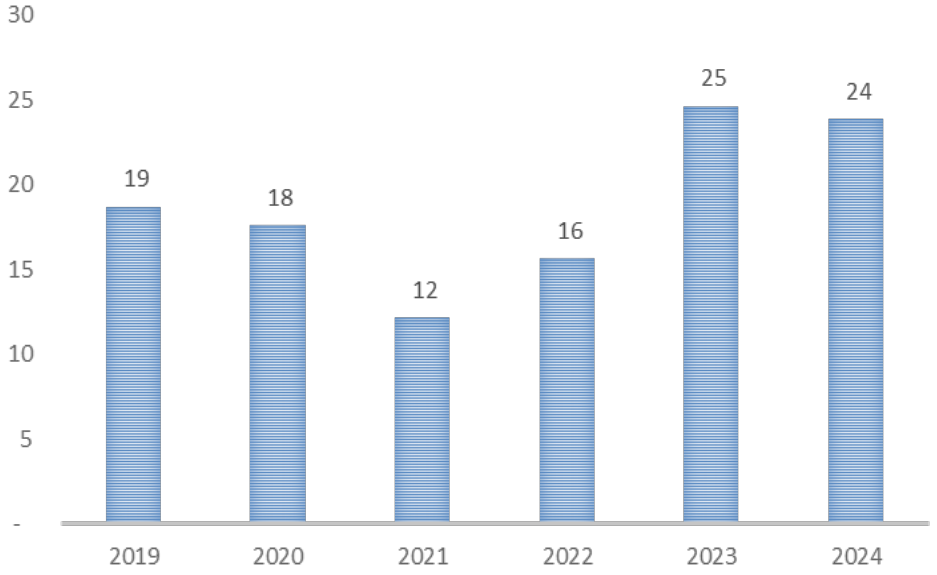
Figura 12 - Gastos com Pessoal por Poderes/ RCL em % – 2019-2024



	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Poder Executivo	38,6%	36,5%	31,8%	30,3%	28,1%	25,9%
Limite de Alerta	48,6%	48,6%	48,6%	48,6%	48,6%	48,6%
Limite Prudencial	51,3%	51,3%	51,3%	51,3%	51,3%	51,3%
Limite Máximo	54,0%	54,0%	54,0%	54,0%	54,0%	54,0%

Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 13 - Juros e Encargos em R$ Milhão - (2019-2024)

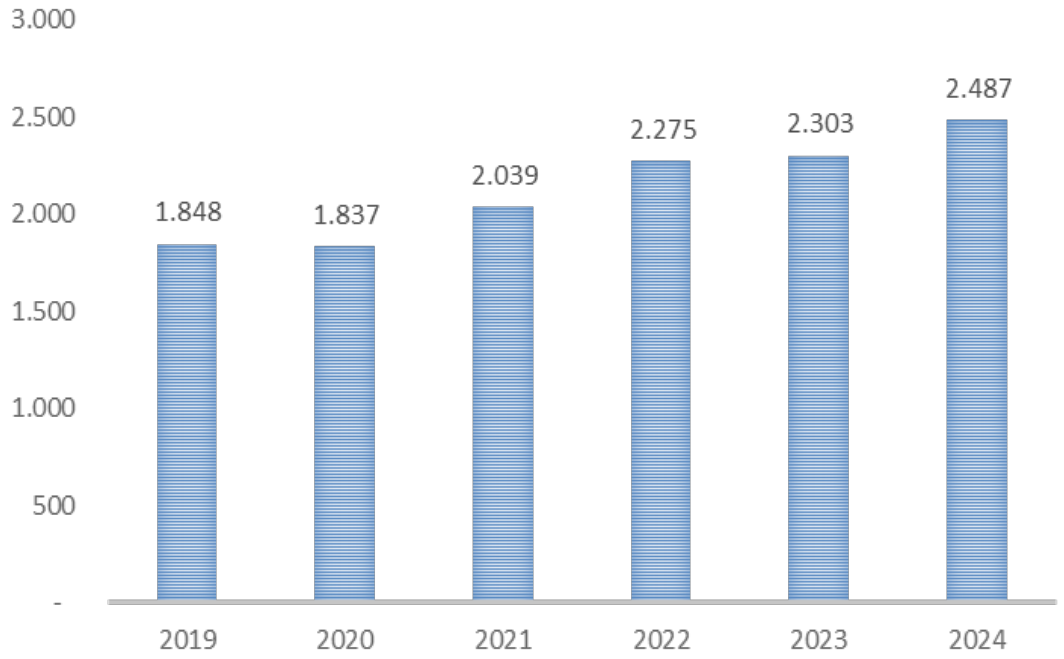


Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

A Figura 14 apresenta as outras despesas correntes do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024. No período, observa-se crescimento real acumulado de aproximadamente 34,7%, com os valores passando de R$ 1.848 milhões em 2019 para R$ 2.487 milhões em 2024. Entre 2023 e 2024, as outras despesas correntes aumentaram de R$ 2.303 milhões para R$ 2.487 milhões, o que representa uma variação real de aproximadamente 8,0%.

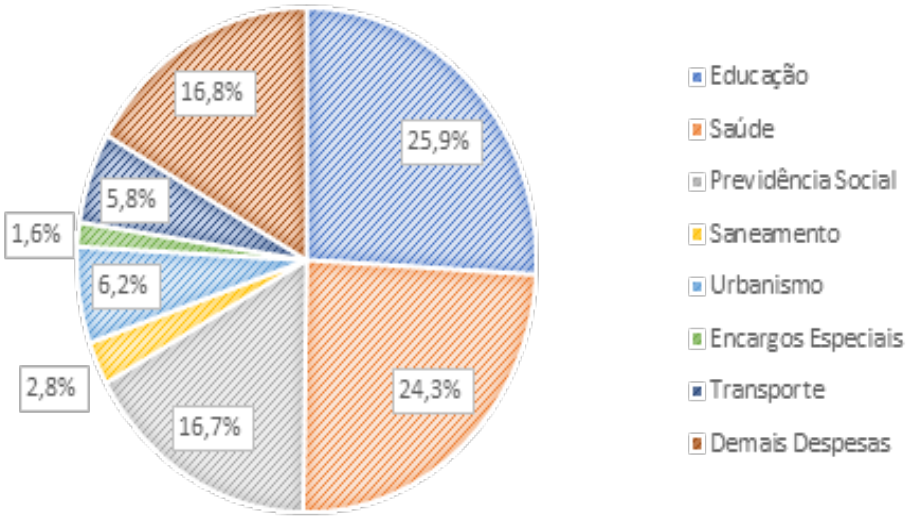
Ainda no âmbito das despesas, a Figura 15 apresenta a distribuição dos gastos por função do ente federativo em relação às despesas totais do Município de São José dos Campos. Conforme a figura, os principais componentes das despesas em 2024 são Educação (25,9%), Saúde (24,3%) e Previdência Social (16,7%). As demais funções apresentam as seguintes participações: Saneamento (2,8%), Urbanismo (6,2%), Encargos Especiais (1,6%), Transporte (5,8%) e Demais Despesas (16,8%).

Figura 14 - Outras Despesas Correntes em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 15 - Gastos por Função em % - 2024



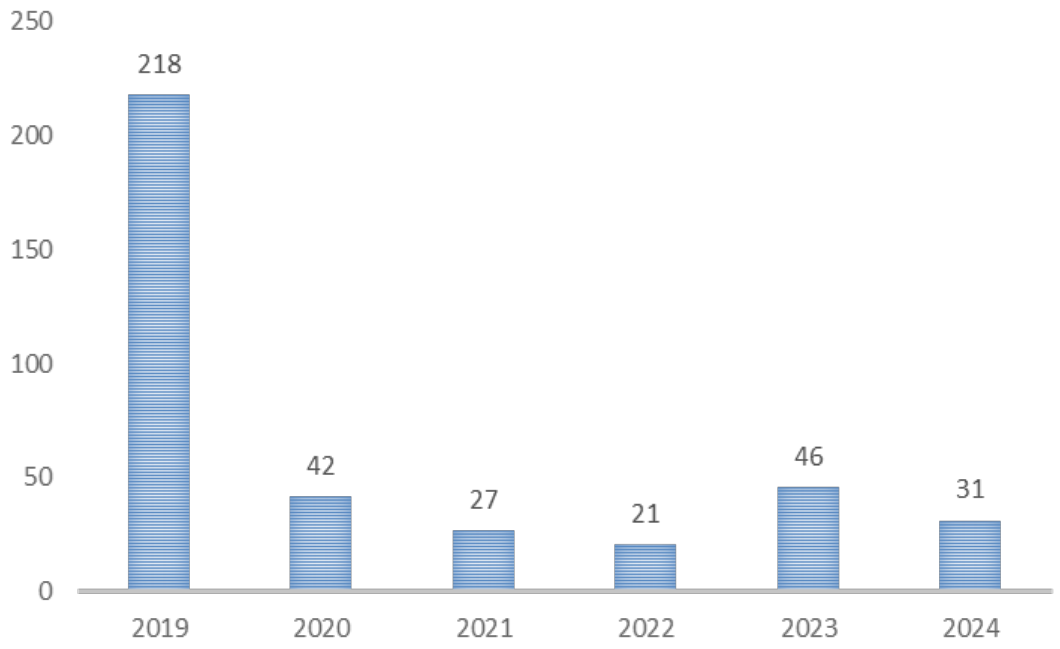
Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

5 Receitas de Capital

As receitas de capital são as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; recursos recebidos de outras pessoas, de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital. O principal componente das receitas de capital são as operações de créditos, receita que também possui restrições legais perante a LRF.

A Figura 16 apresenta a trajetória das receitas de capital do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024. Observa-se um declínio acentuado entre 2019 e 2022, com redução de aproximadamente 90,4%, passando de R$ 218 milhões em 2019 para R$ 21 milhões em 2022. No entanto, entre 2023 e 2024, houve uma redução de aproximadamente 32,6% nas receitas de capital, que passaram de R$ 46 milhões para R$ 31 milhões.

Figura 16 - Receitas de Capital em R$ Milhão - (2019-2024)

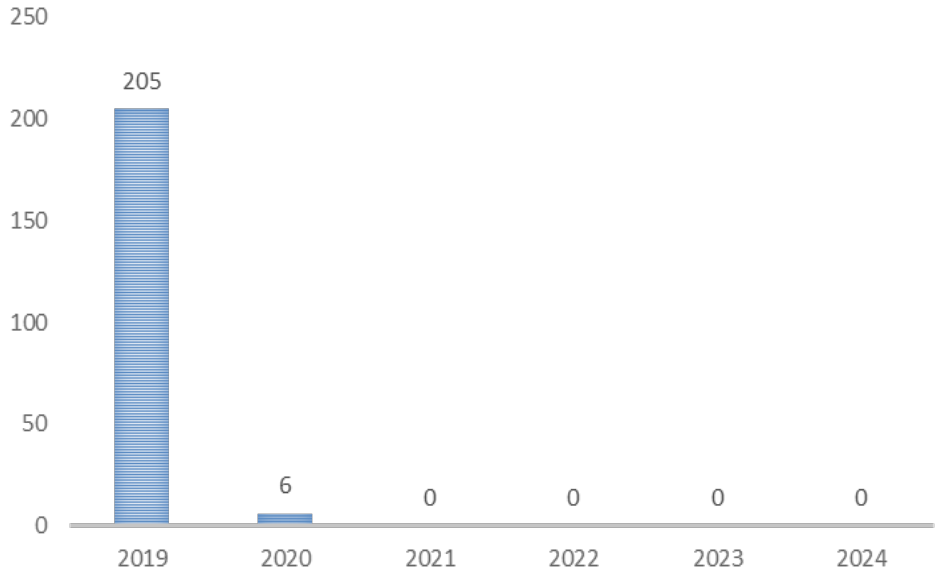


Nota: Valores deflacionados com período-base d2024 .
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Ainda no que diz respeito às receitas de capital, é importante observar o limite de operações de crédito em relação à RCL por exercício financeiro. Conforme a Resolução nº 43, de 2001, as Operações de Crédito não podem ultrapassar 16% da RCL. A Figura 17 apresenta a trajetória das operações de crédito do Município de São José dos Campos nos últimos anos. Observa-se que, embora tenha havido um baixo nível de operações de crédito em 2019 e 2020, o município deixou de realizar operações de crédito a partir de 2021, mantendo esse comportamento até 2024.

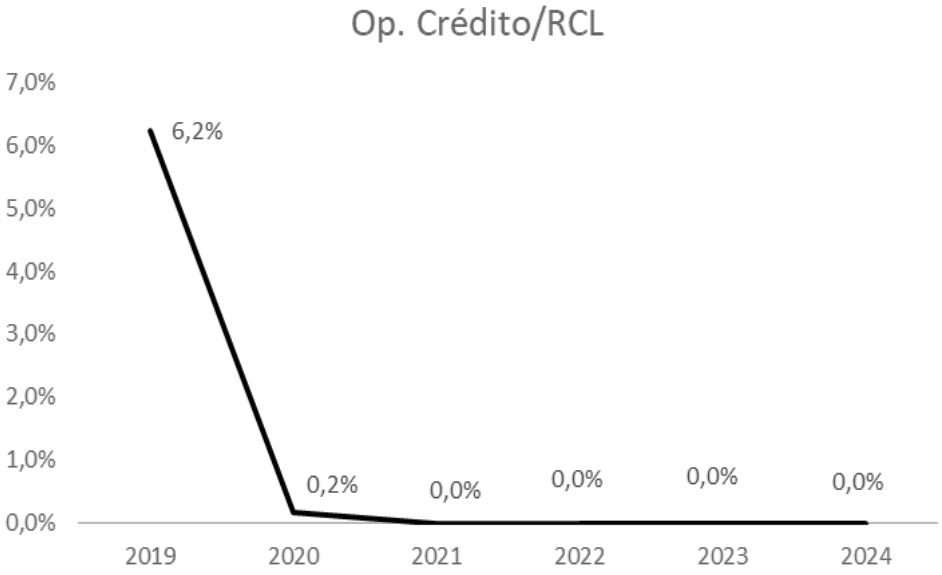
A Figura 18 retrata que a proporção da Operação de Crédito em relação à RCL permaneceu bem abaixo do limite de 16% ao longo de todo o período analisado. Em 2019, essa relação era de 6,2%, reduzindo-se para 0,2% em 2020 e chegando a 0% a partir de 2021, quando o município deixou de realizar operações de crédito. Apesar da ampla margem para expansão, essa estratégia não parece ser interessante, haja vista o aumento das taxas de juros por um lado e, por outro, o fortalecimento da capacidade de arrecadação de recursos via tributos.

Figura 17 - Operação de Crédito em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 18 - Operação de Crédito/RCL - (2019-2024) (%)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

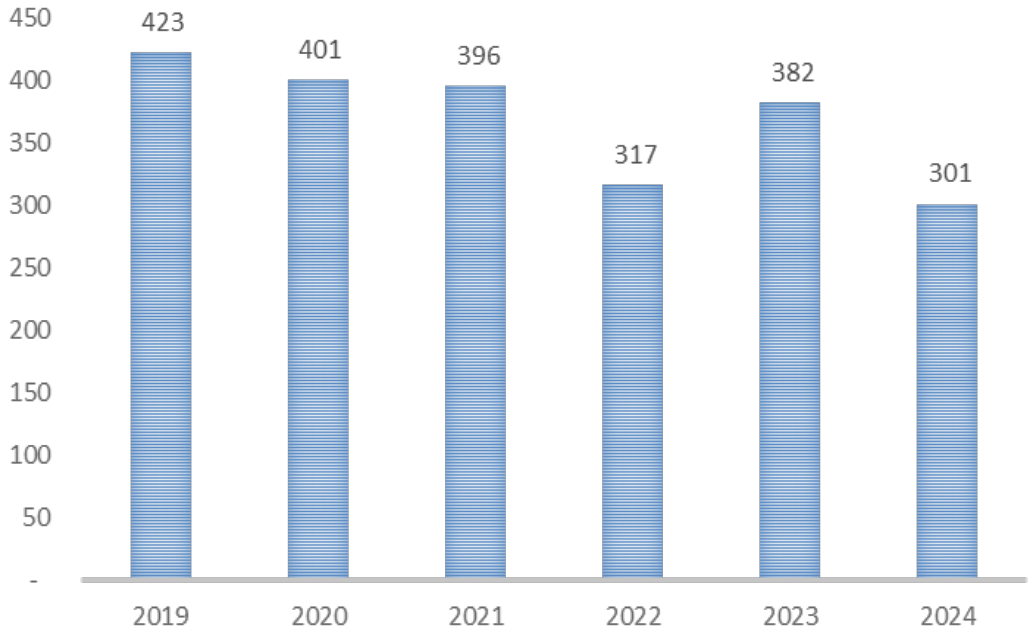
6 Despesas de Capital

Avaliar as despesas de capital do município tem caráter particularmente importante, pois nelas estão elencados os valores destinados à realização de investimentos públicos. Além dos investimentos, nas despesas de capital também estão incluídos gastos com inversões financeiras e amortizações da dívida pública.

A Figura 19 apresenta a trajetória das despesas de capital do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024. No período, observa-se uma redução real de aproximadamente 28,8%, com os valores passando de R$ 423 milhões em 2019 para R$ 301 milhões em 2024. Entre 2023 e 2024, houve nova queda, de aproximadamente 21,2%, com as despesas passando de R$ 382 milhões para R$ 301 milhões.

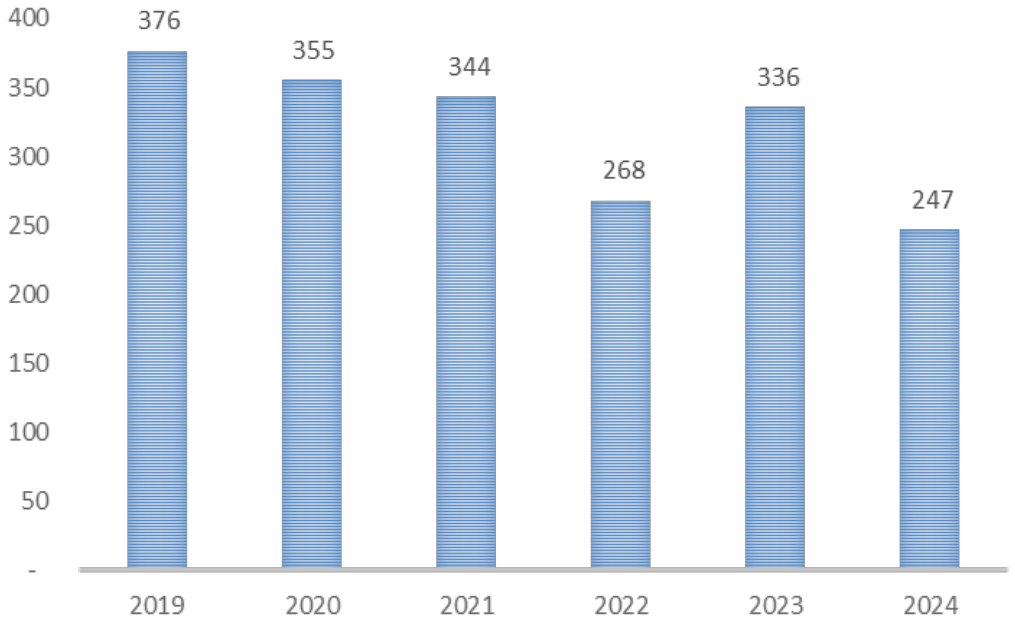
A Figura 20 apresenta a evolução dos investimentos do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024. No período, o volume de investimentos diminuiu de R$ 376 milhões em 2019 para R$ 247 milhões em 2024, o que representa uma redução real de aproximadamente 34,3%. Entre 2022 e 2023, observa-se um aumento moderado, com os valores variando de R$ 268 milhões para R$ 336 milhões. Já entre 2023 e 2024 houve uma queda de aproximadamente 26,5%, indicando redução no nível de investimentos municipais no último ano analisado.

Figura 19 - Despesas de Capital em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 20 - Investimento em R$ Milhão - (2019-2024)

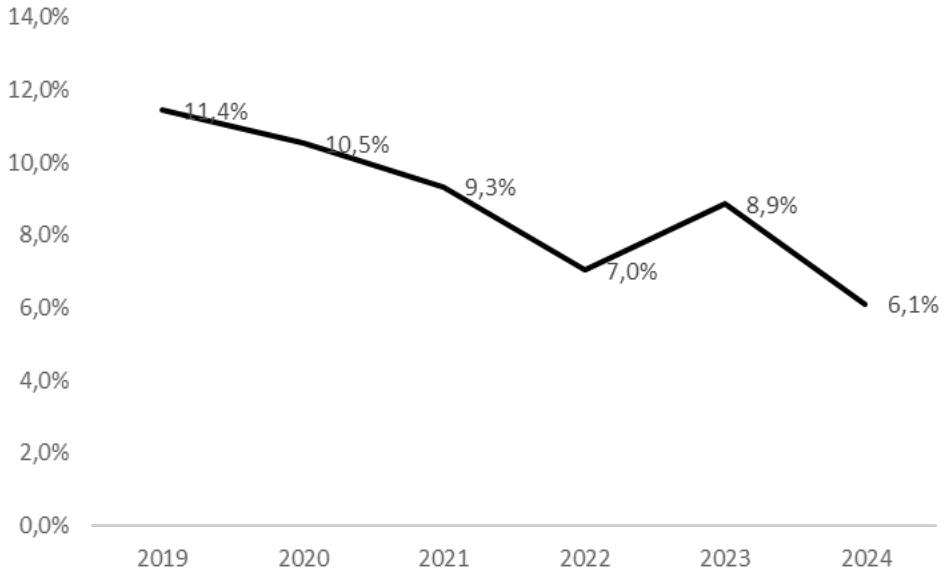


Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Para muitos economistas e/ou gestores públicos, o componente mais importante das despesas de capital é a rubrica de investimento. Por isso, é relevante analisar os investimentos como proporção da RCL, de modo a verificar o esforço do ente federativo nesse importante componente de despesa. A Figura 21 mostra que, entre 2019 e 2021, o Município de São José dos Campos manteve os investimentos abaixo de 12% da RCL, com redução gradual de 11,4% em 2019 para 9,3% em 2021. Em 2022 e 2023, os percentuais variaram de 7,0% para 8,9%. Já em 2024, observa-se nova redução, com os investimentos atingindo 6,1% da RCL.

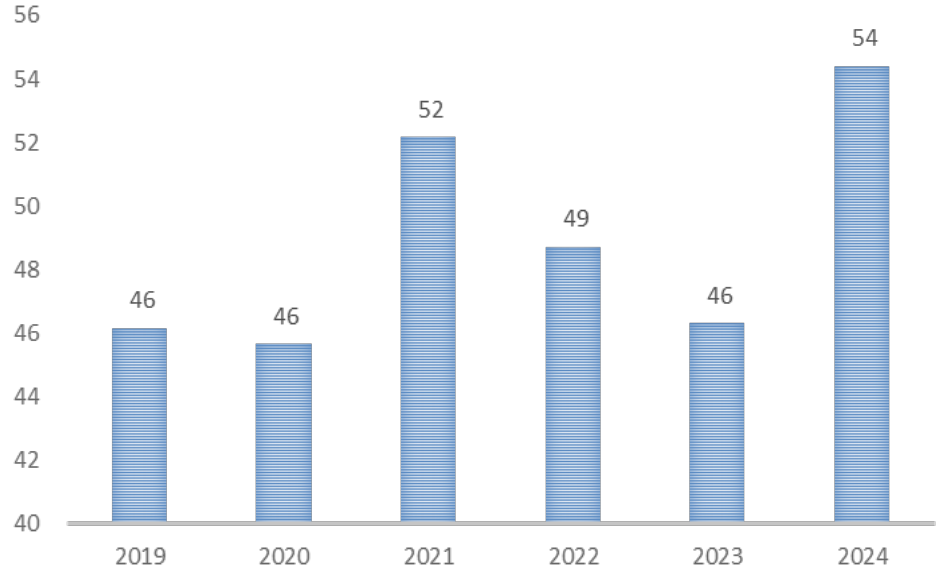
Por último, na Figura 22, há as amortizações da dívida, despesas de capital de extrema importância no controle do endividamento público. O volume de Amortização da Dívida ao longo dos anos tem apresentado comportamento volátil, com oscilações recorrentes no período recente. Tal rubrica de gastos precisa ser analisada em conjunto com os contratos do ente federativo. Contudo, observa-se que, apesar das variações anuais, o montante destinado ao serviço da dívida voltou a crescer em 2024, reforçando a importância do monitoramento contínuo dessa despesa.

Figura 21 - Investimento/RCL (%) - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base dezembro/2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

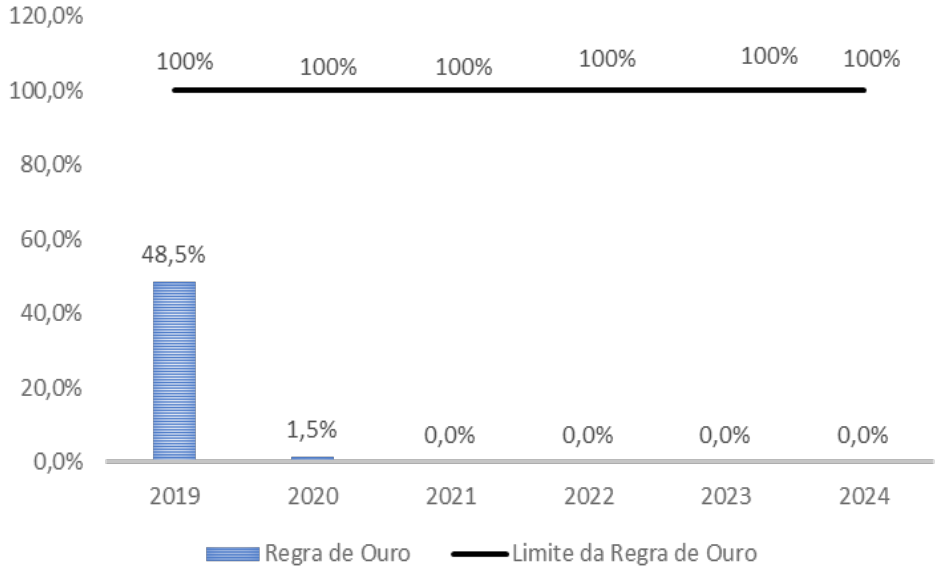
Figura 22 - Amortização da Dívida em R$ Milhão - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base dezembro/2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

No que tange aos limites determinados por lei às operações de crédito, destaca-se o dispositivo conhecido como Regra de Ouro. A Regra de Ouro é uma regra da Constituição Federal de 1988 que possui o objetivo de evitar o endividamento para pagar despesas correntes. Sendo assim, a Regra prevê que o montante auferido pelas operações de crédito, em determinado exercício financeiro, não pode ser superior às despesas de capital do período. Esta regra tem como intuito garantir o princípio do equilíbrio orçamentário, evitando que a receita oriunda de empréstimos seja utilizada para custear a máquina pública. Conforme a Figura 23, o Município de São José dos Campos tem obtido êxito no cumprimento da Regra de Ouro, em que as operações de crédito estão muito abaixo das despesas de capital ao longo dos cinco anos.

Figura 23 - Regra de Ouro em % - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base 2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

7 Resultados Primário e Nominal

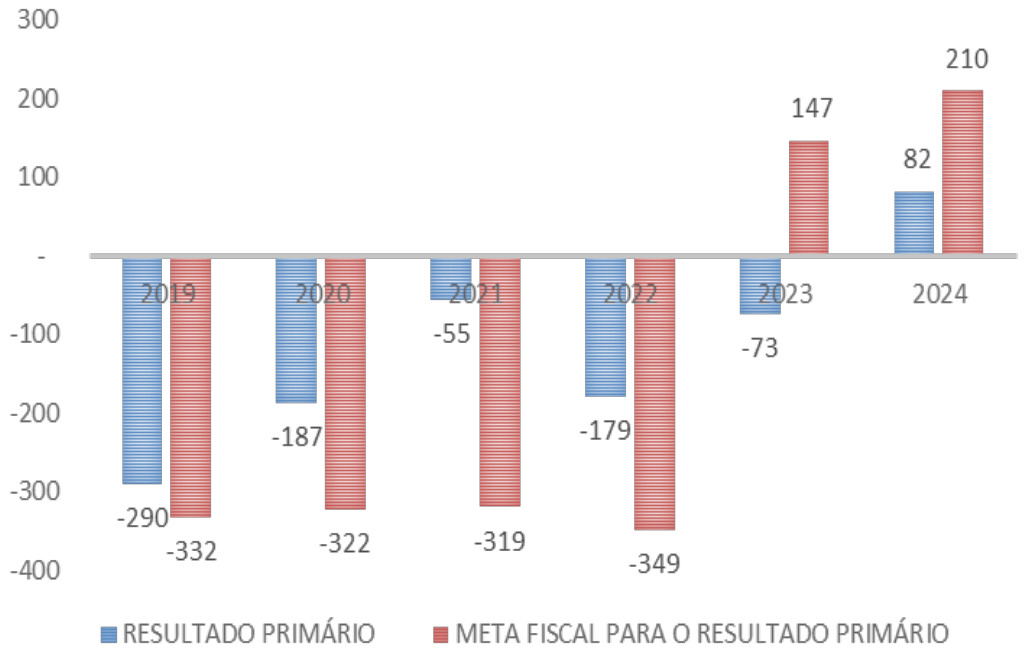
O resultado primário é definido pela diferença entre as receitas e despesas não financeiras. A existência de superávit primário não garante a saúde das contas públicas. Contudo, é evidente que déficits primários constantes no longo prazo não se sustentam. Alguns entes federativos excluem os investimentos do resultado primário. Por isso, a comparação do resultado primário entre os entes federativos possui relativa dificuldade contábil. O Resultado Nominal (RN), por sua vez, é obtido acrescentando-se ao resultado primário os valores pagos e recebidos de juros nominais.

O Resultado Nominal pode ser considerado como a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), que, por sua vez, indica se o ente necessitará ou não de empréstimo para conseguir cumprir com seus dispêndios em determinado exercício financeiro. As Figuras 24 e 25 retratam a trajetória dos resultados primário e nominal do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024.

Como é possível verificar na Figura 24, o Município de São José dos Campos tem apresentado desempenho variável em seus resultados primários, não cumprindo as metas fiscais estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na maior parte do período analisado. Observa-se que o resultado primário foi negativo entre 2019 e 2023, com déficits de R$ 290 milhões em 2019, R$ 187 milhões em 2020, R$ 55 milhões em 2021, R$ 179 milhões em 2022 e R$ 73 milhões em 2023. Em 2024, entretanto, houve mudança de trajetória, com superávit primário de R$ 82 milhões, ainda distante da meta fiscal de R$ 210 milhões, mas indicando melhora significativa nas contas públicas.

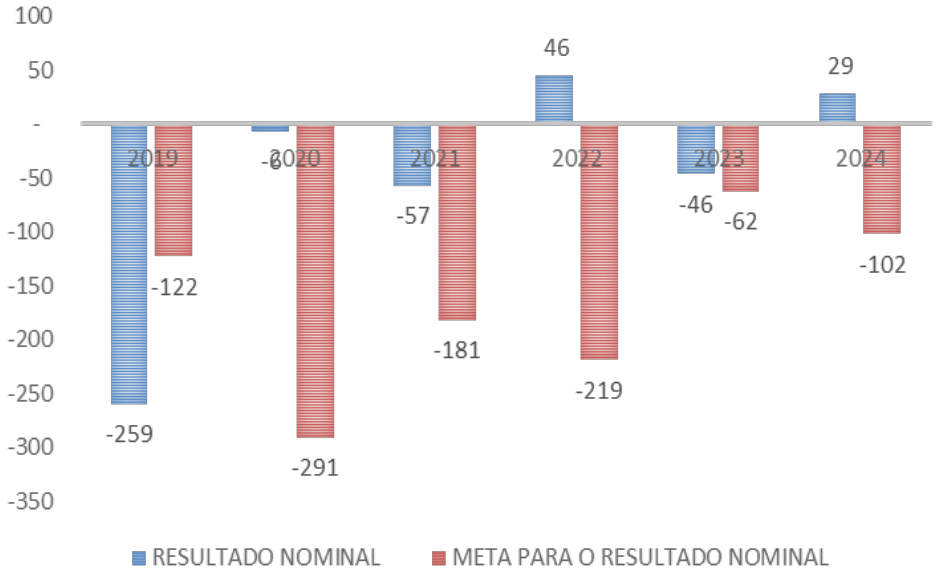
A Figura 25 apresenta a trajetória do resultado nominal do Município de São José dos Campos entre 2019 e 2024. Observa-se déficit nominal nos exercícios de 2019 (R$ -259 milhões), 2020 (R$ -80 milhões), 2021 (R$ -57 milhões) e 2023 (R$ -46 milhões). Em 2022 e 2024, o município registrou superávit nominal de R$ 46 milhões e R$ 29 milhões, respectivamente. No exercício de 2024, embora o resultado tenha sido positivo, o município não atingiu a meta fiscal estabelecida, que previa superávit de R$ 102 milhões, resultando em diferença negativa de R$ 73 milhões em relação à meta fixada para o período.

Figura 24 - Resultado Primário e Metas Fiscais em R$ Milhão – (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base dezembro/2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 25 - Resultado Nominal e Metas Fiscais em R$ Milhão – (2019-2024)



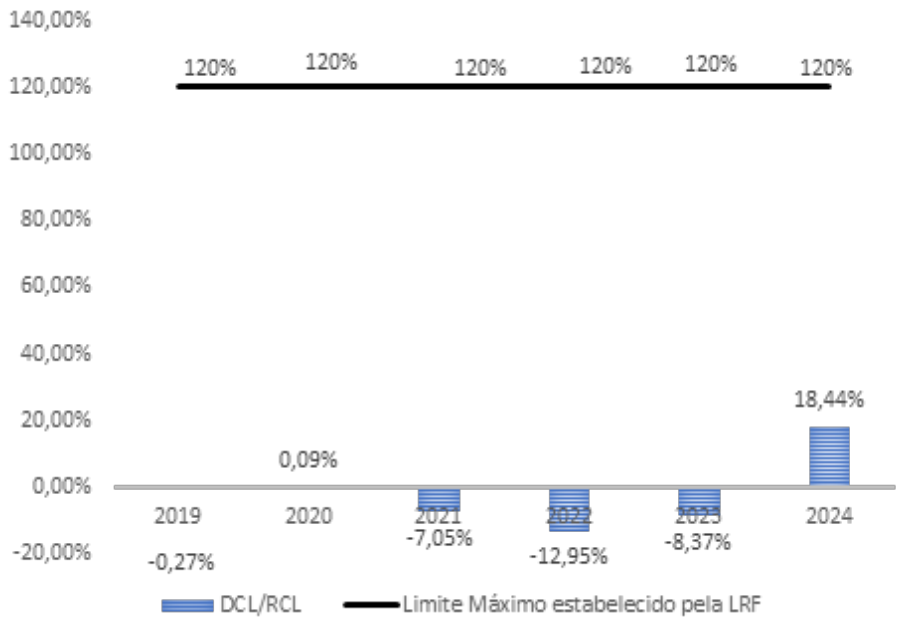
Nota: Valores deflacionados com período-base dezembro/2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

8 Endividamento

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. De acordo com a LRF, a Dívida Consolidada Líquida dos municípios não poderá exceder em 120% a Receita Corrente Líquida.

A Figura 26 mostra a proporção DCL/RCL do Município de São José dos Campos. Conforme a figura, o ente federativo tem cumprido integralmente a determinação da LRF. Além disso, o município manteve relação negativa entre DCL e RCL durante quase todo o período, variando de -0,27% em 2019 para -8,37% em 2023. Em 2024, a relação passou a ser positiva, atingindo 18,44%. Essa trajetória reflete um cenário de solvência fiscal na maior parte dos anos analisados, com nível de endividamento controlado e compatível com a capacidade de pagamento do município. A relação DCL/RCL negativa indica que o município possuía disponibilidades financeiras líquidas positivas, revertendo tal condição apenas em 2024.

Figura 26 - DCL/RCL em % - (2019-2024)



Nota: Valores deflacionados com período-base dezembro/2024.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Fiscal (RREO/SEFAZ-SP)/Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

9 Considerações Finais

Este relatório apresentou uma leitura abrangente da situação fiscal do Município de São José dos Campos ao longo dos últimos anos, destacando o comportamento das principais receitas, despesas, resultados e indicadores de endividamento.

A receita corrente mostrou trajetória ascendente, impulsionada sobretudo pelo fortalecimento das receitas próprias. As transferências intergovernamentais também cresceram, mas sem alterar a característica central do município, que segue com grau razoável de autonomia fiscal.

Do lado da despesa corrente, verificou-se expansão moderada, acompanhada por controle consistente dos gastos com pessoal e encargos sociais. Outros itens de custeio também avançaram, mas de forma compatível com a evolução da receita e das demandas de funcionamento da administração pública.

As despesas de capital apresentaram comportamento menos dinâmico, com queda gradual ao longo do período e redução do peso relativo dos investimentos na receita disponível. Apesar disso, o município preservou a capacidade de financiar pequenas e médias iniciativas de infraestrutura e manteve a execução das amortizações da dívida dentro de padrões administráveis. O cumprimento constante da chamada Regra de Ouro reforça esse quadro, já que as operações de crédito permaneceram sempre abaixo do limite implícito dado pelas despesas de capital.

Os resultados primário e nominal oscilaram de maneira significativa. Em grande parte do período, prevaleceram déficits primários, revertidos apenas no exercício mais recente, ainda que aquém das metas estabelecidas. O resultado

nominal alternou entre déficits e superávits, refletindo tanto o comportamento das despesas não financeiras quanto o impacto das variações nos encargos da dívida.

No campo do endividamento, a posição do município permaneceu confortável. A relação entre dívida consolidada líquida e receita disponível ficou continuamente distante do limite legal, e, durante boa parte do período, o indicador permaneceu em terreno negativo, sinalizando existência de disponibilidade financeira líquida. Apenas no último exercício houve reversão dessa condição, ainda assim em nível bastante inferior ao que caracterizaria qualquer risco fiscal.

Em síntese, São José dos Campos apresenta quadro fiscal globalmente equilibrado, sustentado por arrecadação robusta, gastos correntes controlados, endividamento baixo e respeito às regras legais.

(*) Ph.D. Candidate in Economics na University of Illinois em Urbana Champaign e Mestre em Teoria Econômica pela FEA-USP. (E-mail: cc187@illinois.edu).
(**) Professor Titular da FEA-USP e pesquisador da Fipe. (E-mail: delosso@usp.br).

Macroeconomia e Clima

Luccas Assis Attílio (*)

1 Introdução

Estudos acadêmicos têm mostrado que tanto a economia influencia a mudança climática quanto o inverso, isto é, a mudança climática também influencia os agregados econômicos. Desta forma, um desafio para pesquisadores é destrinchar os efeitos entre a macroeconomia e o clima.

No tocante ao Brasil, há escassez de estudos macroeconômicos mostrando as interações entre a macroeconomia e o meio ambiente. A maioria dos artigos tomam uma abordagem microeconômica. A vantagem da tomada microeconômica é que ela oferece análises de causalidade.

Todavia, há o *trade-off*: o ganho com a causalidade denota a perda de informações a respeito de efeitos de transbordamento, impactos de choques e encadeamentos e possíveis endogeneidades entre as variáveis. Em outras palavras, estudos macroeconômicos são bem-vindos para a mudança climática no Brasil.

Esse texto apresenta o resumo do artigo *Amazon deforestation and CO2 emissions: A macroeconomic approach using the GVAR*, publicado no *Journal of Regional Science*. Esse artigo foi contemplado com o segundo lugar no Prêmio iCS de Economia e Clima, promovido pelo Instituto Clima e Sociedade.

O link do artigo é: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jors.12738.

2 Revisão de Literatura

Weimin *et al.* (2022) investigaram as emissões de CO_2 em 46 economias em desenvolvimento utilizando dados em painel, considerando PIB, globalização, energia renovável, consumo de combustíveis fósseis e investimento estrangeiro direto como variáveis de controle. Os resultados indicaram que o PIB está positivamente correlacionado com maiores emissões de CO_2.

Halkos e Paizanos (2016) utilizaram o modelo VAR para examinar como a política fiscal impacta as emissões de CO_2 nos Estados Unidos. O estudo revelou que políticas fiscais baseadas em gastos reduzem as emissões de CO_2, enquanto cortes de impostos aumentam as emissões.

Uma desvantagem do uso de dados em painel em comparação com séries temporais é que dados em painel não captam os efeitos de transbordamento (*spillover effects*), característica essencial das emissões de gases. Faria, Tindall e Terjesen (2022) afirmaram que as emissões de gases apresentam duas falhas de mercado clássicas: externalidades e bens públicos. Em outras palavras, a mudança climática se espalha regionalmente e internacionalmente, podendo afetar diferentes mercados econômicos.

Blazquez *et al.* (2017), Kassouri, Bilgili e Kuşkaia (2022) e Erdogan *et al.* (2022) examinaram o impacto de variáveis econômicas sobre as emissões de CO_2 e, como nos trabalhos anteriores, encontraram relações estatisticamente significativas, mas suas abordagens econométricas compartilham as limitações mencionadas.

No contexto da Floresta Amazônica, diversos estudos investigaram a influência de variáveis econômicas sobre o desmatamento. Silva, Almeida e Carvalho (2023) mostraram que o uso da terra contribui significativamente para o aumento do desmatamento na Amazônia, levando a um crescimento das emissões de gases.

Assunção e Rocha (2019) analisaram o papel das políticas públicas e regulações na mitigação do desmatamento na Amazônia, revelando que políticas específicas em

municípios brasileiros incluídos na "lista negra" resultaram em menor degradação ambiental.

No entanto, todos esses estudos trataram o Brasil como uma economia fechada, ignorando a influência da economia mundial e de fatores externos.

Essa literatura geralmente adota uma abordagem microeconômica para estudar o desmatamento na Floresta Amazônica. O presente artigo utiliza uma abordagem macroeconômica, tratando o Brasil como uma pequena economia aberta. Essa estratégia oferece as seguintes vantagens:

i) permite medir a influência da economia mundial sobre o desmatamento da Floresta Amazônica;

ii) possibilita comparar a importância de fatores domésticos e externos;

iii) identifica canais econômicos que causam desmatamento indireto; e

iv) ao integrar economias por meio do comércio bilateral, avalia a relevância do comércio no desmatamento da Amazônia.

Desta forma, ao utilizar o GVAR em uma amostra com 34 países, este trabalho concilia efeitos macroeconômicos sobre o meio ambiente brasileiro.

3 Resultados

A Figura 1 mostra que choques sobre a taxa de câmbio brasileira (uma depreciação) e sobre a produção industrial promovem o aumento do desmatamento da Floresta Amazônica (Amazon). Adicionalmente, as estimativas mostram que as emissões de gás carbônico se elevam devido ao choque sobre a produção industrial.

A Figura 2 mostra que o choque da China contribui para elevar tanto o desmatamento da Floresta Amazônica quanto para elevar as emissões de gás carbônico. Neste sentido, o crescimento econômico da China se relaciona negativamente com a sustentabilidade ambiental do Brasil.

Figura 1 - Choques Sobre a Taxa de Câmbio e sobre a Produção Industrial

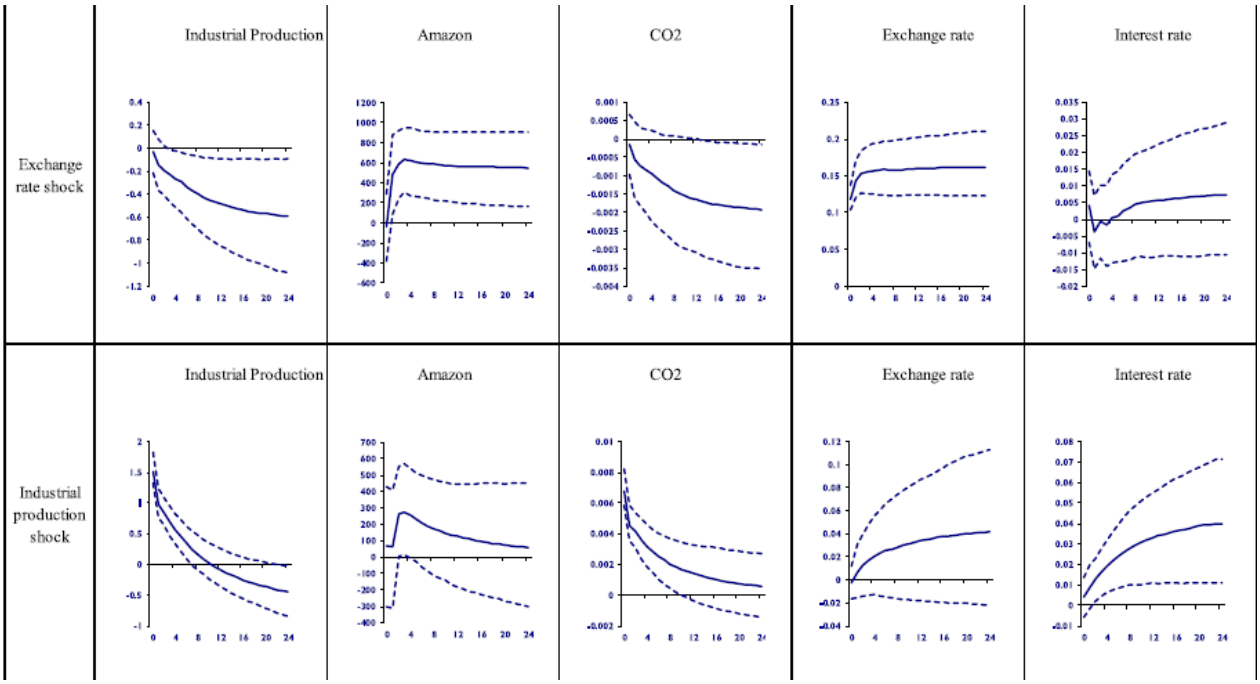
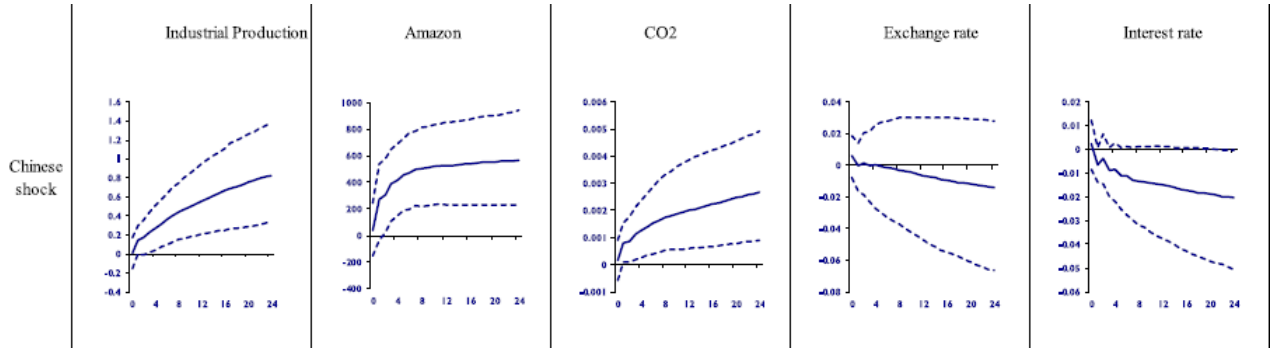


Figura 2 - Choque sobre o PIB Chinês



A Tabela 1 mostra que o Brasil influencia as emissões de gás carbônico da Argentina, o principal parceiro comercial brasileiro na América Latina. Com 24 meses, as emissões de gás carbônico do Brasil explicam 10.2% das emissões de gás carbônico da Argentina, o produto industrial brasileiro explica em 10% e o desmatamento da Amazônia em 1%. Em outras palavras, esses resultados mostram que há efeito de transbordamento da economia brasileira sobre o meio ambiente da Argentina.

Tabela 1 - Decomposição da Variância das Emissões de Gás Carbônico da Argentina

	Argentina		Brazil		
	co2	e	co2	ip	amazon
1	94.78	2.28	1.24	1.22	0.48
12	94.12	3.80	0.68	0.69	0.71
24	76.09	1.90	10.26	10.40	1.35

4 Conclusão

O artigo mostrou que a macroeconomia brasileira é estreitamente relacionada com o desmatamento da Floresta Amazônica e com as emissões de gás carbônico. Um passo adicional foi mostrar que o Brasil, indiretamente, prejudica o meio ambiente da Argentina ao explicar parte das emissões de gás carbônico neste país.

Esse estudo empírico reforçou a mensagem de que a mudança climática é um desafio global. A mudança climática não respeita fronteiras nacionais.

Neste sentido, em termos de políticas econômicas, recomenda-se coordenação internacional para que países adotem políticas que reduzam tanto o desmatamento quanto as emissões de gás carbônico. Como os resultados mostraram, de pouco adianta, por exemplo, a Argentina adotar políticas de redução de gases poluentes se o seu vizinho, o Brasil, continuar negligenciando essa área. Os efeitos de transbordamento iriam prejudicar o esforço argentino.

Finalmente, o artigo mostrou a importância de estudos macroeconômicos para pensar a relação entre economia, meio ambiente e sociedade.

Referências

ASSUNÇÃO, J.; ROCHA, R. Getting greener by going black: the effect of blacklisting municipalities on Amazon deforestation. **Environment and Development Economics**, v. 24, n. 2, p. 115-137, 2019.

BLAZQUEZ, J. *et al*. Fossil fuel price shocks and CO2 emissions: the case of Spain. **The Energy Journal**, v. 38, n. 6, 2017.

ERDOGAN, S. *et al*. On the persistence of shocks to global CO2 emissions: a historical data perspective (0 to 2014). **Environmental Science and Pollution Research**, v. 29, n. 51, p. 77311-77320, 2022.

FARIA, J. R.; TINDALL, G.; TERJESEN, S. The Green Tobin's q: theory and evidence. **Energy Economics**, v.110, 106033, 2022.

HALKOS, G. E.; PAIZANOS, E. A. The effects of fiscal policy on CO2 emissions: evidence from the USA. **Energy Policy**, v. 88, p. 317-328, 2016.

KASSOURI, Y.; BILGILI, F.; KUŞKAYA, S. A wavelet-based model of world oil shocks interaction with CO2 emissions in the US. **Environmental Science & Policy**, v. 127, p. 280-292, 2022.

SILVA, J. G.; ALMEIDA, R. B. DE; CARVALHO, L. V. An economic analysis of a zero-deforestation policy in the Brazilian Amazon. **Ecological Economics**, v. 203, 107613, 2023.

WEIMIN, Z. *et al*. A pathway toward future sustainability: assessing the influence of innovation shocks on CO2 emissions in developing economies. *Environment, Development and Sustainability*, v. 24, p. 4786-4809, 2022.

(*) Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
(E-mail: luccas.attilio@ufop.edu.br)

O PL das Bagagens e os Desafios do Progresso Econômico Brasileiro

Gabriel Brasil (*)

Em 28 de outubro, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que proíbe que companhias aéreas cobrem pela bagagem de mão e por malas de até 23 quilos despachadas em voos nacionais. Em 10 de novembro, data da escrita deste artigo, o projeto ainda se encontra pendente de tramitação no Senado Federal, mas já reflete um desafio central no debate econômico brasileiro que, por sua persistência, merece discussão.

O projeto reverte o que estabeleceu uma resolução de 2016 da ANAC (em vigor desde março de 2017) que permitia que empresas aéreas promovessem a cobrança por serviços adicionais, inclusive o despacho de bagagens. À época, a iniciativa tinha como objetivo garantir maior eficiência alocativa no setor e, adicionalmente, alinhar o ambiente regulatório nacional a práticas internacionais como forma de atrair competidores estrangeiros. Globalmente, e especialmente em países desenvolvidos, é comum que empresas aéreas cobrem pelo despacho de bagagens, sendo o formato brasileiro em vigor até 2016 uma notável exceção. Atualmente, três empresas nacionais – Gol, Latam e Azul – controlam 99% do setor de acordo com dados do Relatório de Oferta e Demanda da ANAC em setembro de 2025.[1]

De acordo com estudo de 2018 de pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, a resolução da ANAC havia produzido resultados alinhados com o que sugere a teoria microeconômica: ao aumentar-se a discriminação de preço por consumidor, obtêm-se ganhos significativos de eficiência e, consequentemente, uma redução do preço médio no setor.[2] No caso brasileiro, de acordo com o estudo, a redução média foi de R$ 14,85 por passagem – considerando apenas os efeitos da medida isolados por modelagem econométrica.

Apesar de evidências empíricas limitadas para o caso brasileiro, a medida provavelmente também gerou impactos ambientais positivos. Em teoria, a cobrança das bagagens incentiva maior eficiência no comportamento dos passageiros – isto é, reduz o despacho desnecessário de malas e outros itens – no limite reduzindo o peso do avião, o consumo de combustível e consequentemente suas emissões de gases de efeito estufa.

No entanto, apesar de resultados bem-vindos, evidências anedóticas desde a implementação da medida sugerem que sua recepção por parte da população foi significativamente negativa. Para além de motivos operacionais – por exemplo, a lotação frequente dos compartimentos para bagagem de mão gratuita nos aviões, nem sempre bem gerenciada pelas companhias aéreas e pela própria população – ficou muito nítida a dificuldade dos consumidores de considerarem os efeitos econômicos isolados da medida.

Ocorre que, desde sua implementação, outros custos operacionais importantes no setor, notadamente os combustíveis, aumentaram significativamente. Isto significa que o preço final da passagem em muitos casos aumentou, a despeito da contribuição negativa da resolução da ANAC em tal fenômeno. O período também contou com a pandemia da COVID-19, que afetou de forma substancial a saúde financeira das empresas aéreas, ampliando os custos de capital do setor.

As controvérsias com relação à medida representam tendência comum no debate público, espe-

cialmente no Brasil: a dificuldade em se interpretar fenômenos complexos e multivariados tumultua o debate – e, no limite, o progresso – da condução econômica, dando espaço para voluntarismos danosos ao bem-estar da população, como a medida do mês passado da Câmara dos Deputados, amplamente apoiada por partidos da esquerda à direita do espectro político.

É legítimo que o público geral não tenha treinamento ou acesso imediato à expertise em temas demasiadamente técnicos, mas a prevalência da mesma situação entre a classe política – que dispõe de assessores qualificados, inclusive no Congresso Nacional – é preocupante. Tal cenário é exacerbado pelos atualmente elevados níveis de polarização política, que incentivam a adoção de retóricas e ações voluntaristas e impetuosas, com atenção insuficiente às evidências.

Vale notar que, conforme amplamente reportado pela imprensa nacional, as principais empresas aéreas nacionais enfrentam dificuldades financeiras crônicas. Gol, Latam e Azul estão ou estiveram em recuperação judicial nos últimos anos, refletindo as enormes dificuldades operacionais e regulatórias que enfrentam no Brasil. A introdução de medidas que tendem a gerar ineficiências, tanto para consumidores como para as empresas, deve apenas exacerbar tal cenário, no limite pressionando a capacidade do setor de investir e aprimorar a acessibilidade e a qualidade dos seus serviços à população.

Não há culpado único para tal fenômeno. Pelo contrário, toda a sociedade brasileira precisa entender sua responsabilidade no fracasso crônico de utilizar as evidências científicas em favor das políticas públicas – e estas em favor dos cidadãos.

Aos economistas, cabe entender que a análise técnica dos fenômenos econômicos sem comunicação pública didática e efetiva é insuficiente. À imprensa, cabe reconhecer que a economia – apesar de todas as suas imperfeições – é uma ciência, e como tal precisa ser tratada com adequado rigor, sobretudo pelo seu impacto na vida das pessoas. À classe política, cabe conduzir o debate público com maior republicanismo, sem prescindir da expertise a que têm acesso o Executivo e o Legislativo em todos os níveis da Federação. Aos cidadãos, cabe o lembrete, sempre prudente, de que fenômenos sociais e econômicos muitas vezes são contraintuitivos, e soluções simples para desafios complexos tendem a se mostrar contraproducentes e merecem, portanto, crítica e escrutínio proporcionais.

---

1 Relatório de Demanda e Oferta. **ANAC**. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDI3ZjQxZDItMjY2MC00NzNhLTk1ZjUtN2MwNjMzNzNiNGE1IiwidCI6ImI1NzQ4ZjZlLWI0YTQtNGIyYi1hYjJhLWVmOTUyMjM2ODM2NiJ9

2 RESENDE, Bruno César Mariano. **Estimativas do efeito da taxa de despacho de bagagem**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Pós-Graduação em Economia, FGV, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0331b790-5360-407c-8377-666d8297a3c0/content

(*) Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo (USP). (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).

Relatório de Indicadores Financeiros[1]

Núcleo de Economia Financeira da USP – NEFIN-FEA-USP (*)

Em 02/jan/2012 foram (teoricamente) investidos R$ 100 em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em ações em empresas grandes; (3) Carteira Valor: comprada em ações de empresas com alta razão "valor contábil-valor de mercado" e vendida em ações de empresas com baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o *site* do NEFIN, seção "Fatores de Risco": <http://nefin.com.br/risk_factors.html>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long - Short)(02/01/2012 – 30/10/2025)

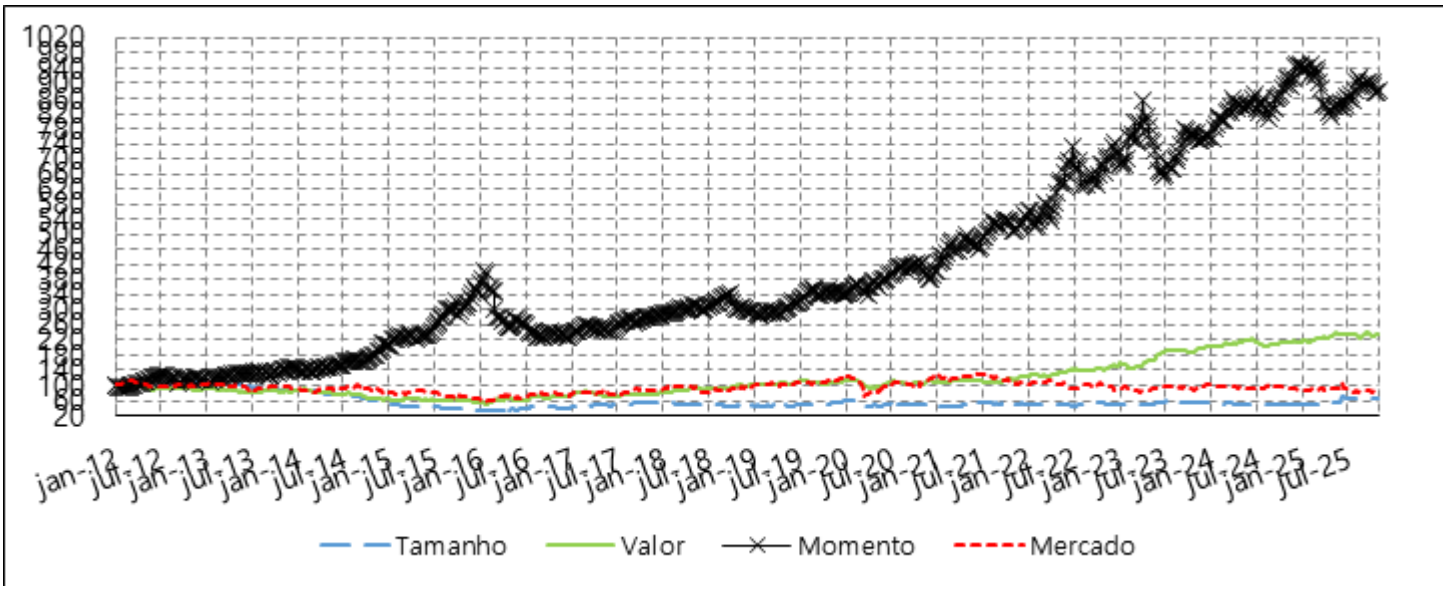


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	-0,38%	0,76%	0,02%	1,99%
Mês de Outubro	1,59%	-0,27%	-5,49%	0,48%
2025	34,51%	8,98%	-7,29%	1,95%
2010-2025	-40,43%	117,57%	1414,11%	-29,45%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aversão ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordenam-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reportam-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 04/11/2025)

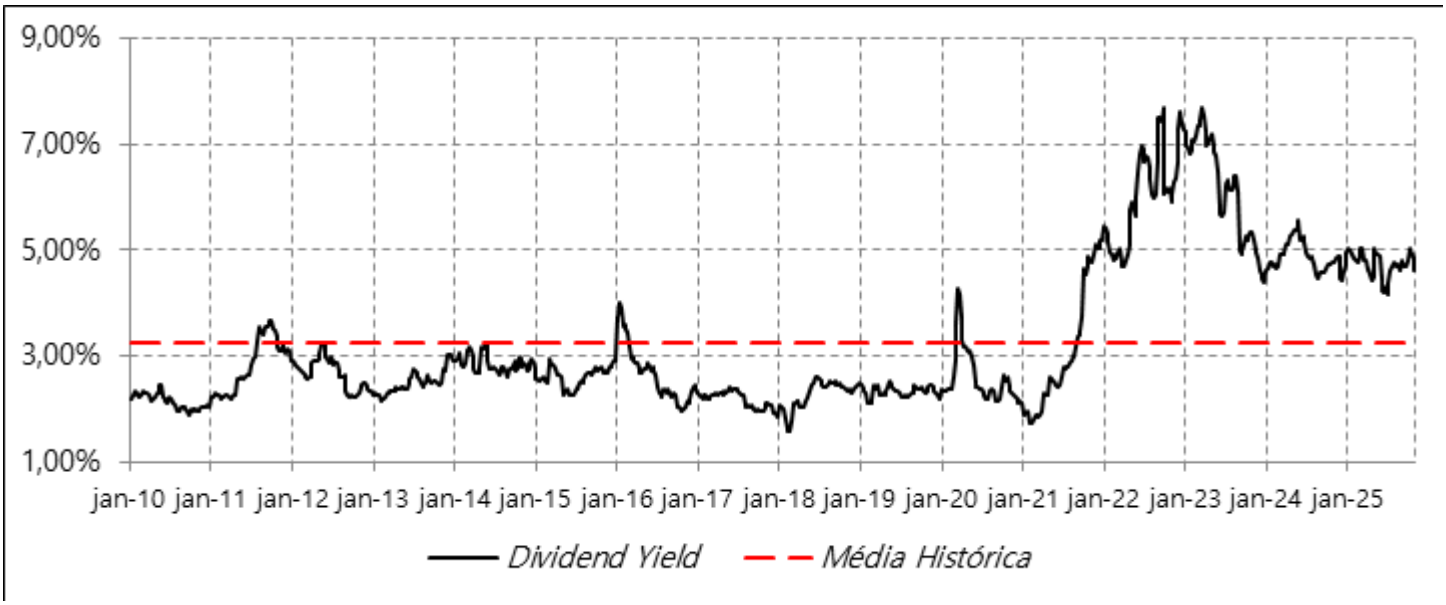


Tabela 2

	Dez Maiores		Dez Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	EMBJ3	1221,97	MBRF3	5,20
2.	EQTL3	423,80	RECV3	5,79
3.	DESK3	408,16	MTRE3	7,67
4.	SMFT3	372,45	PETR4	7,80
5.	PRNR3	356,71	BBSE3	7,86
6.	AURE3	192,31	GRND3	8,91
7.	BLAU3	136,54	VULC3	9,84
8.	MULT3	123,37	ISAE4	9,98
9.	ETER3	113,48	VLID3	10,39
10.	DXCO3	98,36	ROMI3	10,68

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizadas com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor da empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os cinco maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 - 04/11/2025)

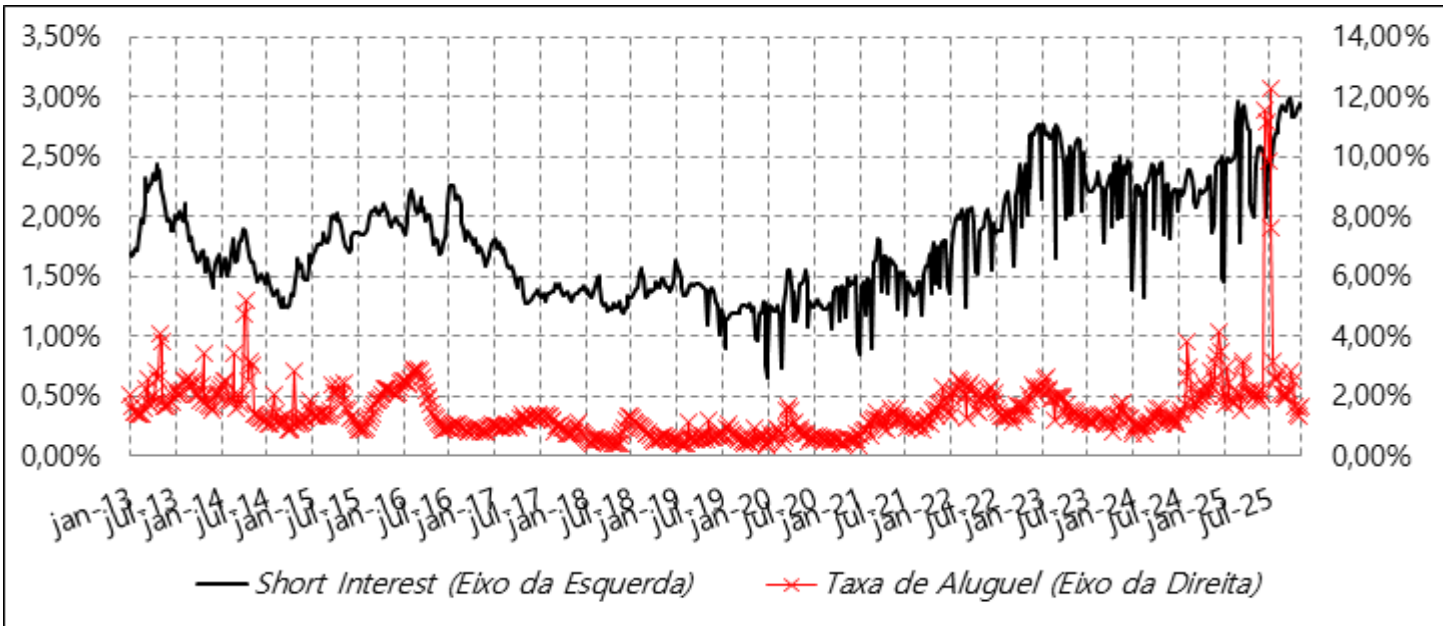


Tabela 3

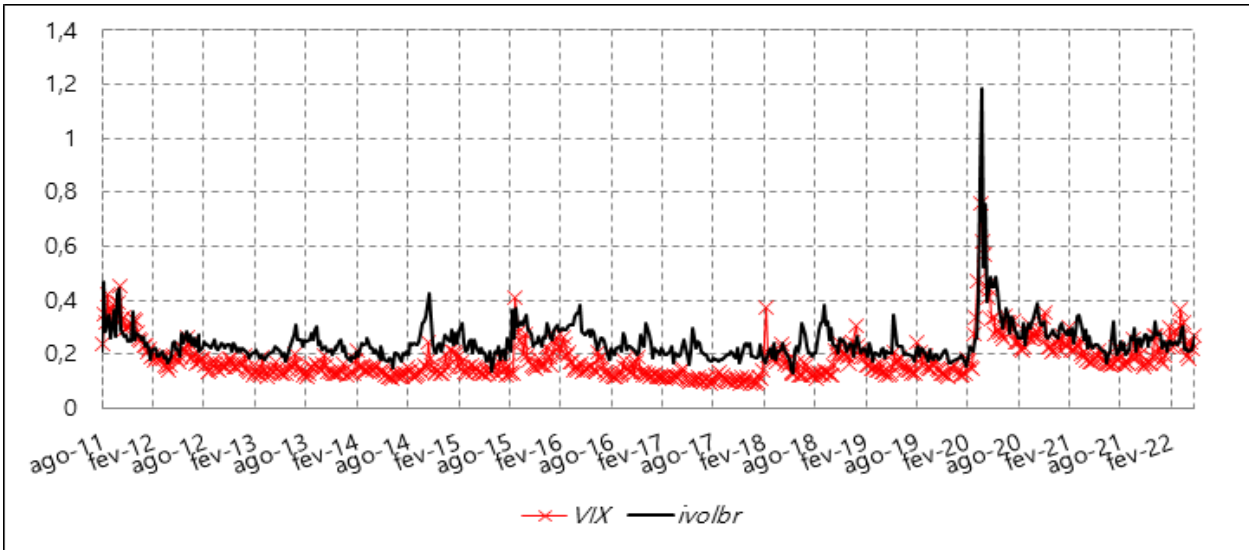
Cinco Maiores da Semana				
	Short interest		Taxa de Aluguel	
1.	AZUL4	26,89%	AMBP3	171,34%
2.	RAIZ4	24,61%	RCSL3	41,52%
3.	BRAV3	20,82%	MBRF3	35,77%
4.	MRVE3	16,13%	CSED3	35,24%
5.	USIM5	15,02%	RCSL4	31,99%
	Variação no *short interest*		Variação na taxa de aluguel	
1.	BRAP4	4,48%	CSAN3	6,06%
2.	POMO4	1,48%	MBRF3	5,72%
3.	CSAN3	1,45%	EUCA4	3,92%
4.	KEPL3	1,09%	TIMS3	2,35%
5.	GFSA3	0,77%	AURE3	1,76%

O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVESPA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.[2]

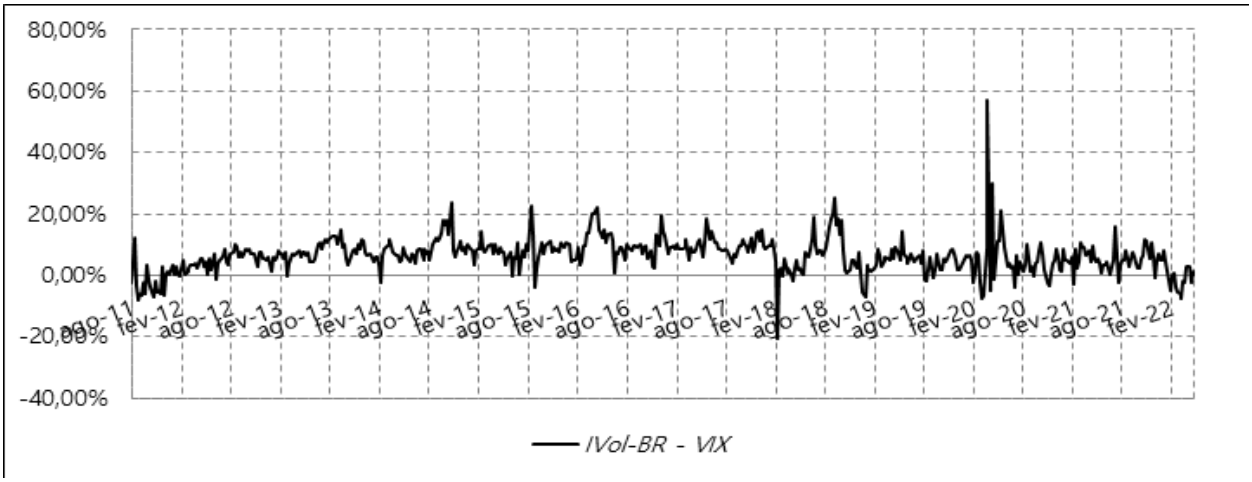
O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, capturando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção "IVol-Br": <http://nefin.com.br/volatility_index.html>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 30/04/2022)

A



B



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionada pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório, está autorizado desde que cite este documento como fonte. O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

(*) <http://nefin.com.br/>.

pesquisa na fea – Economia

Comércio internacional e desmatamento: a economia política por trás das exportações brasileiras intensivas em terra

Alan Marques Miranda Leal

Tese de Doutorado

Orientador(es): Eduardo Amaral Haddad

Banca: Eduardo Amaral Haddad (Presidente), Edson Paulo Domingues, Lucas Pedreira do Couto Ferraz, Paula Carvalho Pereda

Link: *https://doi.org/10.11606/T.12.2025.tde-09102025-110644*

Resumo em português

O comércio internacional é diretamente relacionado ao desmatamento e padrões do uso da terra. Como um indutor de atividade econômica e uso intensivo dos fatores relacionados ao desmatamento e terra, o comércio internacional é usualmente associado a mais altas emissões, mais desmatamento e outros resultados negativos de um ponto de vista ambiental. A presente tese tem por objetivo caracterizar essa problemática inicialmente explorando o impacto de regras de importação mais rígidas da União Europeia, no contexto do Acordo de Livre Comércio da União Europeia e do Mercosul, usando um modelo quantitativo espacial que endogeniza o uso do

fator terra e estruturas. Este estudo encontra que nos cenários nos quais o comércio em setores intensivos no fator terra enfrenta maiores tarifas comerciais, o uso do solo no Brasil tipicamente aumenta nos estados da borda da Amazônia Legal. Num segundo estudo, a fim de aprofundar nosso entendimento sobre a relação entre comércio internacional e desmatamento, desenvolvemos um modelo utilizando teoria dos jogos para analisar a dinâmica entre as preferências de países por níveis de tarifas comerciais e desmatamento para um par de países. Os resultados deste estudo indicam que o livre comércio e o zero desmatamento não são resultados alcançáveis no ótimo. Além disso, há um incentivo de carona (*free ride*), no qual um país que prefere menores níveis de desmatamento faz um esforço de não-desmatamento proporcionalmente maior que aquele país que tem preferências por um maior nível de desmatamento. A conclusão desta tese é que cooperação e ação multilateral são necessárias para lidar com o desmatamento. Adicionalmente, acesso a mercados estrangeiros pode ser usado como um mecanismo mais eficaz em induzir menores níveis de desmatamento em países com muitas florestas, como o Brasil.

economia & história

A Revolução de 1930

Ivan Colangelo Salomão (*)

A história do Brasil é tradicionalmente dividida entre os períodos colonial, monárquico e republicano. Do ponto de vista didático-pedagógico, há elementos que justificam a segmentação entre as três fases que caracterizaram a administração política do país. Afinal, a realidade social de um povo governado por uma metrópole estrangeira é absolutamente distinta daquela em que um monarca reina e governa – como foi o caso de Pedro II, um imperador, mas, ainda assim, brasileiro –, a qual, por sua vez, é ainda mais distante dos rumos de uma nação comandada por representantes eleitos, como haveria de se observar em uma república digna da designação.

Se se houvesse de fragmentar a história econômica do Brasil em períodos analíticos, contudo, tal divisão consagrada pela literatura não corresponderia à melhor forma de se compreender o desenvolvimento do país em suas mais importantes especificidades. Nesse caso, a década de 1930 seria, sem espaço para dúvida, o melhor o momento para separar os quatro séculos anteriores, caracterizados pelo modelo primário-exportador, do que viria a ser o Brasil daquele período em diante.

Menos pelas mudanças políticas do que pelas transformações econômicas, os anos 1930 assistiram à substituição de um regime de especialização ricardiana por um improvável e acelerado processo de industrialização que, apesar de todos os problemas e desequilíbrios delegados ao país, fez do outrora produtor de café uma das dez maiores e mais diversificadas economias do planeta em menos de cinco décadas.

Muito embora a prudência recomende atenuar a relevância da chamada "vontade política" para explicar eventos dessa natureza, as origens desse fenômeno incomum remontam, no caso brasileiro, inegavelmente a um acontecimento político. Se a Revolução de 1930 pouco contribuiu para a democratização do acesso aos lugares de poder, a mudança de modelo de desenvolvimento decorrente daquele golpe de Estado determinou mudanças na correlação de forças intraclasse, as quais viriam, por sua vez, a transformar as estruturas econômicas do país.

É verdade que as bases sobre as quais a chamada República Velha se sustentava já apresentavam fissuras desde pelo menos o início dos anos 1920. A própria eleição de Artur Bernardes já não escondia a fragilidade da arquitetura concertada por Campos Sales no início do século. A fratura no seio do sistema se retratava na disputa contra outro prócer da República Velha, o ex-presidente Nilo Peçanha[1], cuja votação expressiva – de 40% dos votos, marca impensável para a época – não deixava dúvidas de que a ruptura do arranjo não tardaria a ocorrer.

A vitória de Bernardes foi mesmo de Pirro. Antes mesmo de tomar posse, o mandatário assistiu, em julho de 1922, ao simbólico levante de militares conhecido como Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Tratou-se da primeira de uma sequência de sublevações que buscavam derrubar o poder constituído, cujas movimentações de 1924 em São Paulo e a Coluna Prestes (1924-1927) reforçavam os intentos golpistas que caracterizariam as Forças Armadas. Não por outro motivo, Artur Bernardes governou o país sob estado de sítio durante os quatro anos de seu mandato.

A eleição de 1926, mais tranquila do ponto de vista da disputa eleitoral, não foi menos esclarecedora do racha que já havia condenado o sistema. Apesar da eclosão da Grande Crise no final de 1929, o governo de Washington Luís apresentou resultados econômicos positivos. Com crescimento médio de 5,3% a.a. e queda acumulada dos preços – fenômeno que não se registrava desde o final do século XIX –, o presidente entendeu gozar de capital político tal para, no meio da mais profunda crise por que passaria o país e o próprio capitalismo mundial, arriscar a estabilidade do sistema oligárquico e romper o acordo com o Partido Republicano Mineiro (FAUSTO, 1997).

Não se pode, contudo, delegar apenas a tais circunstâncias o desarranjo da República Velha. Não foram os efeitos da Grande Depressão e a empáfia de Washington Luís, isolados, que selaram o destino do país naquele 1930. Os primeiros tardariam a afetar o cotidiano da população brasileira, que foi às urnas em março de 1930, apenas cinco meses após a quebra da Bolsa de Nova York. Já a escolha por Julio Prestes determinou a dissidência do PRM, é verdade. Mas mesmo na hipótese contrafactual de manutenção da chapa MG-SP, não era exatamente nula a possibilidade de vitória da coligação opositora.

Isso porque as recorrentes crises da cafeicultura e a já permanente política de defesa do setor fortaleciam o sentimento de oligarquias não hegemônicas de que a economia exportadora de São Paulo dividia seus prejuízos – e apenas estes – com o resto do país. E não apenas pela socialização das perdas a que se refere Furtado ([1959] 1982), mas também pela tensão que o surgimento de novos atores sociais de "rendas não derivadas da propriedade" gerava entre a União e os distintos governos estaduais. Tratava-se de um efeito indireto da descentralização republicana consagrada pela Constituição de 1891.

Tudo isso em meio a um país já bastante diferente daquele em que o pacto do café com leite havia se erigido. A política, a economia e a sociedade brasileiras eram muito mais complexas do que o universo rural que caracterizara o país até as últimas décadas do século XIX. Grupos sociais relativamente novos – como os trabalhadores industriais organizados, a classe média urbana, a protoburguesia industrial, a intelectualidade etc. – faziam com que a disputa política daquele final dos anos 1920 se desse em outras condições da observada até então. O próprio apoio do Partido Democrático (PD), dissidência do PRP, à Aliança Liberal também sinalizava o crescente descontentamento com as práticas e políticas estabelecidas.[2]

Por fim, a ebulição que tomava conta dos quartéis. As Forças Armadas haviam adentrado a política brasileira após o retorno da Guerra do Paraguai (1864-1870). E foi no golpe republicano que os militares assumiram a centralidade do processo político para dele nunca mais

se afastarem. O fortalecimento paulatino das camadas médias do Exército durante a República Velha baseava-se, por sua vez, em um discurso moralizador contra uma elite civil corrupta, descasada dos interesses sociais e inapta para gerir a coisa pública. Era a liga que faltava ao caldo de descontentamento que se formava contra o sistema oligárquico.

A derrota da oposição no pleito ocorrido em março de 1930 parece ter contido o ímpeto das principais lideranças da Aliança Liberal. Getúlio, pelo temperamento conciliador[3], e Antônio Carlos, receoso e hesitante, dificilmente teriam encabeçado uma ação armada, ainda que a acalentassem. Mas o assassinato de João Pessoa[4], três meses após a eleição, parece ter sido o motivo de que precisavam para justificar o desenrolar do movimento armado. Liderados por Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, algumas dezenas de soldados gaúchos invadiram o Quartel-General do Exército, no centro de Porto Alegre, na noite de 3 de outubro de 1930. Três semanas depois, Washington Luís seria deposto pela alta cúpula das Forças Armadas no Palácio do Catete. Em 3 de novembro, Vargas, o líder civil do movimento, assumia o governo provisório.

Do ponto de vista sociológico, o levante revolucionário de 1930 representou as mudanças por que a própria sociedade brasileira passava. A queda da República Velha significou uma ruptura política, econômica, social e cultural em relação ao regime oligárquico, pois, ao alterar funções, estruturas e propósitos do poder público, inaugurou uma nova etapa no processo de acumulação capitalista. Essencialmente burguês, esse novo Estado se voltaria, a partir de então, a fomentar as forças produtivas, encabeçadas, agora, pelo setor industrial (IANNI, 1971). Nas palavras de Fonseca (1999, p. 126), a Revolução retratou a "ruptura com a República Velha e acenou com novas bases para a economia e para a organização social e institucional, assentadas na industrialização, no mercado interno, na urbanização", bem como no "reconhecimento pelo Estado da estratificação social e da sociedade de classes (no sentido empregado por Max Weber), cuja principal concreção é a legislação trabalhista." Conquanto tenham consagrado a ascensão de novas classes e a constituição de novas formas de atuação do Estado, tais mudanças não romperam com as antigas estruturas da sociedade brasileira. No entendimento de Fernandes (1975), observou-se "o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa" (FERNANDES, 1975, p. 203).

Foi a partir desse momento, entretanto, que se passou a debater problemáticas de caráter nacional, em oposição aos temas de caráter regional e oligárquico das décadas anteriores; em substituição às disputas entre estados, deslocou-se o embate político para o conflito entre classes. Com o aprofundamento da revolução burguesa e a consolidação do capitalismo no país é que se viabilizou o pacto subjacente ao avanço da industrialização e, consequentemente, a nova forma de se tratar de questões inerentes ao país que se industrializava e se urbanizava (FONSECA, 1989).

Se algum dia houve uma revolução no Brasil, foi a de 1930. E não só pelos eventos concretos levados a cabo durante o movimento, como o uso da força para romper com a ordem constitucional e a estabilidade institucional. Mas, sobretudo, pelas transformações estruturais nos tecidos social e econômico observadas *a posteriori*.

Referências

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONSECA, Pedro Cezar D. A gênese regional da "Revolução de 30". **Estudos Econômicos**, v. 29, n.1, 1989.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FURTADO, Celso M. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1959-1982.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**. Uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-70)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apontamentos para uma História do Brasil no período 1920-50. **Ensaios FEE**, n. 7, 1986.

1 Sua coligação, chamada de "Reação Republicana", era apoiada pelas oligarquias de províncias importantes, como as da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

2 Entre as diferentes promessas da Aliança Liberal que conquistaram a simpatia desse novo eleitor estavam o voto secreto, a independência do judiciário e reformas sociais pró-trabalhadores.

3 A temperança de Vargas não era exatamente a qualidade de que precisavam seus aliados para detonar o movimento armado. Nesse sentido, Oswaldo Aranha se referiu ao futuro presidente nos seguintes termos: "um chefe tão fraco que desanimava os próprios soldados" (Aranha *apud* HILTON, 1994, p. 49).

4 O crime não guardava nenhuma relação com o cenário nacional. Tratou-se de uma vingança de João Duarte Dantas, político rival da família Pessoa na Paraíba, cuja residência fora invadida pela polícia, supostamente a mando de João Pessoa. Uma das consequências das diligências foi a publicação de cartas íntimas trocadas por Dantas com a professora Anaíde Beiriz, que teria se suicidado diante da repercussão do caso.

(*) Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e membro do Hermes & Clio, grupo de pesquisa em História Econômica. (E-mail: ivansalomao@gmail.com).